DIGITALIZADO NO IBAMA

Serviço Público Federal

PROCESSO Nº 02001.002715/2008-88

NOME: **UHE ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A**

ANO: **2008**

PROCEDÊNCIA: **PORTO VELHO (RO)**

VOLUME LXXXVI

REFERÊNCIA:

ASSUNTO:

MMA/IBAMA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 02001.002715/2008-88
INTERESSADO: ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 414.2
DATA: 07/12/2012
DOCUMENTO PROCEDÊNCIA: 25/07/2008
RESUMO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO EMPREENDIMENTO UHE JIRAU.VOLUMES 1 AO **86** ANEXOS 1 E 2.

ANDAMENTO

ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	ÓRGÃO	DATA	APENSAÇÃO ANEXAÇÃO

DILIC/IBAMA
Fl. 16712
Ass.:

TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 23 dias do mês de julho de 2015, procedemos a abertura deste volume nº LXXXVI do processo de nº 02001.002715/2008-88, que se inicia com a página nº 16712. Para constar subscrevo e assino.

Maycon Martins
MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16710 RUB.

DILIC/IBAMA Fl. 16773 Ass.:

OF 02001.007076/2015-76 COHID/IBAMA

Brasília, 01 de julho de 2015.

Ao Senhor
Veríssimo Alves dos Santos Neto
Gerente da Energia Sustentável do Brasil S/A
RUA JOAQUIM NABUCO Nº 3200 SALA 02
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76807066

Assunto: **Encaminhamento da 1ª Renovação da ACCTMB nº 190/2012, referente ao Programa de Conservação da Fauna Silvestre - UHE Jirau.**

Senhor Gerente

1. Em menção à Carta IT/PS 469 - 2015, encaminho a 1ª Renovação da ACCTMB nº 190/2012 e Parecer Técnico nº 02001.002166/2015-71 COHID/IBAMA, para continuidade do Programa de Conservação da Fauna Silvestre da UHE Jirau.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Coordenador da COHID/IBAMA

ok

EM BRANCO

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16711 RUB.
DILIC/IBAMA Fl. 16714 Ass.:

OF 02001.007082/2015-23 COHID/IBAMA

Brasília, 01 de julho de 2015.

Ao Senhor
Isac Paulo Teixeira
Diretor da Isac Paulo Teixeira
AV. ALMIRANTE BARROSO, 52 SALA 2802
RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO
CEP.: 20031000

Assunto: **Encaminha Parecer Técnico 02001.002484/2015-31 - Análise da proposta de readequação da rede de monitoramento do lençol freático para a fase de operação da UHE Jirau**

Senhor Diretor,

1. Em atenção à Carta IT/RC 426/2015, encaminhamos o Parecer Técnico nº 02001.002484/2015-31 COHID/IBAMA, que analisou a proposta de readequação da rede de monitoramento do lençol freático, para a fase de operação da UHE Jirau, e informamos sobre o indeferimento do pedido.

2. Considerando os impactos derivados da alteração do comportamento do lençol freáticoSolicito o atendimento às recomendações apresentadas no referido Parecer, conforme descrito abaixo:

- O monitoramento deverá ser continuado como previsto no Plano Básico Ambiental. Ao final do período previsto no PBA, e mediante avaliação dos resultados obtidos no monitoramento, o empreendedor poderá apresentar documento técnico que justifique a alteração da rede de monitoramento;
- O monitoramento da qualidade de água subterrânea deverá continuar como previsto no Plano Básico Ambiental "monitoramento da qualidade da água após o enchimento do reservatório deverá ser feito com periodicidade anual, durante o mês de maio (após o período de cheia) ao longo dos 04 (quatro) anos seguintes ao mesmo";

ok

- Para alteração dos poços de monitoramento de qualidade de água subterrânea, o empreendedor deverá apresentar documento técnico com os possíveis locais que podem ser contemplados com os novos pontos de monitoramento, de forma a garantir a continuidade da avaliação da qualidade ambiental do local. Qualquer alteração só poderá ser realizada mediante análise técnica do Ibama; e
- Qualquer proposta a ser apresentada para alteração da rede de monitoramento, deverá levar em consideração que "as informações coletadas subsidiarão as análises de efeitos secundários induzidos, tais como a perda de produtividade de solos agricultáveis e danos à vegetação nativa, devido ao afogamento do sistema radicular da vegeta adjacente e a eventual contaminação da água subterrânea, pelo contato desta com estruturas e resíduos da ocupação antrópica anterior ao enchimento do reservatório." Também deverão ser avaliados os possíveis impactos nos demais programas que possuem interface com Programa de Monitoramento de Lençol Freático.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Coordenador da COHID/IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.012352/2015-18
Recebido em:01/07/2015
Assinatura

DILIC/IBAMA
FLS. 16712
RUB

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 15 de junho de 2015.

IT/AT 772-2015

DILIC/IBAMA
Fl. 16715
Ass.:

Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Atendimento ao § 1º da Condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012 (5º Relatório Semestral)

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prezado Dr. Thomaz de Toledo,

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012 da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, emitida por este Instituto no dia 19 de outubro de 2012, que dispõe:

> *"2.1. Dar continuidade aos seguintes programas listados abaixo e os seus respectivos subprogramas previstos no PBA, atendendo as exigências elencadas no Ofício nº 1066/2012/DILIC/IBAMA:*
>
> *§ 1º - Apresentar relatórios semestrais de atendimento das condicionantes da Licença de Operação e dos programas ambientais com exceção daqueles para os quais foi solicitada periodicidade diferenciada. Os relatórios devem conter os dados brutos e a análise elaborada por responsável técnico competente. Deverão ser entregues em versão impressa e digital, constando sumário, numeração de páginas, referências bibliográficas, instituições e agentes envolvidos, assinatura dos responsáveis técnicos pelo projeto e pela execução dos trabalhos, registro dos profissionais nos órgãos de classe, ART quando pertinente, e número no Cadastro Técnico Federal do Ibama."*

A Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) vem, através desta, encaminhar o 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, em formato impresso e digital. Neste documento é apresentada, inicialmente, a situação de atendimento às condicionantes da referida LO e ao Ofício nº 1066/2012/DILIC/IBAMA até o dia 30 de abril de 2015 e, em seguida, é descrito o status de execução dos 34 (trinta e quatro) Programas Socioambientais que integram o Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Jirau, no período de 01 de novembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

Desta forma, este relatório foi estruturado da seguinte forma:

- Item 1 – Introdução.
- Item 2 – Atendimento às Condicionantes da LO nº 1097/2012: Análise do cumprimento das 32 condicionantes da referida licença até 30 de abril de 2015.
- Item 3 – Atendimento ao Ofício nº 1066/2012/DILIC/IBAMA: Análise do cumprimento dos 14 itens do referido ofício até 30 de abril de 2015.
- Item 4 – Programas Socioambientais: Descrição sucinta da implantação dos 34 (trinta e quatro) Programas Socioambientais da UHE Jirau, acompanhada dos

À equipe técnica para elaboração de análise dos Programas e condicionante, juntamente aos relatórios semestrais que não foram avaliados. Esta demanda deve ser trabalhada após a renovação da LO da UHE Santo Antônio.

09/7/15

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16773 RUB.

resultados e das análises comparativas, quando pertinentes, entre os dados obtidos nas fases pré-enchimento, enchimento e pós-enchimento.

- Anexos – São apresentados os respectivos relatórios técnicos associados a cada programa, quando pertinentes, contendo maior detalhamento das atividades e dos resultados obtidos ao longo da implementação dos mesmos.

DILIC/IBAMA Fl. 16776 Ass.:

Vale destacar que o 5º Relatório Semestral do Programa de Conservação da Fauna Silvestre será protocolado em agosto de 2015, conforme acordado em reunião realizada no dia 29 de abril de 2015, de forma a possibilitar o atendimento às recomendações do Parecer Técnico nº 02001.000923/2015-71 COHID/IBAMA, recebido em 04 de abril de 2015, via correio eletrônico.

Sendo assim, este item da condicionante 2.1 encontra-se em atendimento pela ESBR.

Colocamo-nos à disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

EM BRANCO

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: carta
Nº. 02001.013022/2015-40
Recebido em 09/07/2015
Assinatura

anexo CD

Energia Sustentável do Brasil

IBAMA/DILIC/SCH FLS. 167/14 RUB

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2015.

IT/CB 843-2015

DILIC/IBAMA Fl. 16717 Ass.:

Sr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Atendimento ao Item "f" da Condicionante 2.15 da LO nº 1097/2012
Programa de Remanejamento das Populações Atingidas.

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prezado Sr. Thomaz de Toledo,

Em atendimento ao item "f" da condicionante 2.15 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012, emitida por este Instituto no dia 19 de outubro de 2012, que dispõe:

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

> *"2.15 No âmbito do Programa de Remanejamento da População Atingida*
>
> *f) Apresentar relatórios mensais de monitoramento das famílias do reassentamento rural, contendo: (i) ações desenvolvidas no âmbito da assistência técnica e social; (ii) situação de ocupação dos lotes, (iii) avaliação da produção por lote; (iv) status de desembolso dos recursos dos projetos individuais por lote; (v) relatório fotográfico. A avaliação sobre a periodicidade de entrega dos relatórios será feita pelo Ibama após o primeiro ano de monitoramento."*

No dia 30 de setembro de 2014, a ESBR recebeu o Ofício nº 02001.010267/2014-34 DILIC/IBAMA, através do qual este Instituto encaminhou o Parecer Técnico nº 02001.003096-2014-97, contendo a análise parcial do 1º e do 2º Relatório Semestral de Acompanhamento dos Programas Ambientais da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau após a emissão da LO, em relação aos relatórios de monitoramento do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), o órgão recomendou:

> *"2. Com base nas conclusões contidas no referido Parecer, recomenda-se que a Energia Sustentável do Brasil (ESBR):*
>
> - *altere para trimestralmente a frequência de encaminhamento dos Relatório de Monitoramento do Programa de Remanejamento da Populações Atingidas do RRC da UHE Jirau, contendo as informações relativas ao período de acompanhamento de forma concisa e objetiva;"*

Desta forma, a ESBR vem por meio desta encaminhar o 3º Relatório Trimestral de monitoramento dos beneficiários do RRC da UHE Jirau, elaborado pela AMPLIARI Serviços em Meio Ambiente, o qual consolida as atividades desenvolvidas pela Assistência Técnica e Social (ATES), no âmbito do Subprograma de Reorganização das Atividades Produtivas no período de 01 de março de 2015 a 31 de maio de 2015.

Diante o exposto, entendemos que o item "f" da condicionante 2.15 da LO nº 1097/2012 encontra-se em atendimento pela ESBR.

À analista Alessandra
Dou por acompanhamento.
Em 13/7/15

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

Energia
Sustentável
do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16715
RUB.

Colocamo-nos a disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

DILIC/IBAMA
Fl. 16718
Ass.:

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.012677/2015-03
Recebido em:06/07/2015
Assinatura

IT/LF 729/2015
02001.010598/2015

COHID/DILIC/IBAMA
Fls. 16716
RUB.

DILIC/IBAMA
Fl. 16719
Ass.:

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2015.

IT/FB 860-2015

Sr. Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Resposta ao Ofício nº 02001.003993/2015-81 DILIC/IBAMA
Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira

DIGITALIZADO NO IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000
tel + 55 21 2277 3800

Prezado Sr. Thomaz de Toledo,

Em atenção ao Ofício nº 02001.003993/2015-81 DILIC/IBAMA, a Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR") vem, por meio desta, apresentar o seguinte posicionamento sobre o processo de definição de critérios de elegibilidade e o pagamento de verba de manutenção aos pescadores identificados no âmbito do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira da Usina Hidrelétrica ("UHE") Jirau.

- O Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira ("SAAP") da UHE Jirau e o seu respectivo Plano de Trabalho foram elaborados pela ESBR tendo como premissa básica a continuidade e a sustentabilidade da atividade pesqueira na região. O monitoramento do desembarque pesqueiro, realizado pelo Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira ("SMAP"), é uma ação contínua, de forma que os resultados possam subsidiar a implantação de projetos que garantam a sustentabilidade e a renda dos pescadores, permitindo a permanência destes na atividade pesqueira ou a inserção em atividades alternativas no mesmo segmento.

- Embora os resultados do monitoramento ainda não sejam conclusivos, não sendo possível, portanto, comprovar eventuais impactos na atividade pesqueira em função da implantação da UHE Jirau, e as ações previstas no Plano de Trabalho do SAAP estarem em andamento, o IBAMA determinou, com base em vistoria realizada em junho de 2014, o pagamento de verba de manutenção em pecúnia para os pescadores, com o exclusivo objetivo de garantir a segurança alimentar destes naquela ocasião em específico.

- Apesar de não reconhecer qualquer direito subjetivo dos pescadores ao recebimento de indenização, a ESBR deu continuidade às tratativas com este órgão ambiental no sentido de (i) demonstrar a necessidade do monitoramento de longo prazo para comprovar qualquer impacto na atividade pesqueira; e (ii) definir critérios de elegibilidade para classificação do público-alvo de pescadores, que revestissem o processo do maior grau de segurança possível.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 16717
RUB.

DILIC/IBAMA
Fl. 16720
Ass.:

- Como é de conhecimento deste Instituto e, como experiências anteriores demonstram, a preocupação com o grau de segurança e acuidade das verbas pagas a este título deve ser uma constante neste processo, uma vez que em regiões de implantação de usinas hidrelétricas surgem diversos agentes que se intitulam pescadores (profissionais ou não), mas que não exercem e, por muitas vezes, nunca exerceram efetivamente a atividade.

- Neste sentido, aliás, reconheceu o próprio Ministério da Pesca e Aquicultura ("MPA"), por meio do superintendente Geovan Damo, em reunião realizada no distrito de Abunã em 27/08/2014, oportunidade em que afirmou: "*existem centenas de pessoas que possuem carteira de pescador, apenas por oportunismo, pois não exercem a atividade.*" Esta situação, inclusive, foi reconhecida por pescadores do próprio distrito de Abunã.

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

- Por este motivo, aliado ao intuito dos pescadores em obter indenizações descabidas junto ao empreendedor, os resultados do monitoramento da atividade pesqueira e a existência de critérios objetivos e dentro da legalidade para a classificação dos pescadores são fundamentais para definição de qualquer ação a ser tomada pelo empreendedor.

- Convém destacar que o Ministério da Pesca colocou em vigor, a partir de 12/08/2014, a Instrução Normativa nº 15, determinando o recadastramento de todos os pescadores inscritos naquele Ministério. Um dos objetivos centrais da medida foi garantir a credibilidade do setor pesqueiro, excluindo supostos pescadores que não exercem a atividade e recebem, indevidamente, o seguro defeso. Até o presente momento, não foi possível obter informações sobre os resultados desta inciativa, permanecendo o MPA sem garantias quanto à legalidade de seus recadastrados.

- Ocorre que apesar dos melhores esforços envidados pela ESBR para identificar os pescadores com possível "situação alimentar em risco", conforme determinado pelo próprio IBAMA, e classifica-los segundos os critérios propostos, este órgão ambiental estabeleceu, ao longo do processo, diversas recomendações adicionais, além de determinações distintas quanto aos critérios apresentados pela ESBR, (por exemplo "*não considerar o critério temporal como excludente para o pagamento da verba de manutenção*"), gerando grande insegurança à ESBR em razão das constantes alterações de entendimento e das exigências formuladas pelo IBAMA para a solução do tema ora em apreço.

- Registre-se que somente os pescadores inscritos juntos ao MPA (requisito necessário inclusive para o recebimento do seguro defeso) e com os seus registros anteriores ao início da construção da UHE Jirau poderiam ser considerados objetivamente aptos a receber a aludida verba de manutenção.

- Do contrário, além do risco de se legitimar como válida a prática de uma atividade ilegal (pesca profissional por quem não detém RGP), a ESBR ficaria suscetível a ter que arcar com o pagamento da verba de manutenção para uma

EM BRANCO

EM BRANCO

Energia
Sustentável
do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16718
RUB.

DILIC/IBAMA
Fl. 16721
Ass.:

quantidade indefinida de pessoas, ao que se soma, também, o fato igualmente desarrazoado de que o próprio prazo de pagamento não restou estabelecido pelo IBAMA.

Por fim, o valor fixado pelo IBAMA para a verba de manutenção a ser paga aos pescadores igualmente não se caracteriza como razoável. Isto porque, ao equipará-la ao montante pago pelo Governo Federal durante o período do defeso (quando a pesca profissional é proibida e o pescador, consequentemente, fica totalmente impossibilitado de exercer a atividade), o IBAMA estaria reconhecendo, implícita e incorretamente, que a atividade pesqueira no distrito de Abunã e demais regiões estaria totalmente inviabilizada, o que sabidamente não corresponde à realidade. Portanto, a quantia fixada pelo IBAMA é capaz de ensejar o enriquecimento sem causa dos pescadores, devendo ser revista para os patamares já estudados pela ESBR e apresentados ao IBAMA e à população em recentes reuniões públicas.

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Diante do exposto, a ESBR vem, por meio desta, solicitar a reconsideração do determinado no Ofício nº 02001.003993/2015-81 DILIC/IBAMA, alterando-se os critérios de elegibilidade dos pescadores, bem como para propor a continuidade das ações previstas no Plano de Trabalho do SAAP, para as quais se vislumbram resultados bastante positivos para a continuidade e a sustentabilidade da atividade pesqueira dos indivíduos que possuem esta como sua principal fonte de renda.

Agradecemos a compreensão e estamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Paulo Teixeira
Diretor

À Sora Mota para elaboração de NT e Ofício - Dilic em resposta.
09/7/15

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 10719 RUB.
DILIC/IBAMA Fl. 16722 Ass.:

DESPACHO 02001.019623/2015-66 COHID/IBAMA

Brasília, 15 de julho de 2015

À: Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

Assunto: **Resposta ao Oficio 02001.003993/2015-81**

1. A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), detentora da Licença de Operação nº 1097/2012, encaminhou o documento IT/LF729/2015 (protocolo: 02001.010598/2015-55, de 08/06/15), solicitando dilação de prazo de 30 dias para cumprimento do Oficio 02001.003993/2015-81DILIC/IBAMA, com data de entrega das informações até o dia 06/07/15.

2. Na data definida pela ESBR, foi protocolado no IBAMA, sob o nº 02001.012677/2015-09, a carta IT/FB 860-2015, que apresenta seu posicionamento sobre o processo de definição dos critérios de elegibilidade, em resposta ao Ofício nº 02001.003993/2015-81 DILIC/IBAMA, de 13/04/2015.

3. Informo que a avaliação do documento, realizada pela equipe técnica do IBAMA, constatou que a ESBR não prestou as informações dos itens abaixo descritos, a qual foi notificada a apresentar no referido Ofício:

i. Apresente em 30 dias as informações (dados cadastrais: nome, idade, número de dependentes, endereço de moradia, tempo de pesca, data de primeiro registro de pescador etc.) dos 58 pescadores de Abunã;

ii. Apresente em 30 dias estudo de caso para os pescadores, da lista de 58, que possuem registro de pesca (RGP) anterior a 2009, mas não apresentam dados de captura ou poucos dados de monitoramento. O estudo de caso deve comprovar as informações por meio de documentos, testemunhos, notas fiscais de venda de pescado, compra de materiais de pesca, registro de vendas a terceiros, posse de embarcação e petrechos de pesca, etc;

iii. Apresente em 30 dias informações dos pescadores, da lista de 58, daqueles que não possuem RGP, porém, tem dados de desembarque, demonstrando que de alguma forma participaram do "monitoramento estatístico" de pesca da ESBR;

4. Considerando queo PBA já exigia o cadastro de pescadores profissionais e dascolônias ribeirinhas desde o primeiro ano da instalação do empreendimento, não é compreensível a dificuldade da ESBR em atender ao solicitado nos itens (i), (ii) e (iii) do referido Oficio.

5. O empreendedor abordou no documento IT/FB 860-2015, apenas, os itens: (iv) referente ao critério temporal; (v) vulnerabilidade alimentar; e (vi), valor de pagamento de verba de manutenção.

6. Cabe esclarecer que o item (vi) do Ofício 3993/2015-81 DILIC, solicitou a ESBR **considerar a possibilidade** de pagamento de valores do seguro defeso, sugerido pelo Ministério Público Federal de Rondônia, em virtude de reunião realizada entre o empreendedor e os pescadores, no dia 11/02/2015. Enfatizo que o IBAMA não tem a prerrogativa de estabelecer valores, uma vez que não é competência do licenciamento esta ação.

7. De acordo com informações do pr□prio PBA da UHE Jirau *"Os impactos decorrentes dos represamentos de um rio sobre as assembléias de peixes têm sido freqüentemente documentados (LOWE-MCCONNELL, 1984; RODRIGUEZ RUIZ 1998; KUBECKA,1993; AGOSTINHO et al. 1997a; 1997b, AGOSTINHO et al. 1999a). Nos reservat□rios, as novas comunidades de peixes apresentam diversidade* ***mais baixa do que a que lhe deu origem"****(grifo nosso). (Pg 55).*

8. Entre as metas do PBA, o empreendedor tem a responsabilidade: (i) diminuir os impactos do empreendimento sobre a ictiofauna migradora, a partir da adequação do STP às necessidades e características das espécies prioritárias; (ii) garantir a migração ascendente e descendente de adultos e descendentes de ovos, juvenis e larvas, mesmo que parcialmente, pelo STP, permitindo a manutenção dos estoques pesqueiros a montante e jusante da barragem.

9. Contudo, observa-se nos relat□rios de acompanhamento do subprograma de transposição de peixes, que a ESBR não está cumprindo a contento a transposição dos espécimes de peixes, de forma a mitigar os impactos advindos do barramento,em virtude das recorrentes paralisações do Sistema de Transposição de Peixes Provis□rio, impossibilitando o fluxo contínuo de peixes acima da barragem da UHE Jirau, e a continuidade da atividade de pesca para as comunidades ribeirinhas.

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16720 RUB.
DILIC/IBAMA Fl. 16723 Ass.:

10. Sabe-se que *"Empreendimentos hidrelétricos têm sido considerados como um dos impactos que mais exerce modificações em uma bacia hidrogr□fica, especialmente aquelas relacionadas à ictiofauna (MESA,2008)"*, afetando dessa forma o meio socioeconômico, com diminuição gradativa dos recursos pesqueiros.

11. Todavia, a ESBR insiste em afirmar, no documento IT/LF 820/2015, que " *não reconhece qualquer direito subjetivo dos pescadores a recebimento de indenizações."*

12. Diante do não cumprimento integral da notificação, com prazo de entrega para o dia 06/07/15, recomenda-se que a ESBR encaminhe as respostas em 15 dias, referente aos itens (i), (ii), e (iii) do Oficio 02001.003993/2015-81DILIC/IBAMA.

SARA QUIZIA CORREA MOTA
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16724 RUB.
DILIC/IBAMA Fl. 16724 Ass.:

OF 02001.007828/2015-07 CGENE/IBAMA

Brasília, 17 de julho de 2015.

Ao Senhor
Isac Paulo Teixeira
Diretor da Energia Sustentável do Brasil S/A
RUA JOAQUIM NABUCO Nº 3200 SALA 02
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76807066

Assunto: **Notificação - Prestação de informações aos Itens I, II e III do Ofício 02001.003993/2015-81 e demais questionamentos do Parecer 02001.000921/2015-82**

REFERENCIA: CT 02001.012677/2015-09/

Senhor Diretor,

1. Em continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau e diante do não cumprimento integral da notificação, realizada por meio do Ofício 02001.003993/2015-81 DILIC/IBAMA, para o qual foi fixado prazo para o dia 06/07/15, notifico a ESBR a encaminhar, impreterivelmente, em 15 dias, informações complementares de forma a atender as solicitações contidas nos itens (i), (ii), e (iii) do referido Oficio.

Atenciosamente,

FREDERICO QUEIROGA DO AMARAL
Coordenador-Geral Substituto da CGENE/IBAMA

ok.

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

Anexo 1

Ministério do Meio Ambiente
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PEDIDO DE VISTA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: 500
Nº. 02001.006420/2015-81
Recebido em08/04/2015
Assinatura

01. Nº DO DOCUMENTO/PROCESSO

o 02001.002715/2008-88: UHE Jirau

COHID/DILIC/IBAMA 16725 Rub.

A - IDENTIFICAÇÃO

02. NOME DO INTERESSADO OU REPRESENTANTE LEGAL

ROSE MIRIAN HOFMANN

03. CARTEIRA DE IDENTIDADE	04.ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	05. CPF
77085459	SSPPR	3969534925

06.EMPRESA	07. CNPJ
CÂMARA DOS DEPUTADOS	

08. ENDEREÇO
CÂMARA DOS DEPUTADOS, ANEXO III, GABINETE T-52-A

09. TELEFONE (DDD-NÚMERO)	10. FAX (DDD-NÚMERO)	11. ENDEREÇO ELETRÔNICO
61 3216-5368		rose.hofmann@camara.leg.br

B – AUTORIZAÇÃO PARA OBTER VISTAS (CASO NÃO SEJA O PRÓPRIO INTERESSADO)

12. NOME DO (A) AUTORIZADO (A)

13. CARTEIRA DE IDENTIDADE	14. ÓRGÃO EXPEDIDOR/UF	15. CPF

16. ENDEREÇO

17, TELEFONE (DDD-NÚMERO)	18. FAX (DDD-NÚMERO)	19. ENDEREÇO ELETRÔNICO

C- TIPO DE SOLICITAÇÃO

20. ( ) VISTA DO DOCUMENTO/PROCESSO (X) CÓPIA EM CD-ROM
( ) CÓPIA IMPRESSA ( ) CÓPIA FOTOGRÁFICA

D- EXTENSÃO DA CÓPIA

21. (X) CÓPIA INTEGRAL ( ) CÓPIA PARCIAL FOLHAS Nº

22. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IMPORTANTE

* Este formulário deverá ser entregue no Protocolo Geral do Ibama e após o seu cadastramento, será encaminhado à Unidade em que se encontrar o processo e/ou documento.
* No caso de documentos sigilosos, o interessado deverá apresentar instrumento de mandato que comprove a representação legal da empresa titular do processo/documento.
* Cópias com autenticação somente serão fornecidas em papel.
* Anexar Atos Administrativos correspondentes
* A cópia solicitada em papel somente será providenciada após o recebimento do comprovante de pagamento da Guia de Recolhimento da União – (GRU) . A solicitação de cópia em mídia CD deve vir acompanhada de dois cds para cada processo e/ou documento.

BRASÍLIA	8/4/2015	Rose M. Hofmann
LOCAL	DATA	ASSINATURA DO(A) INTERESSADO (A)

MOD.01.001

À assessoria técnica do Dilic
para distribuir a demanda aos
técnicos administrativos.
15/4/15

Frederico Queiroga do Amaral
Matrícula nº. 1.512.156
Chefe
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

AO TÉCNICO APOIO ADMINISTRATIVO
DIANA LIRA, PARA ATENDIMENTO.

17/4/15.

Henrique Cesar Lemos Jucá
Assessor Técnico
DILIC/IBAMA

Em, 19/05/15
Atendido
volumes 1 ao 82.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16726
RUB.

DESPACHO 02001.018446/2015-09 COHID/IBAMA

Brasília, 06 de julho de 2015

À: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Assunto: **Monitoramento intensivo da qualidade da água do reservatório da UHE Jirau**

A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), detentora da Licença de Operação nº 1097/2012, vem encaminhando regularmente os resultados do monitoramento intensivo da qualidade da água, realizado durante o enchimento do reservatório da UHE Jirau. Esse monitoramento teve como objetivo principal acompanhar as alterações de qualidade da água, principalmente nas concentrações de oxigênio dissolvido, pH, temperatura e condutividade elétrica da água, derivadas do enchimento do reservatório.

Os relatórios simplificados dos resultados, a tabela de dados brutos e os resultados do monitoramento de DBO em 2 estações a jusante da UHE Jirau, são encaminhados ao Ibama quinzenalmente, contendo breve análise dos resultados, a informação se houve acionamento dos níveis de alerta previamente estabelecidos e a descrição das medidas mitigadoras efetuadas no período.

Até o momento, não foram comunicados ao Ibama danos à ictiofauna local nos tributários monitorados, mesmo durante os períodos críticos com baixas concentrações de oxigênio na água, como no período da cheia histórica do rio Madeira em 2014.

De acordo com as informações apresentadas pela ESBR, o enchimento do reservatório, até a cota 90,0m, foi finalizado no dia 18/05/2014, seguindo, a partir desta data, a curva-guia estabelecida para o aproveitamento.

No sentido de otimizar a gestão dos resultados apresentados e tendo em vista a finalização do enchimento do reservatório, recomenda-se que a ESBR apresente relatório consolidado dos resultados do monitoramento intensivo, com a comparação das fases de enchimento, estabilização e pós-enchimento, com indicação dos ambientes sensíveis e avaliação sobre a manutenção do monitoramento. Recomenda-se ainda que a frequência de envio dos relatórios e da tabela com dados brutos seja alterada para trimestral.

No que se refere ao monitoramento mensal de DBO em 2 estações a jusante da UHE Jirau (MON.04 e MAD.06), informa-se que as justificativas para a finalização do monitoramento

na estação MON.04, expostas na carta IT/AT 584/2015 (02001.009326/2015-11), são pertinentes. Assim, recomenda-se o deferimento da solicitação da ESBR.

Leonora Milagre de Souza
Analista Ambiental
Matr 1.771.366
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

LEONORA MILAGRE DE SOUZA
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo.
21/8/15

Frederico Oliveira do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1292
www.ibama.gov.br

COPIA/DILIC/IBAMA
FLS. 16727
RUB.

OF 02001.007309/2015-31 CGENE/IBAMA

Brasília, 07 de julho de 2015.

Ao Senhor
Raphael Luis Pereira Bevilaqua
Procurador da Procuradoria da República no Estado de Rondônia
Rua Abunã, nº 1759 - São João Bosco
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76803749

Assunto: **Resposta ao Ofício Nº 2091/2015-PRDC/MPF/PR/RO (Inquérito Civil 1.31.000.000249/2014-05) (Protocolo Ibama nº 02001.011611/2015-93)**

Senhor Procurador,

1. Em atenção ao Ofício nº 2091/2015-PRDC/MPF/PR/RO, de 09 de junho de 2015, que reitera o Ofício nº4261/2014-PRDC/MPF/PR/RO, de 10 de outubro de 2014, informo que o primeiro Ofício foi respondido em 4 de dezembro de 2014, por meio do Ofício 02001.013790/2014-12 CGENE/IBAMA. Não obstante, reencaminho, com maior detalhamento, as respostas abaixo:

(i) informações sobre a reunião com a equipe da DILIC em Porto Velho/RO, que ficou de ser agendada pelo Sr. Luciano Oliva Patrício, durante a reunião ocorrida no dia vinte e nove de setembro de 2014, às 14h30min, na Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente;

1.1 A reunião foi realizada no Ed. Sede 1 da AGU – Sala nº 704 – 7º andar, no dia 07/11/2014, às 15 h, entre DEPCONT/PGF, PGU, PRF 1, PFE/IBAMA e equipe técnica, com representantes do Ministério Público Federal, na pessoa do Procurador Raphael Luis Pereira Bevilaqua, e do Ministério Público do Estado de Rondônia, Procuradora Aidee Maria Torquato Luiz.

(ii) informações sobre o andamento dos estudos da afetação de fauna/flora após cheia do

rio Madeira.

1.2 Os estudos de fauna desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental das UHE's do rio Madeira, tem o objetivo de identificar e mensurar os impactos nas diferentes etapas dos projetos, considerando escalas de curto, médio e longo prazo. Para tanto, foram definidos cronogramas trimestrais de amostragem, com consolidação de resultados em relatórios técnicos, entregues semestralmente a este Instituto — conforme PBA de ambos empreendimentos. Dessa forma, os impactos à fauna, decorrentes da cheia do rio Madeira, e demais impactos vinculados à implantação dos empreendimentos, são analisados e discutidos ao longo dos relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Conservação da Fauna Silvestre das duas UHEs, os quais encontram-se disponíveis para consulta no site do Ibama.

1.3 Vale destacar que, durante a cheia história do rio Madeira, estava em curso a terceira etapa de enchimento do reservatório da UHE Jirau. Para salvaguarda dos espécimes ilhados ou com dificuldade de locomoção foram realizadas atividades de resgate de fauna, em consonância às definições do PBA para o Programa de Acompanhamento do Desmatamento e Resgate de Fauna Silvestre. Diante do cenário provocado pela cheia, as atividades de resgate foram mantidas e ampliadas, com o acréscimo de 14 embarcações e 7 equipes (totalizando 46 embarcações e 23 equipes) até a normalização da vazão do rio Madeira.

1.4 Em relação à situação dos programas de flora, informo que dentro do Programa de Conservação de Flora da UHE Santo Antônio há o Subprograma de Monitoramento da Sucessão Vegetacional e o Subprograma de Revegetação da Área de Preservação Permanente, os quais subsidiarão a avaliação dos efeitos da cheia atípica do ano de 2014. Em relação à UHE Jirau também há programas de monitoramento e revegetação que também permitirão avaliar os efeitos supracitados.

Atenciosamente,

REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO
Coordenadora-Geral da CGENE/IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013041/2015- 03
Recebido em 09/07/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16728
R/B.

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2015

IT/EM 874-2015

Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Atendimento à Condicionante 2.16 "a" da LO nº 1097/2012
Programa de Compensação Social.

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prezado Dr. Thomaz de Toledo,

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

No dia 19 de novembro de 2012, a Energia Sustentável do Brasil S.A (ESBR) encaminhou a este Instituto, por meio da correspondência AJ/BP 2327-2012, o Projeto de Desmobilização, elaborado com base nas informações coletadas junto às empresas contratadas responsáveis pela contratação dos trabalhadores vinculados à construção da UHE Jirau, com o objetivo de mitigar os impactos decorrentes da desmobilização de mão de obra, em atendimento ao item "a" da condicionante 2.16 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012.

O documento foi analisado por meio do Parecer Técnico (PT) nº 161/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, recebido no dia 02 de janeiro de 2013, através do Ofício nº 394/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, tendo sido solicitado o que segue.

"b) *No âmbito do Subprograma de desmobilização de Mão de Obra:*

- *Executar sistema de monitoramento de forma a obter informações como: nº de trabalhadores de outros estados que retornaram ao local de origem; nº de trabalhadores contratados para outras obras em outros estados; nº de trabalhadores absorvidos pelo mercado de trabalho local, dentre outras informações pertinentes;*

- *Encaminhar relatórios mensais contendo o histograma de mobilização da obra."*

Sendo assim, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar o histograma atualizado, contemplando o realizado até o mês de maio de 2015.

Desta forma, entendemos que o item "a" da condicionante 2.16 da LO encontra-se em atendimento pela ESBR.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

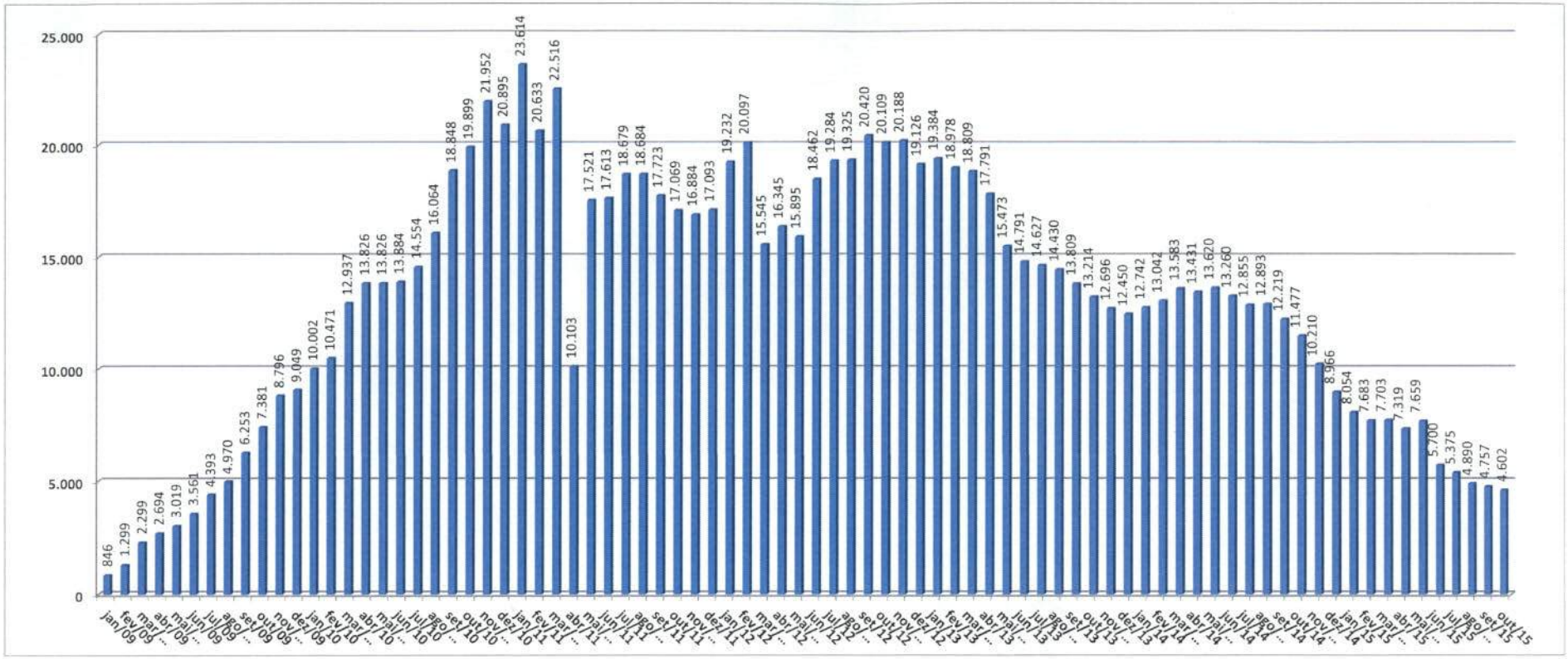
Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

À Alessandra para conhecimento e análises pertinentes.
Em, 28/7/15
1/1
Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

HISTOGRAMA ATUALIZADO DA QUANTIDADE DE MÃO-DE-OBRA ENVOLVIDA NAS ATIVIDADES CONSTRUTIVAS DA UHE JIRAU



CORID/DILICI/IBAMA
FLS. 16729
RUB.

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.0130 19/2015- 26
Recebido em 09/07/2015
Assinatura

COH/DILIC/IBAMA
FLS. 16730
RJB

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2015.

IT/AT 875-2015

Sr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Resposta ao Ofício nº 02001.006417/2015-96 COHID/IBAMA (Prorrogação do Prazo) - Plano de Trabalho de Apoio à Atividade Pesqueira - Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prezado Thomaz de Toledo,

No dia 17 de junho de 2015, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, recebeu o Ofício nº 02001.006417/2015-96 COHID/IBAMA, encaminhando o Parecer Técnico (PT) nº 02001.002253/2015-28/COHID/IBAMA, contemplando a análise do Plano de Trabalho do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, no âmbito do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira da UHE Jirau. Dentre as recomendações deste ofício, este Instituto solicitou:

i) *Entregar em 20 dias o Plano de Trabalho revisado, como documento final, separadamente do relatório de ações já implementadas, considerando as recomendações elencadas nos documentos técnicos já emitidos.*
ii) *Entregar junto aos relatórios semestrais os relatórios de cumprimento das ações e atividades executadas.*
iii) *Entregar em 30 dias os planos de negócios revisados de cada comunidade, respondendo aos questionamentos elencados ao longo do parecer.*
iv) *Entregar em 30 dias os esclarecimentos de como se dará a gestão/administração do Mercado de Peixes em cada localidade e quem será o responsável".*

Com o objetivo de consolidar as informações contidas nos itens "i", "iii" e "iv" do referido ofício, a ESBR vem, através desta, solicitar um prazo adicional de 10 (dez) dias para apresentação do Plano Trabalho revisado, conforme solicitado no item "i", de forma que este documento seja encaminhado no prazo estipulado nos demais itens, o qual finda no dia 17 de julho de 2015.

Agradecemos a compreensão e estamos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Isac Paulo Teixeira
Diretor
Energia Sustentável do Brasil S.A.

À Sara Mota para conhecimento.

Obs: Foi encaminhado ofício de notificação em 17.07.15.

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013169/2015-80
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 16731
RUB.

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015.

IT/AB 862-2015

DIGITALIZADO NO IBAMA

Dr. Renê Luiz de Oliveira
Superintendente do IBAMA em Rondônia
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Cc.: Sr. Keiti Matsubara
Coordenador do NUFLORA/RO
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Ref.: UHE Jirau – Resposta ao Ofício nº 02014.000390/2015-60 GABIN/RO/IBAMA (Complementação) – Programa de Conservação da Flora – Subprograma de Revegetação da Área de Preservação Permanente do Reservatório

Prezado Dr. Renê de Oliveira,

No dia 01 de abril de 2015, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, recebeu o Ofício nº 02014.000390/2015-60 GABIN/RO/IBAMA, através do qual este Instituto solicitou a apresentação de documentos referentes ao Projeto Executivo do Subprograma de Revegetação da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório da UHE Jirau.

Desta forma, em atenção ao referido ofício, no dia 07 de maio de 2015, a ESBR apresentou ao IBAMA, através da correspondência IT/AB 606-2015, parte das informações solicitadas, restando somente a apresentação das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) relativas à elaboração e à execução do referido projeto, as quais estavam, na ocasião, sendo providenciadas.

Sendo assim, visando o total cumprimento do requerido por este Instituto, seguem em anexo a esta correspondência as ART dos responsáveis pela elaboração e pela execução do Projeto Executivo do Subprograma de Revegetação da Área de Preservação Permanente (APP) do reservatório da UHE Jirau.

É importante destacar que a ART relativa ao executor do projeto contempla os plantios implantados até o ano de 2015 (plantios safra 2014/2015), sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Florestal Itajacy Kishi, da Cooperativa de Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau – COOPPROJIRAU. Para os próximos plantios, a ESBR encaminhará a ART do seu respectivo executor através dos relatórios semestrais do Programa de Conservação da Flora, especificamente do Subprograma de Revegetação da Área de Preservação Permanente do Reservatório.

Ao Bruno.
P/ análise e encaminhamento.
Em, 28/7/15
Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

Energia Sustentável do Brasil

IBAMA/DILIC/COHID
FLS. 16732

Sendo o que cabia para o momento, a ESBR reitera seus votos de estima e consideração por este Instituto e coloca-se a inteira disposição para prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

EM BRANCO

CREA-RO

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Rondônia

ART - ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

REGISTRADO NO CREA-RO CONFORME
Autenticidade - 363C2-611E9-62BE1-4CF07-2F6FC

1 **Nº 8207576677**

CERTIDÃO IBAMA FLS. 16733 RUB.

2 Nome do Profissional:	3 Título do Profissional:	4 Nº da Carteira/UF:
ITAJACY AUGUSTO SENA KISHI	ENGENHEIRO FLORESTAL /	12961D PA

5 Endereço do Profissional:	6 Bairro:	7 Cidade:	8 Telefone:
RUA: NOSSA SENHORA DE NAZARÉ Nº 14, 14	NOVA MUTUM PARANÁ	PORTO VELHO - RO	6999436201

9 CEP.:	10 E-Mail:	11 CPF:
76842000	ITAJACY_29@HOTMAIL.COM	640.542.412-04

12 Endereço da Obra:	13 Bairro da Obra:	14 Cidade da Obra:	15 Telefone Obra:
APP RESERVATÓRIO UHE JIRAU	DIST. JACI PARANÁ E ABUNÃ	PORTO VELHO - PA	(69)99518401

16 Nome do Proprietário/Contratante:	17 CPF / CGC:
ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A	09029666000147

18 Endereço.:	19 Bairro.:	20 Cidade.:	21 Telefone.:
FILIAL - RODOVIA BR 364 S/N.º KM 824	DISTRITO DE JACI PARANÁ	PORTO VELHO - RO	(69)99518401

22 Empresas.:	23 Registro ou Visto/Crea.:	24 CNPJ.:
EMPRESA NÃO INFORMADA		

25 Endereço da Empresa.:	26 Bairro.:	27 Cidade.:	28 Telefone.:

29 Atividade Técnica.:	30 Área de Competencia.:	31 Tipo de Obra.:
23 - EXECUçãO DE OBRA OU SERVIçO Té...	8214 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS - ...	135 - OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS ...

32 Valor do Contrato.:	33 Número do Contrato.:	34 Número do Pavimento.:	35 Dimensão.:	36 Unidade.:
3.210.771,29		0	290,30	Hectare

37 Tipo de Contrato.:	38 Valor da Obra/Serviço.:	39 Valor dos Honorários.:
[ ] INDETERMINADO	2.664.940,17	120.000,00

40	41	42	43 Entidade de Classe.:
[X] INDETERMINADO	[X] NORMAL	[X] AUTÔNOMO	ISENTO

44 Vinculada à ART N.:	45 Número da Notificação/Auto.:	46 Data do Preenchimento.:	47 Valor da Taxa.:
	...	03/07/2015	178,34

48

PORTO VELHO - 03/07/2015	ITAJACY AUGUSTO SENA KISHI	ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A
Local e Data	Profissional	Contratante

ESTE DOCUMENTO ANOTA PERANTE O CREA PARA OS EFEITOS LEGAIS, O CONTRATO ESCRITO OU VERBAL REALIZADO ENTRE AS PARTES (LEI 6.496/77)

49 Resumo do contrato: Descrição da Obra e ou Serviço Contratado, Condições, Prazo, Quantificação, Custos, Etc.:

- SERVIÇO DE REVEGETAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RESERVATÓRIO DA UHE JIRAU.

- PREPARO DE ÁREA, PLANTIO DE MUDAS FLORESTAIS E FRUTÍFERAS NATIVAS E MANUTENÇÃO COM TRATOS CULTURAIS DE ROÇAGEM, COROAMENTO E CONTROLE DE GRAMÍNEAS.

- ÁREA TOTAL DE 290,3 HECTARES REVEGETADOS ATÉ 2015 (SAFRAS 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014 E 2014/2015) UTILIZANDO MÉTODOS DE PLANTIO DE ENRIQUECIMENTO NO ESPAÇAMENTO DE 5 X 5 METROS E PLANTIO EM ÁREA TOTAL NO ESPAÇAMENTO DE 3 X 2 METROS

Itajacy Kishi
Itajacy A. S. Kishi
Engenheiro Florestal Msc
CREA: 12961D PA

Data Registro: 03/07/2015 **Atendente: CEZ** **Data da Baixa:** **Data Cancelamento: Nº. CAT: 0** **Página: 1/1**

Informações Valor R$

Boleto: 8207576677 Receita: ANOT.RESP.TECNICA - ART Cota: 0101 Data: 03/07/2015 R$: 178.34

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16734 RUB.

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-DF

ART Obra ou serviço
0720150029759

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Substituição à 0720150026345

1. Responsável Técnico

ALDICIR OSNI SCARIOT
Título profissional: **Engenheiro Florestal**
RNP: **0714342246**
Registro: **6823/D-DF**

2. Dados do Contrato

Contratante: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A** CPF/CNPJ: **09.029.666/0001-47**
AV. ALMIRANTE BARROSO Número: 52 Bairro: CENTRO CEP: 20031-000
Cidade: RIO DE JANEIRO UF: RJ Complemento:
E-Mail: augusto.borges@energiasustentáveldobrasil.com.br Fone: (69)21828615
Contrato: Celebrado em: 08/02/2013 Valor Obra/Serviço R$: 412.900,00
Vinculada a ART: Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

3. Dados da Obra/Serviço

Rodovia BR364 km 824 Número: S/N Bairro: Distrito de Jaci CEP: 76800-000
Cidade: PORTO VELHO UF: RO Complemento:
Data de Início: 08/02/2013 Previsão término: 07/02/2016 Coordenadas Geográficas: ,
Finalidade: **Ambiental** Código/Obra pública:
Proprietário: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL** CPF/CNPJ: **09.029.666/0001-47**
E-Mail: augusto.borges@energiasustentáveldobrasil.com.br Fone: (69) 21828615

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
Consultoria		
Execução PLANO DE REVEGETAÇÃO DA APP	0,0001	unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO E MONITORAMENTO DO PROJETO EXECUTIVO DO SUBPROGRAMA DE REVEGETAÇÃO DA APP DO RESERVATÓRIO DA UHE JIRAU

6. Declarações

Acessibilidade: Sim: Declaro atendimento às regras de acessibilidade, previstas nas normas técnicas da ABNT e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Brasília, 15 de Julho de 2015
Local Data

ALDICIR OSNI SCARIOT - CPF: 410.961.269-15

ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A - CPF/CNPJ: 09.029.666/0001-47

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site .. ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creadf.org.br informacao@creadf.org.br
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619

CREA-DF

Registrada em: 03/06/2015 Valor Pago: R$ 67,68 Nosso Número/Baixa: 0115022936

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Outro
Nº. 02001.013120/2015-08
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

COORDILIC/IBAMA
FLS. 16735
RUB.

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 09 de julho

IT/JB 886-2015

Dr. Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Solicitação de Emissão da 4ª Renovação da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nº 353/2009

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prezado Dr. Thomaz de Toledo,

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ - 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

No dia 12 de julho de 2012, foi emitida por este Instituto a 3ª renovação da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nº 353/2009, com validade de 03 (três) anos, autorizando a continuidade da supressão de vegetação na área da poligonal do Canteiro de Obras da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau.

Desde o início das atividades de supressão nas áreas abrangidas pela ASV nº 353/2009 até a presente data foram suprimidos 1.203,26 ha no Canteiro de Obras (Tabela 1).

TABELA 1 - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NAS ÁREAS CONTEMPLADAS NA ASV Nº 353/2009

TRIM.	PERÍODO	QUANTITATIVO (HA)	CORRESPONDÊNCIA	PROTOCOLO
1º	04/06/09 a 03/09/09	194,121	AJ/TS 1343-2009	27/10/09
2º	04/09/09 a 03/12/09	134,351	AJ/TS 305-2010	19/03/10
3º	04/12/09 a 03/03/10	98,945	AJ/TS 408-2010	14/04/10
4º	04/03/10 a 03/06/10	137,613	AJ/TS 1145-2010	20/08/10
5º	05/06/10 a 04/08/10	112,518	AJ/TS 376-2011	04/03/11
6º	05/08/10 a 04/10/10	194,870	AJ/TS 1080-2011	09/06/11
7º	05/11/10 a 04/02/11	190,198	AJ/TS 1081-2011	09/06/11
8º	05/02/11 a 10/06/11	86,955	AJ/CB 818-2012	25/05/12
9º	17/06/11 a 17/09/11	28,631	AJ/CB 505-2012	19/03/12
10º	05/09/11 a 05/12/11	13,061	AJ/CB 506-2012	19/03/12
11º	05/12/11 a 05/03/12	00,000	AJ/CB 507-2012	19/03/12
12º	05/03/12 a 05/06/12	00,000	AJ/TS 1107-2012	11/06/12
13º	12/07/12 a 11/10/12	11,97	AJ/CB 2505-2012	13/03/13
14º	12/10/12 a 11/01/13	00,000	IT/AT 1219-2013	08/08/13
15º	12/01/13 a 11/04/13	00,000	IT/AT 1219-2013	08/08/13
16º	12/04/13 a 11/07/13	0,0391*	IT/AT 1293-2013	27/08/13
17º	12/07/13 a 11/10/13	00,000	IT/AT 1557-2013	23/10/13
18º	12/10/13 a 11/01/14	00,000	IT/AT 093-2014	22/01/14
19º	12/01/14 a 11/04/14	00,000	IT/AT 802-2014	08/05/14
20º	12/04/14 a 11/07/14	00,000	IT/AB 1111-2014	08/05/14
21º	12/07/14 a 11/10/14	00,000	IT/AB 1609-2014	16/10/14
22º	12/10/14 a 11/01/15	00,000	IT/AB 075-2015	26/01/15

Ao analista Bruno Melo, para análise e emissão de ASV.

22.07.15

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

COPAM/DILIC/IBAMA
FLS. 16736
RUB.

Energia Sustentável do Brasil

23º	12/01/15 a 11/04/15	00,000	IT/AB 580-2015	27/04/15
24º	12/04/15 a 12/07/15	00,000	IT/AB 850-2015	a ser protocolada
TOTAL		**1.203,26**		

*Quantitativo retificado conforme correspondencia IT/AT 1311-2013, protocolada em 23 de agosto de 2013.

Desta forma, a ESBR vem, através desta, encaminhar o Relatório de Atendimento às Condicionantes da 3ª renovação da ASV nº 353/2009 e solicitar a emissão de nova renovação, de forma a estender o seu prazo de validade por 03 (três) anos para permitir a emissão das renovações das Autorizações de Utilização da Matéria Prima Florestal (AUMPF) e destinação adequada da madeira proveniente das atividades de supressão, bem como, caso necessário, efetuar alguma atividade de supressão de vegetação nas áreas autorizadas nesta ASV.

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Colocamo-nos a disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

Energia Sustentável do Brasil

FLS. 16737
RUB.

Usina Hidrelétrica Jirau

Canteiro de Obras

Atendimento às Condicionantes da 3ª Renovação da Autorização de Supressão da Vegetação (ASV) n° 353/2009

EMPRESA: ENERGIA SUSTENTAVEL DO BRASIL S.A.

PERÍODO DAS ATIVIDADES: 12 DE JULHO DE 2012 A 12 DE JULHO DE 2015

RESPONSÁVEL DA ESBR: VERÍSSIMO ALVES DOS SANTOS NETO

Energia Sustentável do Brasil

FLS: 16738

Sumário

1. INTRODUÇÃO 3

2. ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES 4

Energia Sustentável do Brasil

16739

RUB.

1. INTRODUÇÃO

A 3ª renovação da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nº 353/2009 foi emitida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no dia 12/07/2012, com prazo de validade de 03 (três) anos, autorizando, caso necessário a continuidade da supressão de vegetação em 3.169,07 hectares no Canteiro de Obras da Usina Hidrelétrica (UHE) de Jirau.

Sendo assim, o presente relatório visa apresentar o status atualizado do atendimento às condicionantes da 3ª renovação desta ASV, tendo em vista a necessidade de renovação da mesma, de forma a estender o seu prazo de validade por mais 03 (três) anos para tornar possível a emissão da renovação das Autorizações de Utilização de Matéria Prima Florestal (AUMPF), pela Superintendência do IBAMA em Porto Velho/RO, e o aproveitamento da matéria-prima florestal.

Energia Sustentável do Brasil

FLS. 1674

2. ATENDIMENTO ÀS CONDICIONANTES

1- Condições Gerais:

1.1. O não cumprimento das condicionantes contidas nesta Autorização implicará sua revogação e na aplicação das sanções e penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis.

Resposta:

Conforme informado a este Instituto nos relatórios trimestrais de supressão de vegetação da 3ª renovação da ASV nº 353/2009, nos períodos onde houveram atividades de desmatamento nas áreas contempladas na referida ASV, as mesmas foram realizadas na margem esquerda do rio Madeira pela empresa Global Construções e Terraplanagem Ltda. e Terma Transportes e Terraplanagens Rio Madeira Ltda., contratada pela Camargo Corrêa Comércio e Construções (CCCC).

A construtora contratada para execução das obras civis do empreendimento e as empresas contratadas para execução das atividades de supressão cumpriram com todos os requisitos legais aplicáveis a esta atividade, incluindo as condicionantes desta ASV.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:

- **Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;**
- **Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;**
- **Graves riscos ambientais e de saúde.**

Resposta:

As empresas executoras da supressão da vegetação nas áreas contempladas na 3ª renovação da ASV nº 353/2009, atenderam às condicionantes da referida ASV e às normas legais aplicáveis, mantendo o controle de atendimento através de um banco de dados.

No Canteiro de Obras, existem procedimentos para atendimento a emergências ambientais, sendo dispostos kits de emergência ambiental ao longo das áreas, quando da realização das atividades de desmatamento, equipe de brigada a postos e colaboradores treinados para situações de emergências.

FLS. 16791

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

1.3. Comunicar imediatamente ao IBAMA, a ocorrência de qualquer acidente que cause danos ambientais, estando à continuação da supressão condicionada à manifestação deste Instituto.

Resposta:

Durante o período de validade da 3ª renovação da ASV nº 353/2009 (12/07/2012 a 12/07/2015) não houve nenhuma ocorrência que causasse danos ambientais relativa às atividades de supressão de vegetação.

A ESBR está ciente de sua responsabilidade e dos compromissos assumidos no processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau perante o IBAMA e a ocorrência de qualquer acidente que cause danos ambientais será comunicada imediatamente ao órgão ambiental licenciador.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

1.4 A Energia Sustentável do Brasil S.A. é a única responsável, perante o IBAMA, pelo atendimento das condicionantes postuladas nesta autorização.

Resposta:

A ESBR está ciente de sua responsabilidade e dos compromissos assumidos no processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau perante o IBAMA.

As condicionantes da 3ª renovação da ASV nº 353/2009 foram devidamente atendidas pela ESBR e pelas empresas executoras da supressão de vegetação no Canteiro de Obras, como pode ser verificado no presente relatório e nos relatórios trimestrais de supressão de vegetação nos períodos (trimestres) onde ocorreram atividades de desmatamento.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

1.5. Não é permitido:

- **Uso de fogo e de produtos químicos de qualquer espécie para eliminação de vegetação;**
- **Depósito do material oriundo da supressão de vegetação em aterros e em mananciais hídricos.**

FLS. 16742

Resposta:

As empresas executoras da supressão da vegetação nas áreas contempladas na 3ª renovação da ASV nº 353/2009 não utilizou fogo ou produtos químicos para eliminação de vegetação durante as suas atividades.

O material oriundo da supressão de vegetação no Canteiro de Obras possui 02 (dois) destinos:

- Lenhas e toras: Algumas unidades foram utilizadas no canteiro de obras (**Foto 1.5.1**), conforme apresentado no 13º relatório trimestral de supressão de vegetação da ASV em questão;
- Grande parte do material vegetal resultante da supressão da área desta ASV, toras e lenhas, foram depositada em pátio de estocagem conforme apresentado nos relatórios trimestrais.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

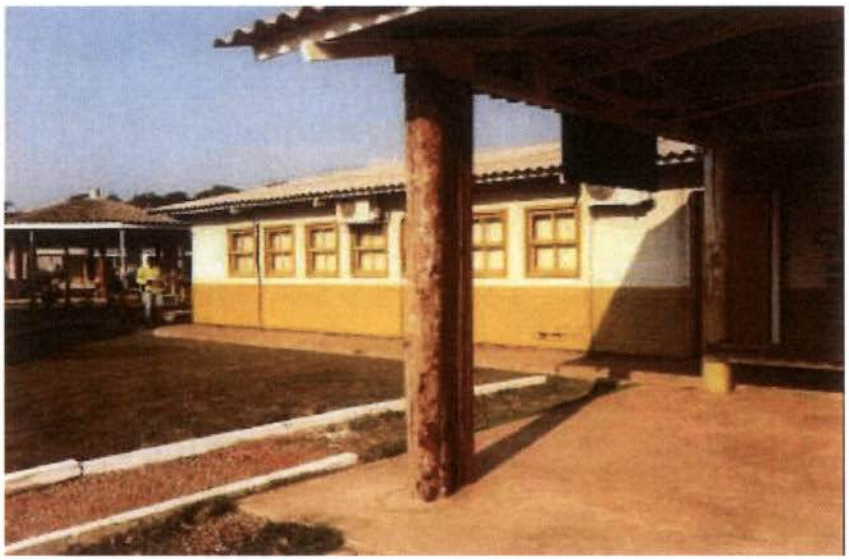


Foto 1.5.1 – Área de vivência no escritório definitivo MD.

2- Condições Específicas:

2.1. A Autorização de Supressão de Vegetação corresponde, exclusivamente, às áreas declaradas pela Energia Sustentável do Brasil S.A., dentro do polígono do canteiro de obras, conforme apresentado nos Documentos VP/LD 360-2009 e AJ/TS 455-2009, destinadas à instalação do Canteiro Definitivo do AHE Jirau, situado no rio Madeira, no município de Porto Velho-RO, como abaixo:

Energia Sustentável do Brasil

16743
RUB.

Tabela 2.1.1 – Áreas Autorizadas para Supressão da Vegetação

Denominação	Tipologia (ha)			
	Floresta	Floresta APP	Pastagem em APP	Total
Área 1 - Aeródromo (MD 1, 3, 4, 5 e 6)	87,04	1,75	0,89	87,93
Área 2 - Alojamento (MD 1 e 2)	10,33	2,17	24,13	34,46
Área 3 - Alojamentos CEIA Reciclagem / Lagoa Industrial (MD 1)	69,40	23,24	0,06	69,46
Área 4 - Atracadouro (MD 1 e 2)	22,55	9,06	12,74	35,29
Área 5 - Barragens Acesso pátios industriais (MD 1, 11 e 12)	81,68	0,7	0,00	81,68
Área 6 - Bota fora (ME 1)	48,55	43,41	0,00	48,55
Área 7 - Canteiro (ME 1)	247,63	2,53	0,00	247,63
Área 8 - Canteiro Industrial Ensecadeiras (MD 1, 11 e 12)	331,75	108,38	0,00	331,75
Área 9 - Estruturas Ensecadeiras e Atracadouro (ME 1, 2, 3 e 4)	398,18	199,29	5,41	403,59
Área 10 - Ilha do Padre	156,01	156,01	0,00	156,01
Área 11 - Jazida de Cascalho (MD 11, 13 e 15)	149,75	0,04	2,03	151,78
Área 12 - Jazida de solo canteiro pioneiro pedreira (MD 11, 12 e 13)	259,24	59,81	64,40	323,64
Área 13 - Jazida MD01 (MD 1, 4, 6, 7, 10 e 11)	656,66	2,54	2,46	659,12
Área 14 - Jazida MD02 (MD 1, 2 e 3)	148,50	2,93	7,18	155,68
Área 15 - Jazida ME (ME 1)	65,18	31,13	0,00	65,18
Área 16 - Acesso e LT (MD 1)	0,49	0,49	0,21	0,7
Área 17 - Área de Inundação (Ilha do Padre, MD 1, 11, 12, 13 e 14)	80,93	80,93	0,00	80,93
Área 18 - Área de Inundação	235,31	130,69	0,38	235,69
Total Geral	**3.049,18**	**855,10**	**119,89**	**3.169,07**

Resposta:

Conforme consta nos relatórios trimestrais de supressão de vegetação da ASV nº 353/2009 3ª Renovação apresentados a este Instituto, o total acumulado de desmatamento, considerando as áreas dentro das estruturas definidas pela ASV nº 353/2009, 1ª, 2ª e 3ª renovações, foram de 1.203,26 hectares, conforme apresentado nas **Tabelas 2.1.2 e 2.1.3**, correspondendo

16744 Rubr.

respectivamente ao detalhamento por área durante a vigência da 3ª Renovação e, o Total Geral acumulado.

A supressão/intervenção da vegetação ocorreu da seguinte maneira:

- 13º Trimestre (12/07/2012 a 11/10/2012): Houve a supressão de vegetação em uma área de 11,97ha;
- 14º Trimestre (12/10/2012 a 11/01/2013): Não houve supressão de vegetação;
- 15º Trimestre (12/01/2013 a 11/04/2013): Não houve supressão de vegetação;
- 16º Trimestre (12/04/2013 a 11/07/2013): Houve a supressão de vegetação em uma área de 0,0391ha;
- 17° Trimestre (12/07/2013 a 11/10/2013): Não houve supressão de vegetação;
- 18° Trimestre (12/10/2013 a 11/01/2014): Não houve supressão de vegetação;
- 19° Trimestre (12/01/2014 a 11/04/2015): Não houve supressão de vegetação;
- 20° Trimestre (12/04/2014 a 11/07/2014): Não houve supressão da vegetação.
- 21° Trimestre (12/07/2014 a 11/10/2014): Não houve supressão da vegetação.
- 22° Trimestre (12/10/2014 a 11/01/2015): Não houve supressão da vegetação.
- 23° Trimestre (12/01/2015 a 11/04/2015): Não houve supressão da vegetação.
- 24° Trimestre (12/04/2015 a 12/07/2015): Não haverá supressão da vegetação.

Tabela 2.1.2 - Áreas Suprimidas por Trimestre da 3ª renovação da ASV 353/2009

Denominação	Áreas Autorizadas (ha)	Áreas Suprimidas (ha) – 3ª Renovação												
		Trimestre												
		13°	14°	15°	16º	17º	18º	19º	20º	21º	22º	23º	24º	TOTAL
Área 1 - Aeródromo (MD 1, 3, 4, 5 e 6)	87,93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 2 - Alojamento (MD 1 e 2)	34,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 3 - Alojamentos CEIA Reciclagem / Lagoa	69,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Industrial (MD 1)														
Área 4 - Atracadouro (MD 1 e 2)	35,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 5 - Barragens Acesso pátios industriais (MD 1, 11 e 12)	81,68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 6 - Bota fora (ME 1)	48,55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 7 - Canteiro (ME 1)	247,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 8 - Canteiro Industrial Ensecadeiras (MD 1, 11 e 12)	331,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 9 - Estruturas Ensecadeiras e Atracadouro (ME 1, 2, 3 e 4)	403,59	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 10 - Ilha do Padre	156,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 11 - Jazida de Cascalho (MD 11, 13 e 15)	151,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 12 - Jazida de solo canteiro pioneiro pedreira (MD 11, 12 e 13)	323,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 13 - Jazida MD01 (MD 1, 4, 6, 7, 10 e 11)	659,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Área 14 - Jazida MD02 (MD 1, 2 e 3)	155,68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Área 15 - Jazida ME (ME 1)	65,18	8,82	-	-	0,04	-	-							**8,86**
Área 16 - Acesso e LT (MD 1)	0,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0,00**
Área 17 - Área de Inundação (Ilha do Padre, MD 1, 11, 12, 13 e 14)	80,93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**0,00**
Área 18 - Área de Inundação	235,69	3,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**3,15**
Total Geral	**3.169,07**	**11,97**	**0,00**	**0,00**	**0,04**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12,01**

Os mapas contendo as áreas suprimidas/intervidas no 13º e no 16º trimestre foram apresentados no Anexo 3 dos relatórios trimestrais de supressão de vegetação correspondentes.

Tabela 2.1.3 – Valor Acumulado das Áreas Totais Suprimidas

FLS. 16747
SUB.

Trimestre	Período	Quantitativo (ha)	Correspondência Protocolada no IBAMA
1º	04/06/2009 a 03/09/2009	194,121	AJ/TS 1343-2009 - 27/10/2009
2º	04/09/2009 a 03/12/2009	134,351	AJ/TS 305-2010 - 19/03/2010
3º	04/12/2009 a 03/03/2010	98,945	AJ/TS 408-2010 - 14/04/2010
4º	04/03/2010 a 03/06/2010	137,613	AJ/TS 1145-2010 - 20/08/2010
5º	05/06/2010 a 04/08/2012	112,518	AJ/TS 376-2011 - 04/03/2011
6º	05/08/2010 a 04/10/ 2010	194,870	AJ/TS 1080-2011 - 09/06/2011
7º	05/11/2010 a 04/02/2011	190,198	AJ/TS 1081-2011 - 09/06/2011
8º	05/02/2011 a 10/06/2011	86,955	AJ/CB 818-2012 - 25/05/2012
9º	17/06/2011 a 17/09/2011	28,631	AJ/CB 505-2012 - 19/03/2012
10º	05/09/2011 a 05/12/2011	13,061	AJ/CB 506-2012 - 19/03/2012
11º	05/12/2012 a 05/03/2012	00,000	AJ/CB 507-2012 - 19/03/2012
12º	05/03/2012 a 05/06/2012	00,000	AJ/TS 1107-2012 11/06/2012
13º	12/07/2012 a 11/10/2012	11,97	AJ/CB 2505-2012 - 13/03/2013
14º	12/10/2012 a 11/01/2013	00,000	IT/AT 1219-2013 - 08/08/2013
15º	12/01/2013 a 11/04/2013	00,000	IT/AT 1219-2013 - 08/08/2013
16º	12/04/2013 a 11/07/2013	0,0391*	IT/AT 1293-2013 - 27/08/2013
17º	12/07/2013 a 11/10/2013	00,000	IT/AT 1557-2013 - 23/10/2013
18º	12/10/2013 a 11/01/2014	00,000	IT/AT 093-2014 - 22/01/2014
19º	12/01/2014 a 11/04/2014	00,000	IT/AT 802-2014 - 08/05/2014
20º	12/04/2014 a 11/07/2014	00,000	IT/AB 1111-2014 - 16/07/2014
21º	12/07/2014 a 11/10/2014	00,000	IT/AB 1609-2014 - 16/10/2014
22º	12/10/2014 a 11/01/2015	00,000	IT/AB 075-2015 – 26/01/2015
23º	12/01/2015 a 11/04/2015	00,000	IT/AB 580-2015 – 27/04/2015
24º	12/04/2015 a 12/07/2015	00,000	IT/AB 850-2015 – a ser protocolada
TOTAL		**1.203,26**	

*Quantitativo retificado conforme correspondencia IT/AT 1311-2013, protocolada em 23 de agosto de 2013.

Na **Tabela 2.1.4** abaixo é apresentado o quantitativo suprimido em Área de Preservação Permanente (APP) e fora de APP.

Tabela 2.1.4 - Quantitativo Suprimido em APP e fora de APP na 3ª renovação da ASV 353-2009

Denominação	Áreas Autorizadas (ha)	Áreas Suprimidas (ha)		
		Em APP	Fora da APP	Total
Área 1 - Aeródromo (MD 1, 3, 4, 5 e 6)	87,93	-	-	-
Área 2 - Alojamento (MD 1 e 2)	34,46	-	-	-
Área 3 - Alojamentos CEIA Reciclagem / Lagoa	69,46	-	-	-

Industrial (MD 1)				
Área 4 - Atracadouro (MD 1 e 2)	35,29	-	-	-
Área 5 - Barragens Acesso pátios industriais (MD 1, 11 e 12)	81,68	-	-	-
Área 6 - Bota fora (ME 1)	48,55	-	-	-
Área 7 - Canteiro (ME 1)	247,63	-	-	-
Área 8 - Canteiro Industrial Ensecadeiras (MD 1, 11 e 12)	331,75	-	-	-
Área 9 - Estruturas Ensecadeiras e Atracadouro (ME 1, 2, 3 e 4)	403,59	-	-	-
Área 10 - Ilha do Padre	156,01	-	-	-
Área 11 - Jazida de Cascalho (MD 11, 13 e 15)	151,78	-	-	-
Área 12 - Jazida de solo canteiro pioneiro pedreira (MD 11, 12 e 13)	323,64	-	-	-
Área 13 - Jazida MD01 (MD 1, 4, 6, 7, 10 e 11)	659,12	-	-	-
Área 14 - Jazida MD02 (MD 1, 2 e 3)	155,68	-	-	-
Área 15 - Jazida ME (ME 1)	65,18	8,82	0,04	**8,86**
Área 16 - Acesso e LT (MD 1)	0,70	-	-	-
Área 17 - Área de Inundação (Ilha do Padre, MD 1, 11, 12, 13 e 14)	80,93	-	-	-
Área 18 - Área de Inundação	235,69	3,15	-	**3,15**
Total Geral	**3.169,07**	**11,97**	**0,04**	**12,01**

2.2. Efetuar remoção, transporte e armazenamento apropriado da serrapilheira e dos resíduos vegetais das áreas desmatadas, que deverão ser utilizados na recuperação das áreas degradadas.

Resposta:

Conforme consta nos relatórios trimestrais de supressão de vegetação da 3ª renovação da ASV nº 353/2009 apresentados a este Instituto, o material vegetal restante do desmatamento (galhadas, folhas e raízes) foi enleirado no limite da área desmatada e do remanescente **(Foto 2.2.1 e Foto 2.2.2)**.

16749
FLUB.

Foto 2.2.1 – Enleiramento da serrapilheira.

Foto 2.2.2 – Estoque de solo orgânico.

O andamento e os resultados do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas no Canteiro de Obras são apresentados a este Instituto nos relatórios semestrais da UHE Jirau, conforme estabelecido na Licença de Operação n° 1097/2012, no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradas encontram-se apresentados o estágio das atividades.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

2.3. As espécies utilizadas para recuperação das áreas degradadas deverão ser preferencialmente, nativas provenientes do resgate de germoplasma.

Resposta:

O viveiro de mudas, instalado no interior do Canteiro de Obras, localizado no Centro Integrado de Educação Ambiental (CIEA), prosseguiu com suas atividades afins, sendo as mudas produzidas neste período, como também as que já haviam sido produzidas utilizadas na recuperação das áreas degradadas do Canteiro de Obras, como também em Áreas de Preservação Permanente do reservatório da UHE Jirau, no âmbito do Programa de Conservação de Flora – Subprograma de Revegetação de Áreas de Preservação Permanente do reservatório da UHE Jirau.

Tendo em vista a desmobilização da empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., em maio de 2014, todas as atividades referentes ao viveiro foram repassadas à ESBR, sendo as mesmas executadas através da Cooperativa de Produtores Rurais do Observatório Ambiental Jirau – COOPPROJIRAU.

FLS. 16750
RUB.

Nos relatórios semestrais em atendimento a Licença de Operação n° 1097/2012, no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradas encontram-se apresentados o estágio das atividades.

As espécies utilizadas na recuperação são aquelas provenientes do resgate de germoplasma na área.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

2.4. Promover, concomitantemente às atividades de supressão, o afugentamento e o resgate de fauna, mediante a devida autorização do IBAMA, com inclusão das atividades desenvolvidas no relatório técnico a ser elaborado ao final das atividades de supressão, contendo a lista de animais resgatados durante o período, em cada área a ser suprimida.

Resposta:

O desmatamento nas áreas contempladas na 3ª renovação da ASV nº 353/2009 e, consequentemente, o acompanhamento e o resgate da fauna silvestre nestas áreas, foram realizados durante o período (trimestre) em que ocorreram as atividades de supressão da referida ASV, sendo necessário o resgate de animais somente no 13° trimestre (12/07/2012 a 11/10/2012), onde a relação dos animais capturados e salvos foram apresentados em forma de planilha em anexo ao referido relatório trimestral.

No **Gráfico 2.4.1** abaixo é apresentado o quantitativo de espécies resgatadas na área, entre os meses de julho de 2012 a outubro de 2012 (13° trimestre).

As atividades do Programa de Acompanhamento do Desmatamento e Resgate da Fauna Silvestre desenvolvidas pela empresa Systema Naturae Consultoria Ambiental Ltda. neste período foram contempladas na Autorização emitida pelo IBAMA para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 157/2012, emitida no dia 21/09/2012 e válida até 21/09/2014.

As atividades de acompanhamento da supressão e resgate da fauna envolveram varreduras diárias realizadas nas áreas recém-desmatadas, além de vistorias em termiteiros e troncos derrubados, com o objetivo de remover os animais que não conseguiram se auto relocar. Adicionalmente, as equipes da Systema Naturae Consultoria Ambiental Ltda. orientaram os profissionais responsáveis pelo desmatamento quanto aos procedimentos adequados na presença de animais e efetuaram a captura, quando necessário.

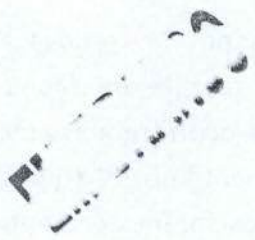
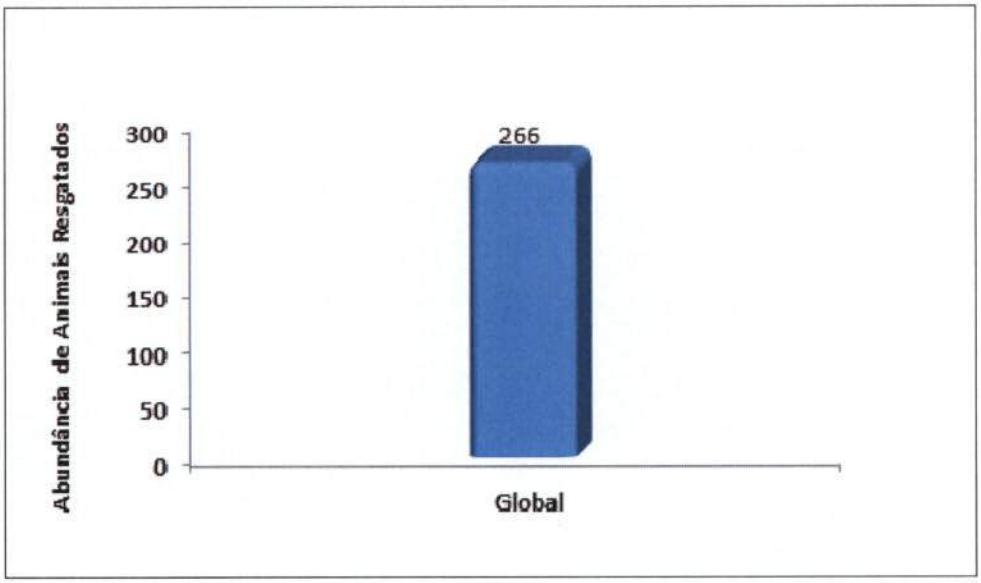


Gráfico 2.4.1 – Quantitativo de Espécies Resgatadas (13º trimestre).



Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

2.5. A recuperação das áreas degradadas pelo empreendimento será considerada reposição florestal para os fins necessários à retirada da matéria-prima florestal do empreendimento.

Resposta:

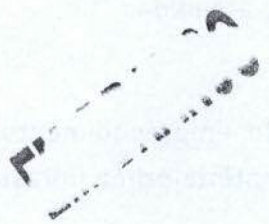
O Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas específico do Canteiro de Obras foi protocolado na Superintendência do IBAMA em Porto Velho/RO, no dia 26/10/2010, através da correspondência AJ/MC 1435-2010, com o objetivo de lançamento de créditos de reposição florestal do sistema DOF (Documento de Origem Florestal) da ESBR.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

2.6. Propiciar o aproveitamento da matéria-prima florestal conforme determinações da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 07 de Abril de 2009. Em tal aproveitamento deve constar o romaneio de toda a matéria-prima florestal, incluindo os espécimes objeto de resgate da flora.

Resposta:

Durante o período de validade da 3ª renovação da ASV nº 353/2009, foram realizados os trabalhos de romaneio nestes pátios e foram protocolados neste órgão ambiental os relatórios de cubagem para a posterior realização de vistorias técnicas.



Segue abaixo o fluxograma definido em conjunto com a Superintendência do IBAMA em Porto Velho/RO para a emissão das AUMPF e para a retirada da madeira (**Figura 2.6.1**).

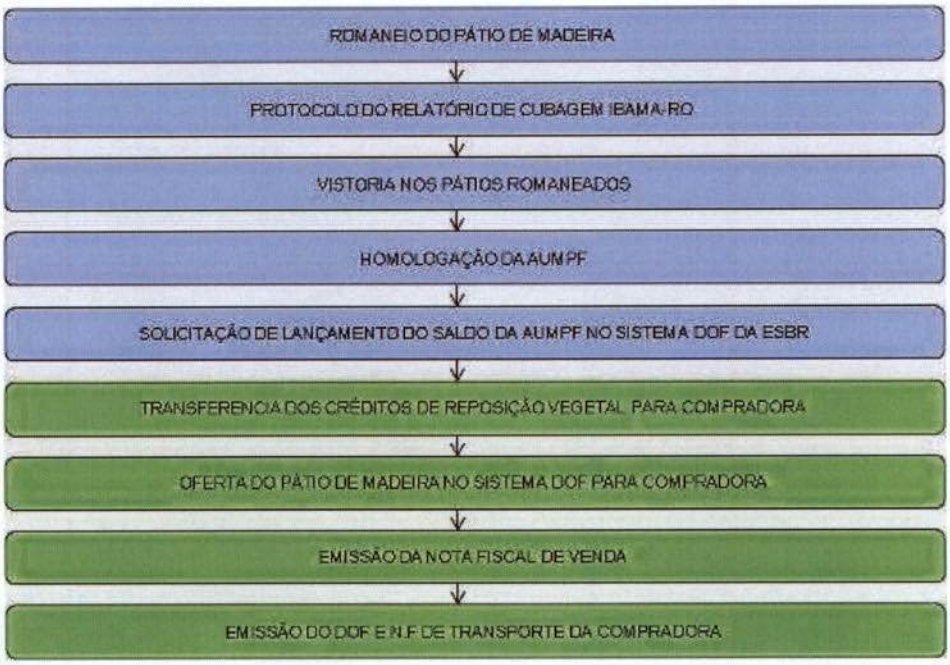


Figura 2.6.1 - Fluxograma de retirada da madeira do AHE Jirau

As AUMPF dos referidos romaneios foram emitidas conforme o fluxograma acima, gerando os seguintes documentos:

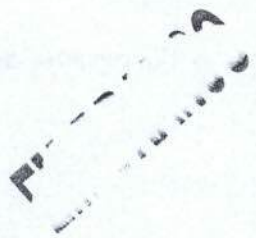
- AUMPF nº 1100.3.2012.00024 emitida em 14/03/2013;
- AUMPF nº 1100.3.2013.00001 emitida em 29/04/2103.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

2.7. Realizar a atividade de supressão da vegetação com equipe técnica capacitada e com o acompanhamento técnico integral de um Engenheiro Florestal, portando cópia desta Autorização de Supressão de Vegetação, cópia da Licença Ambiental do empreendimento, e cópia do registro de proprietário das motosserras que estiverem sendo utilizadas no corte da vegetação.

Resposta:

As atividades de supressão de vegetação foram realizadas por profissionais habilitados, portando cópia dos documentos determinados nesta condicionante (3ª renovação da ASV nº 353/2009 e registros de proprietário dos motosserras), conforme descrito nos relatórios trimestrais de



supressão de vegetação da 3ª renovação da ASV nº 353/2009, protocolados no IBAMA (ver atendimento à condicionante 2.8 deste relatório).

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

2.8. Apresentar, trimestralmente, relatório das atividades intervenção/supressão de vegetação realizada. O mesmo relatório deverá ser apresentado, em até 60 (sessenta) dias após o término do período. Neste relatório deverá constar o aproveitamento e destinação da matéria-prima florestal, bem como mapa, obtido a partir de imagens de alta resolução, com a poligonal das áreas já suprimidas (com os arquivos vetoriais em formato *shapefile*), conforme as áreas declaradas pela Energia Sustentável do Brasil S.A., com as seguintes especificações:

Local de Intervenção	Tipo de vegetação	Estágio Sucessional	Área (ha)		Total (ha)
			Fora de APP	Em APP	
TOTAL					

Resposta:

- 13º trimestre, contemplando o periodo de 12/07/2012 a 11/10/2012, foi protocolado em 13/03/2012 através da correspondencia AJ/CB 2505-2012;
- 14º trimestre, contemplando o periodo de 12/10/2012 a 11/01/2013, foi protocolado em 08/08/2013 através da correspondencia IT/AT 1219-2013;
- 15º trimestre, contemplando o periodo de 12/01/2013 a 11/04/2013, foi protocolado em 08/08/2013 através da correspondencia IT/AT 1219-2013;
- 16º trimestre, contemplando o periodo de 12/04/2013 a 11/07/2013, foi protocolado em 27/08/2013 através da correspondencia IT/AT 1293-2013, sendo retificado o quantitativo suprimido no trimestre através da correspondência IT/AT 1311-2013, protocolada em 23 de agosto de 2013;
- 17º trimestre, contemplando o periodo de 12/07/2013 a 11/10/2013, foi protocolado em 23/10/2013 através da correspondencia IT/AT 1557-2013;
- 18º trimestre, contemplando o periodo de 12/10/2013 a 11/01/2014, foi protocolado em 22/01/2014 através da correspondencia IT/AT 093-2014;
- 19º trimestre, contemplando o periodo de 12/01/2014 a 11/04/2014, foi protocolado em 08/05/2014 através da correspondencia IT/AT 802-2014;

16754
RUB.

- 20º trimestre, contemplando o periodo de 12/04/2014 a 11/07/2014, foi protocolado em 16/07/2014 através da correspondencia IT/AB 1111-2014;
- 21º trimestre, contemplando o periodo de 12/07/2014 a 11/10/2014, foi protocolado em 16/10/2014 através da correspondencia IT/AB 1609-2014;
- 22º trimestre, contemplando o periodo de 12/10/2014 a 11/01/2015, foi protocolado em 26/01/2015 através da correspondencia IT/AB 075-2015;
- 23º trimestre, contemplando o periodo de 12/01/2015 a 11/04/2015, foi protocolado em 27/04/2015 através da correspondencia IT/AB 580-2015.
- 24º trimestre, contemplando o periodo de 12/04/2015 a 12/07/2015, a ser protocolado.

Desta forma, esta condicionante foi devidamente atendida.

2.9. Os relatórios apresentados deverão conter, quando couber, os seguintes dados do empreendedor, do executor e dos responsáveis técnicos: (i) denominação ou nome; (ii) endereço completo; (iii) CGC ou CIC; (iv) telefone para contato; (v) número do registro no CREA, (vi) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; (vii) número do Cadastro Técnico Federal; e (viii) assinaturas dos responsáveis pelo estudo em uma das cópias apresentadas.

Resposta:

Todas as informações solicitadas nesta condicionante foram apresentadas nos relatórios trimestrais de supressão de vegetação (13° e 16° trimestres) da 3ª renovação da ASV nº 353/2009 protocolados no IBAMA (ver atendimento à condicionante 2.8 deste relatório).

Desta forma, esta condicionante está sendo devidamente atendida.

2.10. Como medida compensatória pela intervenção em Área de Preservação Permanente – APP deverá ser recuperada uma área equivalente ao total de intervenção em APP realizada, prioritariamente na área de influência do empreendimento, conforme os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação de Áreas de Preservação Permanente estabelecidos na Instrução Normativa MMA nº 5/2009. Os resultados devem ser apresentados juntamente com o Programa de Conservação da Flora. A revegetação da Área de Preservação Permanente do Reservatório pode entrar no cômputo da compensação, sem prejuízo das compensações estabelecidas por outras Autorizações ou Licenças no âmbito do processo de licenciamento.

Resposta:

A ESBR está ciente de sua responsabilidade e dos compromissos assumidos no processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau perante o IBAMA.

A proposta de delimitação da Área de Preservação Permanente (APP) do futuro reservatório da UHE Jirau foi analisada inicialmente pelo IBAMA no Parecer Técnico (PT) nº 109/2011/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, enviado à ESBR no dia 08/11/2011, por meio do Ofício nº 664/2011/CGENE/DILIC/IBAMA, onde concluiu-se que "*(...) diretrizes e critérios propostos atendem às premissas estabelecidas pelo licenciamento ambiental*". Este órgão solicitou a apresentação de justificativas técnicas e/ou ajustes na delimitação da APP, os quais foram apresentados pela ESBR no dia 01/12/2011, através da correspondência AJ/TS 2099-2011.

Tais esclarecimentos e propostas de ajustes foram analisados por este IBAMA no PT nº 142/2011 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA (análise do Relatório Consolidado), enviado à ESBR no dia 24/01/2012, por meio do Ofício nº 06/2012/CGENE/DILIC/IBAMA, tendo sido solicitada a realização das adequações indicadas no referido parecer e a apresentação do mapeamento da APP definitiva. Desta forma, no dia 16/03/2012, a ESBR protocolou no IBAMA a correspondência AJ/TS 497-2012, apresentando a delimitação final da APP do futuro reservatório do AHE Jirau.

A revegetação das áreas degradadas da futura APP será contabilizada como medida compensatória pela intervenção em APP para a instalação do empreendimento, conforme determinado nesta condicionante. Vale ressaltar que as atividades estão sendo apresentadas nos relatórios semestrais específicos sobre o Subprograma de Revegetação da APP do Futuro Reservatório do AHE Jirau (Programa de Conservação da Flora) em atendimento a Licença de Operação n° 1097/2012 da UHE Jirau.

Desta forma, esta condicionante está sendo devidamente atendida.

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Parte
Nº. 02001.013174/2015-42
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16756
RUB.

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015

IT/AT 868-2015

Dr. Júlio César Gomes Pinho
Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – DPDS
Fundação Nacional do Índio - FUNAI

DIGITALIZADO NO IBAMA

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Envio do 5º Relatório Semestral do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas após a Emissão da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Prezado Dr. Júlio César Gomes Pinho,

Como é de conhecimento desta Fundação, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, está executando, no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau, as atividades previstas no Programa de Apoio às Comunidades Indígenas.

No dia 01 de julho de 2015, a ESBR protocolou no IBAMA/Sede, por meio da correspondência IT/AT 772-2015, o 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012, o qual apresenta informações sobre o andamento de todos os programas socioambientais do empreendimento no período de 01 de novembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar uma cópia digital (CD-ROM) do 5º Relatório Semestral do Programa de Programa de Apoio às Comunidades Indígenas (Anexo 4.23.1 do relatório mencionado acima), contemplando um detalhamento das atividades desenvolvidas no referido período.

Colocamo-nos à disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

À analista Alessandra
Dium para conhecimento,
minutar ofício Funai
solicitando manifestação.

22.07.15

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.0131 77/2015- 86
Recebido em: **10/07/2015**
Assinatura

Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILICI/IBAMA FLS 16757 RUB.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015.

IT/AT 865-2015

Sr. Renê Luiz de Oliveira
Superintendente do IBAMA em Rondônia
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Ref.: UHE Jirau – Envio do 5º Relatório Semestral da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012.

Prezado Sr. Renê de Oliveira,

No dia 01 de julho de 2015, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) protocolou no IBAMA/Sede, por meio da correspondência IT/AT 772-2015, o 5º Relatório Semestral da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012, o qual apresenta informações sobre o andamento de todos os programas socioambientais do empreendimento até o dia 30 de abril de 2015.

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar uma cópia digital do 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, após a emissão da LO nº 1097/2012

Colocamo-nos a disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

À Equipe 1 para análise de andamento dos programas ambientais e estádios de cumprimento das condicionantes específicas da LO 1097/2012.

22.07.15

Frederico Queirroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013178/2015-21
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16758
RUB.

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015

IT/AT 864-2015

Dr. Carlos Augusto Vaz de Souza
Diretor
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Ministério da Saúde – MS

DIGITALIZADO NO IBAMA

Dra. Ana Carolina Santelli
Coordenadora
Coordenação Geral do Programa Nacional de Controle da Malária – CGPNCM/SVS/MS

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000
tel +55 21 2277 3800

Ref.: UHE Jirau – Envio do 5º Relatório Semestral do Programa de Saúde Pública após a Emissão da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012

Prezado Dr. Carlos Souza,

Como é de conhecimento deste Ministério, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, está executando, no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau, as atividades previstas no Programa de Saúde Pública.

No dia 01 de julho de 2015, a ESBR protocolou no IBAMA/Sede, por meio da correspondência IT/AT 772-2015, o 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012, o qual apresenta informações sobre o andamento de todos os programas socioambientais do empreendimento no período de 01 novembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar uma cópia digital (CD-ROM) do 5º Relatório Semestral do Programa de Saúde Pública (Anexo 4.22.1 do relatório mencionado acima), contemplando as atividades desenvolvidas no referido período.

Vale ressaltar que este relatório incorpora as recomendações apresentadas por este Ministério no Parecer Técnico nº 78/2014-DSAST/SVS/MS, encaminhado à ESBR por meio do Ofício nº 65/2014-DSAST/SVS/MS, contendo a avaliação do 3º Relatório Semestral do programa em questão.

Nestes termos, solicitamos a gentileza de, após a análise deste relatório seja encaminhado para esta empresa um parecer técnico sobre o mesmo.

Colocamo-nos à disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

À Alessandra Dium. Peço que minute ofício COHID solicitando uma análise temporal do quadro evolutivo de malária na região.
Minutar ofício à SVS, solicitando manifestação.
22.07.15

Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16759 RUB.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2015.

IT/AB 850-2015

Dr. Thomaz Miazaki de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Cc.: Sr. Renê Luiz de Oliveira
Superintendente do IBAMA em Rondônia

DIGITALIZADO NO IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Atendimento à Condicionante 2.8 da 3ª Renovação da ASV nº 353/2009 (24º Trimestre)

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Prezado Dr. Thomaz de Toledo,

Em atendimento à condicionante 2.8 da 3ª renovação da Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) nº 353/2009, emitida por este Instituto no dia 12/07/2012 e válida até o dia 12/07/2015, que dispõe:

> *"2.8 Apresentar, trimestrais, relatório das atividades intervenção/supressão de vegetação realizadas. O mesmo relatório deverá ser apresentado, em até 60 (sessenta) dias após o término do período. Nesse relatório deverá constar o aproveitamento e destinação da matéria-prima florestal, bem como mapa, obtido a partir de imagens de alta resolução, com a poligonal das áreas já suprimidas (com os arquivos vetoriais em formato shapefile), conforme as áreas declaradas pela Energia Sustentável do Brasil S.A., com as seguintes especificações:*

Local de intervenção	Tipo de vegetação	Estágio Sucessional	Área (ha)		Total (ha)
			Fora de APP	Em APP	
TOTAL					

A Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) vem, através desta, informar que não houve supressão de vegetação nas áreas contempladas na 3ª renovação da ASV nº 353/2009 no período de 12/04/2015 a 12/07/2015, correspondente ao 24º trimestre desta ASV.

Consta na Tabela 1 a seguir o quantitativo suprimido nas áreas autorizadas pela ASV nº 353/2009 desde o início das atividades até o dia 12/07/2015.

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013168/2015-95
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

A Bruno para conhecimento e ciência se pertinente.

Em, 28/7/15

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

160

Energia Sustentável do Brasil

IBAMA FLS. 16760

TABELA 1 – SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NAS ÁREAS CONTEMPLADAS NA ASV Nº 353/2009

TRIMESTRE	PERÍODO	QUANTITATIVO (HA)	CORRESPONDÊNCIA PROTOCOLADA NO IBAMA
1º	04/06/2009 a 03/09/2009	194,12	AJ/TS 1343-2009
2º	04/09/2009 a 03/12/2009	134,35	AJ/TS 305-2010
3º	04/12/2009 a 03/03/2010	98,95	AJ/TS 408-2010
4º	04/03/2010 a 04/06/2010	137,61	AJ/TS 1145-2010
5º	05/06/2010 a 04/08/2010	112,52	AJ/TS 376-2011
6º	05/08/2010 a 04/11/2010	194,87	AJ/TS 1080-2011
7º	05/11/2010 a 04/02/2011	190,19	AJ/TS 1081-2011
8º	05/02/2011 a 10/06/2011	86,95	AJ/CB 818-2012
9º	17/06/2011 a 17/09/2011	28,63	AJ/CB 505-2012
10º	05/09/2011 a 05/12/2011	13,06	AJ/CB 506-2012
11º	17/12/2011 a 16/03/2012	0,00	AJ/CB 507-2012
12º	05/03/2012 a 05/06/2012	0,00	AJ/TS 1107-2012
13º	12/07/2012 a 11/10/2012	11,97	AJ/CB 2505-2012
14º	12/10/2012 a 11/01/2013	0,00	IT/AT 1177-2013
15º	12/01/2013 a 11/04/2013	0,00	IT/AT 1177-2013
16º	12/04/2013 a 11/07/2013	0,0391*	IT/AT 1293-2013
17º	12/07/2013 a 11/10/2013	0,00	IT/AT 1557-2013
18º	12/10/2013 a 11/01/2014	0,00	IT/AT 093-2014
19º	12/01/2014 a 11/04/2014	0,00	IT/AB 802-2014
20º	12/04/2014 a 11/07/2014	0,00	IT/AB 1111-2014
21º	12/07/2014 a 11/10/2014	0,00	IT/AB 1609-2014
22º	12/10/2014 a 11/01/2015	0,00	IT/AB 075-2015
23º	12/01/2015 a 11/04/2015	0,00	IT/AB 580-2015
24º	12/04/2015 a 12/07/2015	0,00	IT/AB 850-2015
Total		1.203,26	

* Quantitativo retificado, conforme correspondência IT/AT 1311-2013, protocolada em 23 de agosto de 2013.

Colocamo-nos à disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013176/2015-31
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

Energia Sustentável do Brasil

COHID/ILICI/IBAMA
FLS. 16761

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015

IT/AT 869-2015

Dr. Carlos Augusto Vaz de Souza
Diretor
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
Ministério da Saúde - MS

DIGITALIZADO NO IBAMA

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000
tel + 55 21 2277 3800

Ref.: UHE Jirau – Envio do 5º Relatório Semestral do Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico após a Emissão da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012

Prezado Dr. Carlos Souza,

Como é de conhecimento deste Ministério, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, está executando, no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau, as atividades previstas no Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico.

No dia 01 de julho de 2015, a ESBR protocolou no IBAMA/Sede, por meio da correspondência IT/AT 772-2015, o 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012, o qual apresenta informações sobre o andamento de todos os programas socioambientais do empreendimento no período de 01 de novembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar uma cópia digital (CD-ROM) do 5º Relatório Semestral do Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico (Anexo 4.7.1 do relatório mencionado acima), descrevendo as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos no referido período, contemplando também os estudos de saúde humana.

Vale ressaltar que este relatório incorpora as recomendações apresentadas por este Ministério no Parecer Técnico nº 78/2014-DSAST/SVS/MS, encaminhado à ESBR por meio do Ofício nº 65/2014-DSAST/SVS/MS, contendo a avaliação do 3º Relatório Semestral do programa em questão.

Colocamo-nos à disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

A Leonora Para conhecimento.
Em 28/7/15

1/1

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

...LIZADO NO IBAMA

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16762
JUB.

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015

IT/AT 870-2015

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013173/2015-06
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

Sr. Vilson de Salles Machado
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Sr. Edjales Benício de Brito
Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Velho
Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA

Sr. Williames Pimental
Secretário da Saúde
Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Sr. Domingos Sávio Fernandes de Araújo
Secretário Municipal de Saúde de Porto Velho
Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA

Dra. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho
Reitora
Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Atendimento à Letra "j" do Item 1.6 do Ofício nº 1066/2012/DILIC/IBAMA – Programa de Monitoramento Limnológico – Plano Ambiental de Monitoramento de Elementos Traço

Prezado (a),

No dia 19 de outubro de 2012, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, recebeu o Ofício nº 1066/2012/DILIC/IBAMA, através do qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) encaminhou a Licença de Operação (LO) nº 1097/2012 da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau e solicitou o cumprimento das recomendações contidas no mesmo.

Desta forma, em atendimento a letra "j" do item 1.6 deste Ofício, que dispõe:

"1.6. No âmbito do Programa de Monitoramento Limnológico:

j) No plano Ambiental de Monitoramento de Elementos Traço:

À Leonora para conhecimento.
Em, 28/7/15

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16763

- *Encaminhar o relatório consolidado aos órgãos estaduais e municipais responsáveis pela preservação ambiental, pela saúde pública e vigilância sanitária, e as instituições de ensino e pesquisa;"*

A ESBR vem, por meio desta, encaminhar uma cópia digital (CD-ROM) do 5º Relatório Semestral do Plano de Monitoramento Ambiental de Elementos Traço (Anexo 2 do Programa de Monitoramento Limnológico), contemplando as ações desenvolvidas e os resultados obtidos no período de 01 de novembro de 2014 a 30 de abril de 2015, ao longo das campanhas de monitoramento realizadas no referido período.

Vale ressaltar que este documento integra o 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, protocolado no IBAMA/Sede no 01 de julho de 2015, por meio da correspondência IT/AT 772-2015, em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da LO nº 1097/2012, o qual apresenta informações sobre o andamento de todos os programas socioambientais do empreendimento no período de 01 de novembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 22773800

Colocamo-nos a disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

EM BRANCO

DIGITALIZADO NO IBAMA

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 16764
RUB

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2015

IT/AT 866-2015

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013179/2015-75
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

Dr. Celso Luiz Garcia
Diretor-Geral
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Envio do 5º Relatório Semestral do Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira após a Emissão da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Prezado Dr. Celso Luiz Garcia,

Como é de conhecimento deste Departamento, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, está executando, no âmbito do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, as atividades previstas no Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira.

No dia 01 de julho de 2015, a ESBR protocolou no IBAMA/Sede, por meio da correspondência IT/AT 772-2015, o 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012, o qual apresenta informações sobre o andamento de todos os Programas Socioambientais do empreendimento no período de 01 de novembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar uma cópia digital (CD-ROM) do 5º Relatório Semestral do Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira, parte integrante do relatório mencionado acima, contemplando um detalhamento das atividades desenvolvidas no referido período.

Colocamo-nos à disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

A Alessandra
Bom para
conhecimento.
Em, 28/7/15

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013171/2015-17
Recebido em: 10/07/2015
Assinatura

Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16765
RSB

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2015

IT/AT 871-2015

Sr. Edjales Benício de Brito
Secretário
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Porto Velho – SEMA

DIGITALIZADO NO IBAMA

Sr. Vilson de Salles Machado
Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

Cc.: Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Ref.: UHE Jirau – Envio do 5º Relatório Semestral do Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico após a Emissão da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012

Prezados;

Como é de conhecimento destas Secretarias, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, está executando, no âmbito do processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau, as atividades previstas no Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico.

No dia 01 de julho de 2015, a ESBR protocolou no IBAMA/Sede, por meio da correspondência IT/AT 772-2015, o 5º Relatório Semestral da UHE Jirau, em atendimento ao § 1º da condicionante 2.1 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012, o qual apresenta informações sobre o andamento de todos os programas socioambientais do empreendimento no período de 01 de novembro de 2014 a 30 de abril de 2015.

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar uma cópia digital (CD-ROM) do 5º Relatório Semestral do Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico (Anexo 4.7.1 do relatório mencionado acima), descrevendo as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos no referido período, contemplando também os estudos de saúde humana.

Colocamo-nos à disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

A Leonora Mibaque.
Para análise.
Em, 28/7/15
Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador da Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16766

DESPACHO 02001.019623/2015-66 COHID/IBAMA

Brasília, 15 de julho de 2015

À: Coordenação Geral de Infra-Estrutura de Energia Elétrica

Assunto: **Resposta ao Oficio 02001.003993/2015-81**

1. A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), detentora da Licença de Operação nº 1097/2012, encaminhou o documento IT/LF729/2015 (protocolo: 02001.010598/2015-55, de 08/06/15), solicitando dilação de prazo de 30 dias para cumprimento do Oficio 02001.003993/2015-81DILIC/IBAMA, com data de entrega das informações até o dia 06/07/15.

2. Na data definida pela ESBR, foi protocolado no IBAMA, sob o nº 02001.012677/2015-09, a carta IT/FB 860-2015, que apresenta seu posicionamento sobre o processo de definição dos critérios de elegibilidade, em resposta ao Ofício nº 02001.003993/2015-81 DILIC/IBAMA, de 13/04/2015.

3. Informo que a avaliação do documento, realizada pela equipe técnica do IBAMA, constatou que a ESBR não prestou as informações dos itens abaixo descritos, a qual foi notificada a apresentar no referido Ofício:

i. Apresente em 30 dias as informações (dados cadastrais: nome, idade, número de dependentes, endereço de moradia, tempo de pesca, data de primeiro registro de pescador etc.) dos 58 pescadores de Abunã;

ii. Apresente em 30 dias estudo de caso para os pescadores, da lista de 58, que possuem registro de pesca (RGP) anterior a 2009, mas não apresentam dados de captura ou poucos dados de monitoramento. O estudo de caso deve comprovar as informações por meio de documentos, testemunhos, notas fiscais de venda de pescado, compra de materiais de pesca, registro de vendas a terceiros, posse de embarcação e petrechos de pesca, etc;

iii. Apresente em 30 dias informações dos pescadores, da lista de 58, daqueles que não possuem RGP, porém, tem dados de desembarque, demonstrando que de alguma forma participaram do "monitoramento estatístico" de pesca da ESBR;

4. Considerando queo PBA já exigia o cadastro de pescadores profissionais e dascolônias ribeirinhas desde o primeiro ano da instalação do empreendimento, não é compreensível a dificuldade da ESBR em atender ao solicitado nos itens (i), (ii) e (iii) do referido Oficio.

5. O empreendedor abordou no documento IT/FB 860-2015, apenas, os itens: (iv) referente ao critério temporal; (v) vulnerabilidade alimentar; e (vi), valor de pagamento de verba de manutenção.

6. Cabe esclarecer que o item (vi) do Ofício 3993/2015-81 DILIC, solicitou a ESBR **considerar a possibilidade** de pagamento de valores do seguro defeso, sugerido pelo Ministério Público Federal de Rondônia, em virtude de reunião realizada entre o empreendedor e os pescadores, no dia 11/02/2015. Enfatizo que o IBAMA não tem a prerrogativa de estabelecer valores, uma vez que não é competência do licenciamento esta ação.

7. De acordo com informações do pr□prio PBA da UHE Jirau *"Os impactos decorrentes dos represamentos de um rio sobre as assembléias de peixes têm sido freqüentemente documentados (LOWE-MCCONNELL, 1984; RODRIGUEZ RUIZ 1998; KUBECKA,1993; AGOSTINHO et al. 1997a; 1997b, AGOSTINHO et al. 1999a). Nos reservat□rios, as novas comunidades de peixes apresentam diversidade* ***mais baixa do que a que lhe deu origem"****(grifo nosso). (Pg 55).*

8. Entre as metas do PBA, o empreendedor tem a responsabilidade: (i) diminuir os impactos do empreendimento sobre a ictiofauna migradora, a partir da adequação do STP às necessidades e características das espécies prioritárias; (ii) garantir a migração ascendente e descendente de adultos e descendentes de ovos, juvenis e larvas, mesmo que parcialmente, pelo STP, permitindo a manutenção dos estoques pesqueiros a montante e jusante da barragem.

9. Contudo, observa-se nos relat□rios de acompanhamento do subprograma de transposição de peixes, que a ESBR não está cumprindo a contento a transposição dos espécimes de peixes, de forma a mitigar os impactos advindos do barramento,em virtude das recorrentes paralisações do Sistema de Transposição de Peixes Provis□rio, impossibilitando o fluxo contínuo de peixes acima da barragem da UHE Jirau, e a continuidade da atividade de pesca para as comunidades ribeirinhas.

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16767 RUB.

10. Sabe-se que *"Empreendimentos hidrelétricos têm sido considerados como um dos impactos que mais exerce modificações em uma bacia hidrogr□fica, especialmente aquelas relacionadas à ictiofauna (MESA,2008)"*, afetando dessa forma o meio socioeconômico, com diminuição gradativa dos recursos pesqueiros.

11. Todavia, a ESBR insiste em afirmar, no documento IT/LF 820/2015, que " *não reconhece qualquer direito subjetivo dos pescadores a recebimento de indenizações."*

12. Diante do não cumprimento integral da notificação, com prazo de entrega para o dia 06/07/15, recomenda-se que a ESBR encaminhe as respostas em 15 dias, referente aos itens (i), (ii), e (iii) do Oficio 02001.003993/2015-81DILIC/IBAMA.

SARA QUIZIA CORREA MOTA
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo.
Ofício 7828/2015 CGENE.
notificou ~~a que~~ a ESBR
à apresentar as informações
faltantes em 15 dias.
20/7/15

Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica - Substituto
CGENE/DILIC/IBAMA

À COHID para
instrução. 20/7/15

Coordenador Geral de Infraestrutura de
Energia Elétrica - Substituto
CGENE/DILIC/IBAMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16768 RUB.

PAR. 02001.002863/2015-21 COHID/IBAMA

Assunto: Análise do documento IT/CB 582-2014 ? Plano de Comunicação para as Consultas Prévias e Públicas e a Metodologia para Regularização dos Acessos à APP da UHE Jirau.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise do documento IT/CB 582-2014, referente ao Plano de Comunicação Social para as Consultas Prévias e Públicas e a Metodologia para Regularização dos Acessos à Área de Preservação Permanente (APP) da UHE Jirau, no âmbito do Programa de Uso do Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica Jirau após a emissão da LO ? processo nº 02001.002715/2008-88.

I INTRODUÇÃO

1. O presente Parecer tem como objetivo avaliar o Plano de Comunicação Social para as Consultas Prévias e Públicas e a Metodologia para Regularização dos Acessos à Área de Preservação Permanente (APP) da UHE Jirau, elaborado pela Clara Comunicação Ltda. e pela ARCADIS Logos S.A, no âmbito do Programa de Uso do Entorno do Reservatório.

2. O material foi encaminhado por meio da carta IT/CB 582-2014 (protocolo nº 02001.005722/2014-80, de 31/03/2014), em atendimento ao Ofício nº 02001.000333/2014-68 COHID/IBAMA, que enviou Parecer Técnico nº 0081/2014/COHID/IBAMA, após análise do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) da UHE Jirau.

3. De acordo com o PAR 0081/2014/COHID, o PACUERA do UHE Jirau, de maneira geral, atende ao Termo de Referência encaminhado ao empreendedor, por meio do Ofício n° 0177/2010/CGENE/DILIC/IBAMA e encontra-se apto para ser disponibilizado para a consulta pública.

4. Conforme previsto na legislação, a aprovação do PACUERA está vinculada a realização de consulta pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, na forma da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 302/2002, art. 4º, § 2º.

"A aprovação do plano ambiental de conservação e uso do entorno dos

reservatórios artificiais deverá ser precedida da realização de consulta pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, na forma da Resolução CONAMA nº 09, de 3 de dezembro de 1987, naquilo que for aplicável, informando-se ao Ministério Público com antecedência de trinta dias da respectiva data".

5. De modo a preparar a comunidade local para uma participação qualificada nas consultas públicas o PAR 0081/2014/COHID sugeriu apresentação do Plano de Comunicação Social para as Consultas Prévias e Públicas. Além disso, solicitou a elaboração de uma proposta de metodologia ou de procedimento para a regularização dos acessos ao reservatório já existentes e para a abertura de novos acessos na APP.

II ANÁLISE

- **Plano de Comunicação Social**

6. Segundo informações expostas no Plano de Comunicação Social, as ações contemplam as reuniões prévias, na forma de oficina, a serem realizadas pelo Programa de Educação Ambiental – PEA, e as consultas públicas.

7. As atividades objetivam-se a disponibilizar informação à comunidade sobre o PACUERA; preparar a comunidade para participação qualificada nas consultas públicas; sanar dúvidas sobre o PACUERA; e minimizar receios com fluxo de informação transparente e pró-ativo.

8. As reuniões prévias/oficinas e consultas públicas serão realizadas nas seguintes localidades: Abunã; Nova Mutum Paraná; Vila Jirau; Ramal Rio Madeira, Ramal 31 de Março; Ramal do Arrependido; Ramal Primavera; PA São Francisco – linha F; Prainha; Embaúba; Dois Irmãos; Cical; Caiçara; São Lourenço, Porto Velho e os distritos de Jaci Paraná e Fortaleza do Abunã.

9. Dentre os materiais de divulgação e produtos a serem elaborados, encontram-se: *Presse releases* para imprensa de Porto Velho – RO; *Spots* para as rádios de Rondônia, 95 FM e Parecis FM, durante o Programa Momento Jirau; Cartilha; *Folder*; Cartazes com informações das datas, horários, locais das reuniões prévias/oficinas e consultas públicas; Faixas; Carro de som a ser utilizado em Nova Mutum Paraná e Jaci Paraná; *Banners* com os mapas de zoneamento ambiental do reservatório da UHE Jirau.

10. O documento apresenta quadro com a proposta da agenda para as reuniões prévias/oficinas, com realização de 12 oficinas, nos períodos matutinos e vespertinos e o cronograma previsto para ser executado três meses após a aprovação do plano pelo IBAMA. Por fim, o documento expõe o *layout* dos materiais desenvolvidos para o Plano de

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16769 RUB.

Comunicação Social da UHE Jirau.

11. Do ponto de vista do conteúdo, de modo geral, a Cartilha elaborada pela ESBR apresenta informações sobre as atividades econômicas exercidas na região, APP, pescador e pesca predatória, crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente, e espécie exótica. No entanto, mesmo sendo informações importantes, tais assuntos podem ser discutidos em outro momento pelo Programa de Educação Ambiental.

12. Cabe ressaltar que o foco principal do Plano de Comunicação Social deve ser a informação para o ordenamento do PACUERA, **objetivando facilitar a compreensão da legislação e dos procedimentos em relação ao zoneamento ambiental proposto,** conforme exposto no PAR 0081/2014/COHID.

13. Deve-se considerar que a cartilha será um material para ser consultado e utilizado como subsídio à participação da comunidade nas consultas públicas e que embora sua informação seja mais densa e aprofundada, a linguagem, os conceitos e as definições devem ser introduzidos de forma sútil, sempre acompanhados de explicações acessíveis ao público-alvo, que é a comunidade em geral.

14. Deve-se atentar ao conteúdo apresentado, evitando-se informações errôneas como ocorre na página 03 (três) da cartilha, que afirma: *"Em janeiro de 2014, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), analisou e* ***aprovou o PACUERA da UHE Jirau****"* (grifo nosso). Lembrando quea consulta pública é item indispensável para aprovação do PACUERA, nos termos da Resolução CONAMA nº 302/2002, art. 4º, § 2º. Assim, a informação correta seria: analisou e **autorizou disponibilizar para consulta pública** o PACUERA da UHE Jirau.

15. Cabe esclarecer que o PAR 0081/2014/COHID realizou análise técnica de adesão ao Termo de Referência, atestando que o PACUERA está apto a ser disponibilizado para a consulta pública. A decisão do aceite do Plano ocorrerá em fase posterior com a realização das consultas públicas, após a análise técnica das contribuições e emissão do Parecer Final.

16. Além disso, a cartilha apresenta textos com palavras repetidas, entre outro erros. No tópico "Áreas de Preservação Permanente", página 8 (oito), em seu último parágrafo, as palavras em parênteses, encontram-se repetidas, assim como as informações contidas da página 9 (nove), que são idênticas à página 10 (dez). Nesse sentido, é importante que o material seja revisado e submetido a atualização e adequação dos textos.

17. Diante do exposto, entende-se que a cartilha apresentada não atende adequadamente aos objetivos do Plano de Comunicação Social proposto no Parecer Técnico nº 0081/2014/COHID/IBAMA.

18. De forma a permitir que a população se prepare para participar ativamente nas consultas públicas,sugere-se que a ESBR **reapresente** a cartilha, contemplando os seguintes tópicos e informações, além de outros pertinentes:

- Plano Ambiental do Reservatório da UHE Jirau – explique de forma detalhada o que é o PACUERA, a sua importância, qual o seu objetivo, com mapa de localização do reservatório;
- Zoneamento Ambiental – detalhar sobre as Zonas propostas e as Macrozonas; explicar/justificar a questão da fragilidade/potencialidades relacionadas ao uso e ocupação do reservatório e seu entorno e quais os outros critérios que foram utilizados no Plano;bem como mapas para ilustrar o zoneamento ambiental e estruturas existentes no PACUERA;
- Legislação em vigor – informar, entre outros aspectos pertinentes, quais as estruturas poderão ocupar os 10% da área de APP previstos na legislação, a forma de utilização e acesso a APP;
- Uso do entorno do Reservatório da UHE JIRAU – Abordar de forma sucinta a interação das atividades econômicas, exercidas na região, com o PACUERA e destacar a importância da comunidade e seu papel para a manutenção do PACUERA, considerando os benefícios associados.

19. Sugere-se que a folha para questionamentos(Anexo VIII), seja incluída na cartilha, de forma destacável, para que as pessoas possam elaborar sua perguntas e considerações e levá-las por escrito no dia da consulta pública, bem como fornecer as folhas para os participantes no dia do evento.

20. Quanto à distribuição da cartilha o documento IT/CB 582-2014 informa que o material será entregue para os participantes das reuniões prévias/oficinas e das consultas públicas. Todavia, recomenda-se o repasse, também, para grupos comunitários formais e informais, associações e demais entidades representativas das áreas envolvidas, em período anterior a realização dos eventos.

21. Em relação ao *folder* apresentado, nota-se basicamente informações sobre o zoneamento ambiental. Cabe esclarecer que o *folder* deve conter as informações gerais, um resumo sobre o PACUERA, de forma sintética e objetiva. Deve-se abordar explicitamente sobre a importância e os objetivos do PACUERA; os pontos de interesse e os benefícios para as comunidades; evidenciar a importância da manutenção dos recursos naturais; e a questão do desenvolvimento sustentável.

22. Nesse contexto, o *folder* apresentado não apresenta, de forma satisfatória, as informações sobre o PACUERA. Torna-se importante submetê-lo à revisão, adequando o conteúdo informativo sobre o PACUERA aos interesses da população geral e reapresentá-lo ao IBAMA.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16770
RUB

23. Em relação a distribuição dos *folders*, recomenda-se que o material seja entregue ao maior número de pessoas (público-alvo) possível, ou seja, porta a porta, escritórios da Emater, sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, colônias de pescadores, cooperativas, escolas da região de abrangência do PACUERA, bem como em locais de grande circulação de pessoas e não apenas aos participantes das reuniões prévias/oficinas e das consultas públicas.

24. Sugere-se que as informações gerais sobre o PACUERA sejam disponibilizadas ao público, também, por meio de página na Internet em *site* próprio, comunicando inclusive os horários, os dias e os locais das reuniões/oficinas e consulta pública.

25. Sugere-se que a ESBR encaminhe as apresentações das reuniões prévias/oficina, bem como a metodologia a ser aplicada à população envolvida, e agende com a equipe técnica do IBAMA reunião para apresentar o conteúdo a ser tratado na consulta pública.

26. Em relação ao layout dos *banners* (Anexo VII) notou-se erro de digitação no título "MEIO OCIOECONOMICO" do *banner* referente aos aspectos socieconômicos. Sugere-se que todos os materiais de divulgação e produtos a serem elaborados sobre o PACUERA sejam submetidos à revisão de conteúdo/linguagem/digitação de modo a evitar erros.

- **Metodologia para regularização dos acessos à APP**

27. O documento apresentado "Metodologia para Regularização dos Acessos à APP no âmbito do PACUERA da UHE Jirau" apresenta proposta de regulamentação dos acessos (existentes e novos) na APP do reservatório da UHE Jirau, baseada na legislação vigente e no zoneamento proposto no PACUERA, conforme solicitado no Parecer 0081/2014/COHID.

28. O documento em questão dispõe no tópico 2 sobre as definições que embasam o Termo de Autorização de Uso referente aos possíveis interessados; APP da UHE Jirau; usos públicos dispensados de autorização de uso; usos possíveis; equipamentos e instalações; ocupação de APP; diretrizes para autorização de usos e ocupações; fiscalização e vigilância; Termo de Autorização de Uso.

29. De acordo com o material, o acesso ao reservatório será condicionado mediante a assinatura do "Termo de Autorização de Uso" (TAU) - documento de caráter unilateral, discricionário e precário, expedido pelo empreendedor para autorizar pessoas, instituição privada ou empresas a desenvolver atividades temporárias ou permanentes na APP do reservatório da UHE Jirau.

30. Em relação aos usos e ocupações já existentes na APP, recomenda-se intensificar a

orientação, desse público específico, quanto à necessidade de regularização, com informações sobre as exigências legais e os demais procedimentos necessários, aplicando ênfase do assunto nas reuniões prévias/oficinas e consultas públicas.

31. No âmbito da fiscalização e vigilância, um ponto interessante observado no documento diz respeito à responsabilidade do interessado que deverá realizar a manutenção da área de uso permitido; combater incêndio e estabelecer medidas de prevenção para proteger o patrimônio natural, e realizar atividades educativas, além de buscar meios de comunicação para instruir visitantes e funcionários sobre os procedimentos de uso do local. Ressalta-se que a APP do reservatório da UHE Jirau é de responsabilidade direta do empreendedor.

32. Nota-se que o "Termo de Autorização de Uso" garante o acesso ao usuário, e firma um acordo com validade legal, onde o usuário se vê ciente da sua responsabilidade de evitar danos a APP, dessa forma a equipe do Ibama não vê óbices na celebração deste tipo de acordo. Cabe ressaltar, apenas, que este mecanismo (i) não pode ser oneroso; (ii) deve permitir a rastreabilidade dos responsáveis pelo acesso; (iii) deve estabelecer critérios e responsabilidades pelo acesso.

33. O documento "Metodologia para Regularização dos Acessos à APP no âmbito do PACUERA da UHE Jirau" também expõe os documentos necessários para que Pessoa Jurídica ou Pessoa Física enseja o deferimento ao pedido de autorização de uso de acesso ao reservatório; apresenta sugestão de Placas de sinalização de acesso ao Reservatório; ficha de Consulta Prévia; Termo de Autorização de Uso; e modelo de Crachá de autorização de Uso de Acesso ao Reservatório.

34. Em relação ao Crachá de identificação para uso de acesso, deve-se avaliar melhor funcionalidade desse instrumento, uma vez que existe previsão para diferentes usos no PACUERA, inclusive áreas com potenciais turísticos e de lazer, que terão uso pela população. Dessa forma, não parece efetivo a aplicação de um instrumento tão individualizado para controle de acesso ao PACUERA.

35. O Manual de Instruções Gerais para Uso e Abertura de Acessos em APP ao Reservatório da UHE Jirau (Anexo II), apresenta um resumo sobre o Zoneamento do PACUERA; proposta de disciplinamento de uso e ocupação; e explicita quais serão os procedimentos para a requisição de utilização ou abertura de acessos ao reservatório inseridos em APP.

36. Segundo o Manual, além dos 38 acessos existentes no Reservatório da UHE Jirau (pg. 16) estão previstos acessos para os seguintes usos:

- dessedentação humana e animal;

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16771 RUB.

- estruturas de apoio a embarcações (pescadores, outros), especialmente as de uso comunitário e de locais de travessias;
- equipamentos de apoio às atividades de mineração;
- uso de lazer e turismo, no âmbito do Programa de Apoio às Atividades de Lazer e Turismo;
- acessos para o monitoramento da fauna.

37. Considerando as possíveis utilizações do reservatório, recomenda-se que a vegetação aquática submersa e morta (paliteiros) no reservatório da UHE JIRAU, em locais que apresentam estruturas de apoio a embarcações (trapiches, atracadouros e outros desta natureza) e de uso de lazer e turismo, sejam removidas para evitar acidentes pessoais ou com embarcações. A ESBR deve avaliar a área necessária para remoção dos paliteiros de modo que garanta segurança a população e as embarcações. Outros locais, para estes fins, que venham a ser implantados após a consulta pública do PACUERA, também, devem ser objetos de limpeza, caso haja necessidade.

38. As informações sobre a APP, páginas: 05; 13; 18 do Manual,encontram-se desatualiza das uma vez que o 5º relatório semestral informa que a APP do reservatório da UHE Jirau foi integralmente adquirida. Nesse sentido, sugere-se, que o texto do manual seja revisado e submetido à atualização com o uso de palavras simples e de fácil entendimento.

39. De modo geral, o conteúdo do Manual apresenta-se satisfatório para auxiliar no esclarecimento das regras para regularização, utilização ou abertura de acessos ao reservatório na APP. Recomenda-se, apenas a revisão e atualização do manual, bem como a apresentação da metodologia de distribuição.

40. Quanto à proposta para regularização dos acessos à APP, sugere-se que a definição de novos locais de acesso, infraestrutura e atividades que poderão ser desenvolvidas na APP, sejam abordados nas reuniões prévias/oficinas, bem como questões de invasões e ocupações irregulares na APP, aspectos de proteção e conservação do acesso.

III CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

41. Com base nas informações expostas ao longo do presente documento, recomenda-se que a ESBR:

a. reapresente a Cartilha sobre o PACUERA, no âmbito do Plano de Comunicação Social, atendendo as sugestões expostas ao longo deste Parecer, no prazo de 60 dias;

b. amplie a distribuição da cartilha para grupos comunitários formais e informais,

associações e demais entidades representativas das áreas envolvidas, em período anterior a realização reuniões/oficinas e consulta pública.

c. inclua a folha para questionamento na Cartilha, de forma destacável, para que as pessoas possam elaborar suas perguntas e considerações e levá-las por escrito no dia da consulta pública, bem como fornecer a folha de perguntas aos participantes no dia do evento;

d. reapresente o *folder*, adequando o conteúdo informativo sobre o PACUERA, conforme exposto neste Parecer, no prazo de 60 dias;

e. amplie a distribuição dos *folders* ao maior número de pessoas (público-alvo) possível, ou seja, porta a porta, escritórios da Emater, sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, colônias de pescadores, cooperativas, escolas da região de abrangência do PACUERA, bem como em locais de grande circulação de pessoas e não apenas aos participantes das reuniões prévias/oficinas e das consultas públicas.

f. disponibilize as informações gerais sobre o PACUERA ao público, por meio de página na Internet em *site* próprio, comunicando inclusive os horários, os dias e os locais das reuniões/oficinas e consulta pública.

g. encaminhe as apresentações das reuniões prévias/oficina, bem como a metodologia a ser aplicada à população envolvida, no prazo de 60 dias;

h. agende com a equipe técnica do IBAMA reunião para apresentar o conteúdo que será tratado na consulta pública;

i. realize revisão de conteúdo/linguagem/digitação de todos os materiais de divulgação e produtos a serem elaborados sobre o PACUERA;

j. intensifique a orientação sobre a regularização das ocupações já existentes na APP, com informações sobre as exigências legais e os demais procedimentos necessários, e enfatize o assunto nas reuniões prévias/oficinas e consultas públicas;

k. remova a vegetação aquática submersa e morta (paliteiros) no reservatório da UHE JIRAU, em locais que apresentam estruturas de apoio a embarcações e de uso de lazer e turismo, para evitar acidentes pessoais ou com embarcações. Outros locais que venham a ser implantados após a consulta pública do PACUERA, para estes fins, também, devem ser objetos de limpeza, caso haja necessidade;

l. avalie a área necessária para a remoção dos paliteiros de modo que garanta segurança a população e as embarcações, no prazo de 60 dias;

m. realize revisão e atualização do Manual de Instruções Gerais para Uso e Abertura de Acessos em APP ao Reservatório da UHE Jirau e apresente a metodologia de distribuição,

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16772
FLS.

no prazo de 60 dias;

n. Aborde nas reuniões prévias/oficinas a definição de novos locais de acesso, infraestrutura e atividades que poderão ser desenvolvidas na APP, bem como questões de regularização, invasões e ocupações irregulares na APP, aspectos de proteção e conservação do acesso.

Brasília, 16 de julho de 2015

Alessandra Duim

Alessandra Cabral Leite Duim
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16773
FUB

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Cx. Postal nº 09566 Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br

OF 02001.007846/2015-81 COHID/IBAMA

Brasília, 17 de julho de 2015.

Ao Senhor
Isac Paulo Teixeira
Diretor da Energia Sustentável do Brasil S/A
RUA JOAQUIM NABUCO Nº 3200 SALA 02
PORTO VELHO - RONDONIA
CEP.: 76807066

Assunto: **Encaminhamento do Parecer nº 02001.002863/2015-21 COHID/IBAMA, referente à an□lise do Plano de Comunicação e Metodologia para Regularização dos Acessos à APP da UHE Jirau.**

Senhor Diretor,

1. Em continuidade ao processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau, encaminho o Parecer Técnico nº 02001.002863/2015-21 COHID/IBAMA, que analisou as informações do documento IT/CB 582-2014, sobre o Plano de Comunicação para as Consultas Prévias e Públicas e a Metodologia para Regularização dos Acessos à Área de Preservação Permanente (APP) da UHE Jirau, em atendimento ao Ofício nº 02001.000333/2014-68 COHID/IBAMA, no âmbito do Programa de Uso do Entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica Jirau.

2. Com base nas informações expostas ao longo do referido Parecer, recomenda-se que a ESBR atenda às seguintes solicitações:

a. reapresente a cartilha sobre o PACUERA, no âmbito do Plano de Comunicação Social, atendendo as sugestões expostas ao longo deste Parecer, no prazo máximo de 60 dias;

b. amplie a distribuição da cartilha para grupos comunitários formais e informais, associações e demais entidades representativas das áreas envolvidas, em período anterior a realização reuniões/oficinas e consulta pública;

c. inclua na cartilha uma folha para questionamento, de forma destacável, para que as

ok

pessoas possam elaborar suas perguntas e considerações e levá-las por escrito no dia da consulta pública, bem como fornecer folha de perguntas aos participantes no dia do evento;

d. reapresente o *folder*, adequando o conteúdo informativo sobre o PACUERA, conforme exposto neste Parecer, no prazo máximo de 60 dias;

e. amplie a distribuição dos *folders* ao maior número de pessoas (público-alvo) possível, ou seja, porta a porta, escritórios da Emater, sindicatos rurais e de trabalhadores rurais, colônias de pescadores, cooperativas, escolas da região de abrangência do PACUERA, bem como em locais de grande circulação de pessoas e não apenas aos participantes das reuniões prévias/oficinas e das consultas públicas.

f. disponibilize as informações gerais sobre o PACUERA ao público, por meio de página na Internet em *site* próprio, comunicando inclusive os horários, os dias e os locais das reuniões/oficinas e consulta pública.

g. encaminhe as apresentações das reuniões prévias/oficina, bem como a metodologia a ser aplicada à população envolvida, no prazo de 60 dias;

h. agende com a equipe técnica do IBAMA reunião para apresentar o conteúdo que será tratado na consulta pública;

i. realize revisão de conteúdo/linguagem/digitação de todos os materiais de divulgação e produtos a serem elaborados sobre o PACUERA;

j. intensifique a orientação sobre a regularização das ocupações já existentes na APP, com informações sobre as exigências legais e os demais procedimentos necessários, e enfatize o assunto nas reuniões prévias/oficinas e consultas públicas;

k. remova a vegetação aquática submersa e morta (paliteiros) no reservatório da UHE JIRAU, em locais que apresentam estruturas de apoio a embarcações e de uso de lazer e turismo, para evitar acidentes pessoais ou com embarcações. Outros locais que venham a ser implantados após a consulta pública do PACUERA, para estes fins, também, devem ser objetos de limpeza, caso haja necessidade;

l. avalie a área necessária para a remoção dos paliteiros de modo que garanta segurança a população e as embarcações, no prazo de 60 dias;

m. realize revisão e atualização do Manual de Instruções Gerais para Uso e Abertura de Acessos em APP ao Reservatório da UHE Jirau e apresente a metodologia de distribuição, no prazo máximo de 60 dias;

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16774
RUB.

n. aborde nas reuniões prévias/oficinas a definição de novos locais de acesso, infraestrutura e atividades que poderão ser desenvolvidas na APP, bem como questões de regularização, invasões e ocupações irregulares na APP, aspectos de proteção e conservação do acesso.

Atenciosamente,

HENRIQUE MARQUES RIBEIRO DA SILVA
Coordenador Substituto da COHID/IBAMA

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013637/2015-76
Recebido em: 17/07/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16775
RUB

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2015

IT/EM 889-2015

Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Atendimento à Condicionante 2.16 "a" da LO nº 1097/2012
Programa de Compensação Social.

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prezado Dr. Thomaz de Toledo,

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 22773800

No dia 19 de novembro de 2012, a Energia Sustentável do Brasil S.A (ESBR) encaminhou a este Instituto, por meio da correspondência AJ/BP 2327-2012, o Projeto de Desmobilização, elaborado com base nas informações coletadas junto às empresas contratadas responsáveis pela contratação dos trabalhadores vinculados à construção da UHE Jirau, com o objetivo de mitigar os impactos decorrentes da desmobilização de mão de obra, em atendimento ao item "a" da condicionante 2.16 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012.

O documento foi analisado por meio do Parecer Técnico (PT) nº 161/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, recebido no dia 02 de janeiro de 2013, através do Ofício nº 394/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, tendo sido solicitado o que segue.

"b) *No âmbito do Subprograma de desmobilização de Mão de Obra:*

- *Executar sistema de monitoramento de forma a obter informações como: nº de trabalhadores de outros estados que retornaram ao local de origem; nº de trabalhadores contratados para outras obras em outros estados; nº de trabalhadores absorvidos pelo mercado de trabalho local, dentre outras informações pertinentes;*

- *Encaminhar relatórios mensais contendo o histograma de mobilização da obra."*

Sendo assim, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar o histograma atualizado, contemplando o realizado até o mês de junho de 2015.

Desta forma, entendemos que o item "a" da condicionante 2.16 da LO encontra-se em atendimento pela ESBR.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

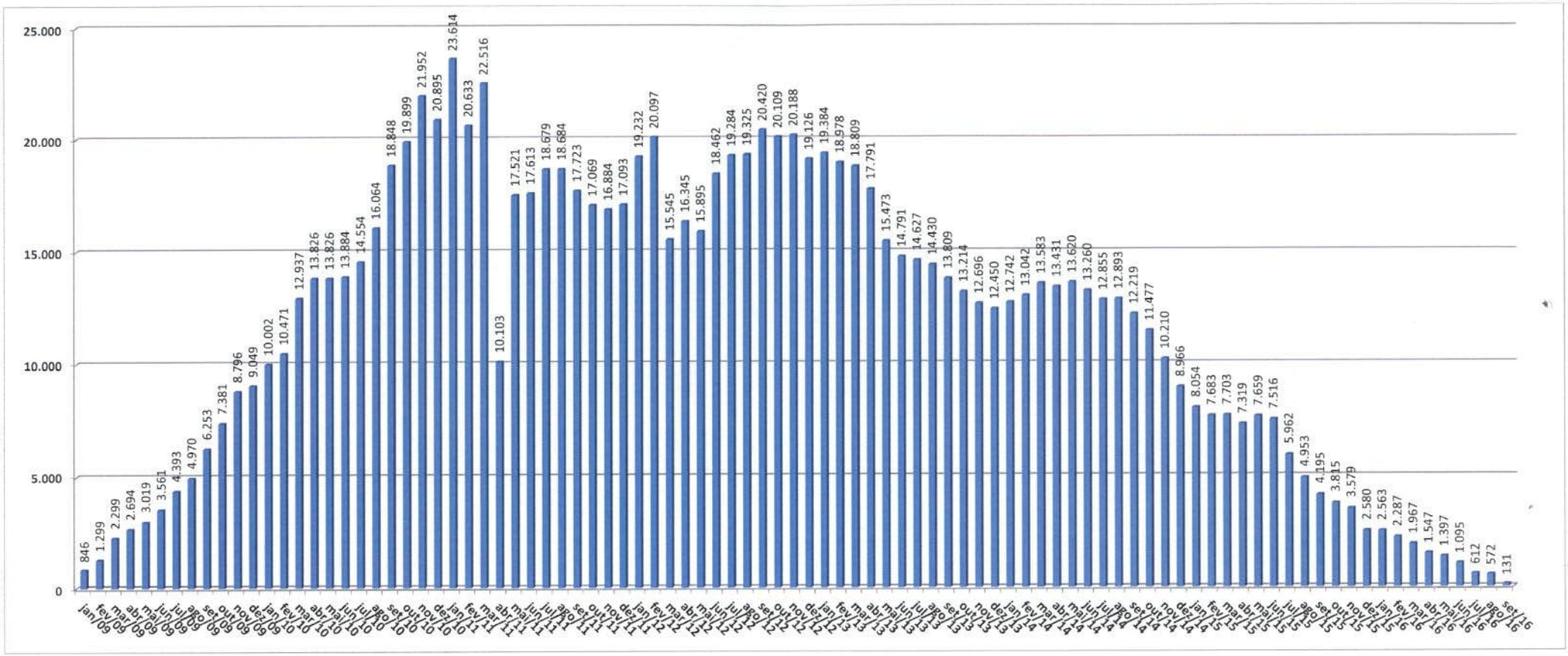
Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

À Alessandra Duim
para conhecimento e
anál ise s pertinentes.
Em, 28 / 7 /15

Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

HISTOGRAMA ATUALIZADO DA QUANTIDADE DE MÃO-DE-OBRA ENVOLVIDA NAS ATIVIDADES CONSTRUTIVAS DA UHE JIRAU



CONSÓRCIO CONSTRUTOR JIRAU
FLS 16776

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013636/2015-21
Recebido em: 17/07/2015
Assinatura

Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16777
RUB

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2015.

IT/JB 887-2015

Sr. Renê Luiz de Oliveira
Superintendente do IBAMA em Rondônia
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Cc.: Sr. Keiti Matsubara
Coordenador do Núcleo de Flora – NUFLORA/RO
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

DIGITALIZADO NO IBAMA

Sr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000

tel + 55 21 2277 3800

Ref.: UHE Jirau – Destinação do Material Vegetal Oriundo da Supressão de Vegetação
Atendimento ao Ofício nº 02024.000266/2015-02 GABIN/RO/IBAMA.

Prezado Sr. Renê de Oliveira,

Em atendimento ao Ofício nº 02024.000266/2015-02 GABIN/RO/IBAMA, recebido em 05 de março de 2015, através do qual este Instituto autorizou o transporte da madeira solicitada pela Associação do Reassentamento Rural Nova Vida, dentro do perímetro do Canteiro de Obras da UHE Jirau, e solicitou que:

> *2. Solicitamos que seja elaborado Termo de Doação entre as partes envolvidas, especificando o volume e as espécies a serem doadas, Termo de Recebimento da Madeira assinado pelo representante da Associação do Reassentamento Rural Vida Nova, bem como a devida AUTEX relacionada.*

Desta forma, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) vem, por meio desta, encaminhar em anexo a documentação solicitada, bem como relatório de acompanhamento da entrega da madeira. Cabe ressaltar que, embora o objeto da doação fosse a madeira beneficiada em estacas, como não dispomos deste produto na forma em que o mesmo foi solicitado, doamos a madeira bruta em forma de toras, sendo a volumetria desta calculada previamente para atender aos objetivos dos reassentados rurais.

Colocamo-nos a disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

Para Bruno
Para conhecimento
e aná lise pertinente
Se for o caso.
Em, 28/7/15 1/1
Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16778 RUB.

Contrato JIRAU 19/15

INSTRUMENTO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A** E **ASSOCIAÇÃO DO REASSENTAMENTO RURAL VIDA NOVA.**

DOADORA:

ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso nº 52, 28º andar, sala 2802, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.029.666/0001-47, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada **DOADORA**.

DONATÁRIA:

ASSOCIAÇÃO DO REASSENTAMENTO RURAL VIDA NOVA, com sede no Ramal Caldeirão do Inferno, BR 364, Km 108, CEP 76.842-000, Nova Mutum Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.099.097/0001-34 e Cadastro Técnico Federal – CTF no IBAMA de n° 5783866, doravante denominada **DONATÁRIA**

CONSIDERANDO QUE:

I- A DOADORA é detentora da concessão de uso de bem público para geração de energia relativa à Usina Hidrelétrica Jirau ("UHE JIRAU"), localizada no município de Porto Velho, Rondônia ("Empreendimento"), conforme Contrato de Concessão nº. 002/2008-MME UHE JIRAU;

II- De forma a realizar as obras necessárias à construção da UHE Jirau, a DOADORA procedeu, de forma legal e autorizada, à supressão de vegetação, conforme licenciamento ambiental aplicável;

E.S.B.R. Depto. Jurídico

Visto da Área Jurídica

Visto da Área Responsável
(cfr. contrato padrão)

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16779
RUB.

III- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – "IBAMA" expediu as Autorizações de Supressão de Vegetação n° 335/2009, de 7 de março de 2009 (conforme retificação em 1° de abril de 2009), 353/2009, de 4 de junho de 2009, e 406/2009, de 5 de janeiro de 2010, relativas à área do canteiro de obras da UHE Jirau, assim como as Autorizações de Supressão de Vegetação n° 447/2010, de 14 de setembro de 2010, e 530/2011, de 26 de abril de 2011, relativas à área do reservatório da UHE Jirau ("Autorizações");

IV- A DOADORA tem interesse em conceder ao material vegetal extraído uma destinação econômica e social;

V- A DONATÁRIA demonstrou interesse em receber o material vegetal proveniente da supressão realizada pela DOADORA, especialmente visando o reparo de cercas de lotes rurais de propriedade de reassentados na região, conforme ofício nº 01/2015 (Anexo 1).

VI- A DOADORA identificou sinergia na utilização de parte do material vegetal suprimido pela DONATÁRIA e por mera liberalidade decidiu realizar a sua doação a DONATÁRIA, que por sua vez se comprometeu a conceder ao material vegetal o destino econômico associado e adequado.

VII- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, autorizou previamente conforme Ofício n° 02024.000266/2015-02 GABIN/RO/IBAMA o transporte do Material Vegetal doado.

As partes acima identificadas vêm ajustar o presente Instrumento de Doação nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento é a Doação, pela DOADORA a DONATÁRIA, de 915 (novecentas e quinze) estacas de madeira ("Material Vegetal").

1.1.1. A DONATÁRIA deverá utilizar o Material Vegetal de forma responsável e em

Visto da Área Responsável
(cfr. contrato padrão)

E.S.B.R. Depto. Jurídico

Visto da Área Jurídica

BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16780
RUB.

estrita observância à Legislação em vigor, concedendo lhe uso adequado e associado, especialmente visando o reparo de cercas de lotes rurais na propriedade de reassentados indicados, conforme discriminado no ofício nº 01/2015 (Anexo 1).

1.1.2 O volume do Material Vegetal objeto da presente doação dependerá exclusivamente da disponibilidade por parte da DOADORA, não podendo a DONATÁRIA exigir qualquer adicional ao volume disponibilizado.

1.1.3 A DOADORA disponibilizará o Material Vegetal a DONATÁRIA na sede da DONATÁRIA, localizada na Ramal Caldeirão do Inferno, BR 364, Km 108, CEP 76.842-000, Nova Mutum Paraná ("Local"), nos lotes nº 20 e 32, onde a DONATÁRIA deverá observar a aplicabilidade do produto a qual se destina, conforme oficio 001/2015 (anexo1).

1.1.3.1 Quando da entrega do Material Vegetal, a DONATÁRIA deverá assinar o Termo de Entrega, onde estará listado todo material entregue pela DOADORA a DONATÁRIA.

1.2 A DONATÁRIA expressamente aceita a presente Doação, declarando que utilizará o Material Vegetal para fins definidos em 1.1.1 acima.

1.3 Além da Doação prevista neste instrumento, nenhuma outra responsabilidade poderá ser imputada à DOADORA, nos termos aqui definidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES

2.1. São obrigações da DONATÁRIA:

2.1.1. Utilizar o Material Vegetal observando rigorosamente a legislação aplicável em vigor, notadamente a Legislação Ambiental Federal, Estadual e eventuais posturas municipais afetas, bem como às boas práticas, usos e costumes.

Visto da Área Responsável
(cfr. contrato padrão)

F.S.B.R. Depto. Jurídico

Visto da Área Jurídica

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 16781
RUB.

2.1.2. Disponibilizar uma pessoa para ir até o Local de estocagem do Material Vegetal de origem para realizar a seleção do mesmo, devendo agendar a referida seleção com o agente fiscalizador da DOADORA, nos termos do disposto na Cláusula 2.2.2.

2.1.3. Fornecer equipamento de proteção individual ("EPI") a seus representantes, bem como a toda e qualquer pessoa que necessite comparecer ao Local, dando conhecimento aos mesmos sobre todas as instruções e normas de segurança, bem como fazer com que estes utilizem efetivamente tais equipamentos e observem tais instruções e normas, além da legislação em vigor.

2.1.3.1. Fica certo e ajustado que, não obstante o cumprimento de todas as obrigações previstas no presente instrumento, sem a utilização correta e adequada do EPI correspondente, não será permitido o acesso da DONATÁRIA ou qualquer de seus representantes ao Local.

2.1.4. Caso aplicável, realizar o cadastro da presente doação na Secretaria Estadual do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM.

2.1.5. Apresentar a DOADORA, após o beneficiamento do Material Florestal Relatório Técnico descrevendo a destinação e utilização final do produto.

2.2. São obrigações da DOADORA:

2.2.1. Em nenhuma hipótese a DOADORA responderá, a qualquer tempo, por pleitos ou ações de iniciativa de terceiros, judicial ou extrajudicial, junto ou contra a DONATÁRIA, que tenha por objeto o Material Vegetal e ou conseqüências ocasionadas por seu uso indevido ou sem observar a legislação em vigor.

2.2.2. Arcar com as despesas necessárias à presente Doação, inclusive de natureza tributária, realizando por sua conta e risco, inclusive, as atividades de

F.S.B.R. Depto. Jurídico

Visto da Área Jurídica

Visto da Área Responsável
(cfr. contrato padrão)

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16782
RUB.

transporte do Material Vegetal desde o Local em que o mesmo será disponibilizado pela DOADORA até o local que será beneficiado.

2.2.3. Providenciar a homologação da presente Doação junto ao IBAMA, acompanhando o órgão responsável pela realização de eventual vistoria in loco ou em outro procedimento necessário à emissão de todas as autorizações cabíveis à utilização do Material Vegetal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INADIMPLEMENTO

3.1. Fica certo e ajustado entre as partes que a não observância por parte da DONATÁRIA das condições, obrigações e prazos previstos neste instrumento poderá, a exclusivo critério da DOADORA, ensejar na rescisão de pleno direito do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUCESSÃO

4.1. Os direitos e obrigações contraídas pelas partes no presente instrumento obrigam e vinculam aos futuros e eventuais sucessores das mesmas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A presente Doação, salvo no caso de inadimplência da DONATÁRIA nos termos deste instrumento, é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes, seus sucessores e cessionários admitidos, a mantê-lo sempre bom, firme e valioso, em qualquer tempo e lugar, respondendo por si e seus sucessores.

5.2. A DONATÁRIA, pelo presente instrumento, outorga a mais plena e rasa quitação à DOADORA por todo e qualquer valor ou pleito relacionado a presente doação de Material Vegetal, eximindo-se de demandar em juízo ou extra-judicialmente qualquer indenização ou ressarcimento a qualquer título, inclusive com relação a qualquer dano causado a seus bens e propriedades.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Visto da Área Responsável
(cfr. contrato padrão)

E.S.B.R.
Depto. Jurídico

Visto da Área Jurídica

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16783
RUB.

6.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho, Estado de Rondônia, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas de presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOCUMENTOS CONTRATUAIS

7.1. Fazem parte do presente Instrumento de Doação o Anexo 1, que compreendem o ofício nº 01/2015.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Porto Velho, 02 de fevereiro de 2015.

ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

ASSOCIAÇÃO DO REASSENTAMENTO RURAL VIDA NOVA

Nome:
Cargo: Presidente

Nome:
Cargo: Diretor Financeiro

Testemunhas:

Nome: MIGUEL A. A. G. M. S
RG: 701 322 SSP/RO

Nome: CLEYTON ALBANO PAGANINI
RG: 703 659 SSP/RO

Visto da Área Responsável
(cfr. contrato padrão)

Visto da Área Jurídica

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16784
RUB.

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO DISTRITO DE JACI-PARANÁ
Rua Mauricio Rodrigues, 1985 - Distrito de Jaci Paraná
Porto Velho - RO - CEP:76.840-000 / (69)3236-6096
Selo Digital de Fiscalização - B3AAF20909-F7715, B3AAF20910-3571A

Reconheço por autenticidade as assinaturas de GESSE BEZERRA PAIVA e CLEUZA SALETE MOCCELLIN TESSER. Dou fé.
Dist. Jaci Paraná - Porto Velho-Rondônia, 12 de maio de 2015 - 09:09:46h.
Em Test° _____ da Verdade

Juliana Aparecida Bajista - Escrevente Autorizada
Emol: R$7,30 Custas R$1,82 Selo R$0,60 = Total R$9,82 (Por ato)
Confira validade em www.tjro.jus.br/consultaselo/

Serviço Notarial e Registral de Jaci Paraná
Rodrigo de Barcelos Taveira
Oficial/Tabelião
Porto Velho - RO

EM BRANCO

EM BRANCO

USINA JIRAU Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA FLS 16785 RUB.

TERMO DE RECEBIMENTO DE MADEIRA

Eu, Cleuza Salete Moccellin Tesser, residente no lote n° 20 do reassentamento Rural Coletivo Jirau, declaro para os devidos fins, que após a entrega da madeira no lote através da Usina Hidrelétrica Jirau - **Energia Sustentável do Brasil S.A. –** concordo em receber a madeira disponibilizada pela empresa e me comprometo em não comercialização/doar da madeira recebida para terceiros, sob sansão de penalidades do órgão fiscalizador.

Porto Velho, 17/04/15

Cleuza S. M. Tesser

Cleuza Salete Moccelin Tesser

EM BRANCO

USINA JIRAU Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16786 RUB.

TERMO DE RECEBIMENTO DE MADEIRA

Eu, Raimundo Luiz da Silva, residente no lote n° 32 do reassentamento Rural Coletivo Jirau, declaro para os devidos fins, que após a entrega da madeira no lote através da Usina Hidrelétrica Jirau - **Energia Sustentável do Brasil S.A. –** concordo em receber a madeira disponibilizada pela empresa e me comprometo em não comercialização/doar da madeira recebida para terceiros, sob sansão de penalidades do órgão fiscalizador.

Porto Velho, ___/___/___

Raimundo Luiz da Silva

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA
16787
3

ampliari
natureza e sociedade

USINA HIDRELÉTRICA JIRAU (UHE Jirau)

PROGRAMA DE REMANEJAMENTO DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA DA MADEIRA

- circulação restrita -

Abril de 2015

USINA JIRAU
Energia Sustentável do Brasil

RELATÓRIO DE ENTREGA DE MADEIRA

Atendendo à solicitação da Equipe de Meio Ambiente da ESBR, com acompanhamento do Engenheiro Agrônomo Miguel Lins, integrante da mesma, foram realizados os procedimentos descritos em seguida.

No mês de abril/2015 realizou-se a entrega da madeira nos lotes RRC-20 Cleuza Salete Moccelin Tesser e RRC-32 Raymundo Luiz da Silva, conforme levantamento realizado no mês de fevereiro/2015 (28° relatório mensal) nos respectivos lotes e em seguida os reassentados terem escolhidos essa madeira no pátio de estocagem de madeira da Usina Hidrelétrica de Jirau, Energia Sustentável do Brasil, e assinado o termo de aceite da madeira disponibilizada pela empresa (**Anexo 01**).

Conforme levantamento realizado no mês de fevereiro/2015 nos Lotes RRC-20 e RRC-32 do "Reassentamento Rural Coletivo Vida Nova" (RRC Vida Nova), cujos proprietários são Cleuza Salete Moccelin Tesser e Raymundo Luiz da Silva, respectivamente, foram identificadas a necessidade através de um levantamento *in loco*, realizado pela ESBR e ATS.

Os reassentados dos lotes RRC-20 e RRC-32 foram convidados pela ESBR e conduzidos pela ATS para escolha das espécies no pátio de estocagem de madeira da Usina Hidrelétrica de Jirau, sendo escolhidos espécies de maior durabilidade (Maçaranduba, Itaúba, Pequi).

A madeira doada pela ESBR tem como objetivo principal incentivar os reassentados em construções e reformas de cercas nas propriedades do "Reassentamento Rural Coletivo Vida Nova" (RRC Vida Nova), ficando para cada reassentado a responsabilidade do beneficiamento dentro da sua propriedade, sendo proibida a comercialização ou transporte da madeira para outras propriedades mesmo dentro do RRC Vida Nova. Cada Reassentado está ciente quanto ao uso e destino da madeira sendo assinado o termo de entrega da mesma na propriedade (**Anexo 02**).

A equipe de ATS, acompanhou o Sr. Roberto, da empresa DRD, para que fosse realizado o identificação das espécies que foram doadas para ambos os reassentados.

No **Quadro 01** segue a volumetria da madeira entregue em datas diferentes no lote RRC-20 Cleuza Salete Moccelin Tesser:

DHID/DILIC/IBAMA
16789

Quadro 1: Madeira entregue na propriedade RRC-32

RRC-20 - Cleuza Salete Mocelin Tesser			
Carga	**Madeira**	**Data da entrega**	**Total (m³)**
Carga 01	Maçaranduba	15/04/2015	13,112
Carga 02	Maçaranduba 01 Itaúba 01 Pequi 01 Mirindiba	15/04/2015	4,192019 1,418921 1,074933 1,102667
Carga 03	Maçaranduba 01 Itaúba 02 Pequi	17/04/2015	7,147973 1,832123 3,860904
Carga 04	Maçaranduba	17/04/2015	9,932
		TOTAL (m³)	**43,673**

No **Quadro 02** segue a volumetria da madeira entregue em datas diferentes no lote RRC-32 Raymundo Luiz da Silva:

Quadro 2: Madeira entregue na propriedade RRC-32

RRC-32 Raymundo Luiz da Silva			
Carga	**Madeira**	**Data**	**Total (m³)**
Carga 01	Maçaranduba	01/04/2015	13,701
Carga 02		01/04/2015	8,905
Carga 03		02/04/2015	13,022
Carga 04		02/04/2015	5,711
Carga 05		06/04/2015	10,448
Carga 06		06/04/2015	7,684
Carga 07		10/04/2015	8,37
Carga 08		10/04/2015	10,299
		TOTAL (m³)	**78,14**

EM BRANCO

16790

Registro fotográfico de entrega da madeira:

Foto 1: RRC-20 - Cleuza Salete Moccelin Tesser - 15/04/2015. Entrega de Madeira.

Foto 2: RRC-20 - Cleuza Salete Moccelin Tesser - 17/04/2015. Entrega de Madeira.

EM BRANCO

IBAMA/DILIC
16791
RUB

Foto 3: RRC-32 Raymundo Luiz da Silva, 02/04/2015. Entrega De Madeira.

Foto 4: RRC-32 – Raymundo Luiz da Silva - 06/04/2015. Entrega de Madeira.

Foto 5: RRC-32 Raymundo Luiz da Silva, 10/04/2015. Entrega De Madeira.

EM BRANCO

MMA - Ministério do Meio Ambiente
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
DIREF - Diretoria de Florestas
SUPERINTENDÊNCIA em PORTO VELHO

COORD/DILIC/IBAMA FLS. 16792

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA

Nº da Autorização: **1100.3.2013.00033** Emissão/Autorização: **10/04/2014** Validade: **10/04/2015**

1 . DADOS DA AUTORIZAÇÃO

Detentor: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A (UHE JIRAU)** CGC / CPF: **09.029.666\0002-28**

Résp. Técnico: **ANDRÉ GONÇALVES FERREIRA** Latitude / Longitude:

Área Autorizada: **0,000 ha** Área Total: **0,000 ha** Área de Efetivo Manejo: **0,000 ha**

Protocolo PMFS: Protocolo POA:

2 . DADOS DA PROPRIEDADE

Denominação: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A - ESBR-** Área Total: **8630,200 ha**

Endereço: **RODOVIA 364,S/Nº, KM 842, DISTRITO DE JACI PARANÁ**

Município: **PORTO VELHO** Latitude / Longitude: **9º 37' 0" / 64º 54' 59"**

Área de Reserva Legal: **0,000 ha** Área de Pres. Perm.: **0,000 ha**

Proprietários: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A (UHE JIRAU)** CGC / CPF: **09.029.666\0002-28**

3 . OBSERVAÇÕES

AUTORIZAÇÃO REFERENTE O PÁTIO DE Nº P5C5D01-3 DA ASV 530/2011 DO PROCESSO 02024.002475/2013-11

4 . ESPÉCIES AUTORIZADAS / VOLUME AUTORIZADO

Abiu / Pouteria sp.	1115,110	m3	DIVERSOS / DIVERSAS	50336,030	st
Abiurana / Pouteria macrophylla (Lam.) Eyma	12,480	m3	Embira / Rollinia silvatica (A.St.-Hil.) Mart.	1,170	m3
Açacu / Hura crepitans L.	8,210	m3	Embira-branca / Guatteria spp.	1,760	m3
Açoita-cavalo / Luehea paniculata Mart.	8,400	m3	Embireira / Deguelia hatschbachii Az.Tozzi	552,690	m3
Algodoeiro / Heliocarpus americanus L.	88,150	m3	Escorrega-macaco / Vochysia hankeana Mart.	0,920	m3
Amapá / Brosimum parinarioides Ducke	634,630	m3	Fava / Dimorphandra mollis Benth.	365,610	m3
Amarelão / Euxylophora paraensis Huber	1,660	m3	Faveira / Parkia oppositifolia Spruce ex Benth.	62,180	m3
Amescla / Protium spp.	9,380	m3	Garapa / Apuleia leiocarpa (Vogel) J.F.Macbr.	25,400	m3
Angelim / Andira spp.	823,440	m3	Goiabão / Pouteria pachycarpa Pires	5,440	m3
Angelim-amargoso / Vataireopsis speciosa Ducke	12,170	m3	Inharé / Brosimum gaudichaudii Trécul	28,090	m3
Angelim-pedra / Dinizia excelsa Ducke	62,440	m3	Ipê / Tabebuia serratifolia (Vahl) Nichols.	76,950	m3
Angelim-saia / Parkia pendula (Willd.) Benth. ex Walp.	4,030	m3	Itaúba / Mezilaurus itauba (Meisn.) Taub. ex Mez	10,090	m3
Angico / Anadenanthera colubrina (Vell.) Brenan	13,160	m3	Jacaré / Callisthene fasciculata Mart.	0,980	m3
Araçazeiro / Psidium cattleianum Sabine	1,150	m3	Jatobá / Hymenaea courbaril L.	491,250	m3
Bacuri / Platonia insignis Mart.	76,280	m3	Jequitibá / Cariniana legalis (Mart.) Kuntze	739,610	m3
Bandarra / Schizolobium amazonicum (Huber) Ducke	426,980	m3	Landium / Calophyllum brasiliense Cambess.	16,150	m3
Banha-de-galinha / Swartzia acutifolia Vogel	31,100	m3	Loureiro / Laurus nobilis L.	356,230	m3
Breu / Protium heptaphyllum (Aubl.) March.	310,300	m3	Maçaranduba / Manilkara huberi (Ducke) Chevalier	284,130	m3
Cachimbeiro / Cariniana estrellensis (Raddi) Kuntze	210,200	m3	Macaúba / Acrocomia aculeata (Jacq.) Lodd. ex Mart.	13,340	m3
Cajueiro / Anacardium giganteum Hanck ex Engl.	132,030	m3	Mandiocão / Schefflera morototoni (Aubl.) Decne. & Planch.	36,540	m3
Cambará / Gochnatia polymorpha (Less.) Cabrera	41,300	m3	Mandioqueira / Qualea albiflora Warm.	71,380	m3
Canela-bosta / Ocotea spp.	3,590	m3	Marupá / Simarouba amara Aubl.	3,320	m3
Castanheira / Bertholletia excelsa Humb. & Bonpl.	686,470	m3	Matamatá / Eschweilera coriacea (DC.) S.A.Mori	449,530	m3
Cataúba / Erythroxylum pulchrum A.St.-Hil.	7,660	m3	Mirindiba / Buchenavia tomentosa Eichler	44,580	m3
Cedro / Cedrela fissilis Vell.	152,790	m3	Muiracatiara / Astronium lecointei Ducke	56,600	m3
Cedromara / Cedrelinga catenaeformis Ducke	95,270	m3	Muirapiranga / Brosimum paraense Huber	110,610	m3
Copaiba / Copaifera langsdorffii Desf.	417,120	m3	Pau-de-lacre / Vismia spp.	19,890	m3
Cuité / Crescentia cujete L.	18,120	m3	Pau-santo / Licania kunthiana Hook.f.	36,100	m3
Cumaru / Dipteryx odorata (Aubl.) Willd.	306,330	m3	Sangue-de-drago / Croton salutaris Casar.	17,450	m3
Cupiúba / Goupia glabra Aubl.	486,930	m3	Ucuúba-preta / Virola sebifera Aubl.	30,690	m3

5 . MATÉRIAS - PRIMAS AUTORIZADAS / VOLUME AUTORIZADO

LENHA	50336,030	st	##########	########	######
TORA	10105,560	m3	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######

René Luiz de Oliveira
Superintendente Estadual
Portaria Nº 38/2014
IBAMA-RO

CARIMBO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

IMPORTANTE:

- O uso irregular desta Autorização implica na sua cassação, bem como nas sanções previstas na legislação vigente.
- Esta Autorização não contém emendas ou rasuras.
- Cópia desta Autorização deverá ser mantida no local da Exploração para efeito de fiscalização.
- Os volumes autorizados para exploração são de inteira responsabilidade do Técnico Analista.
- Os volumes autorizados correspondem ao volume geométrico.

1ª via - DETENTOR | 2ª via - PROCESSO | 3ª via - ARQUIVO | 4ª via - RESP. TÉCNICO | 1ª VIA

CHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16793

MMA - Ministério do Meio Ambiente
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
DIREF - Diretoria de Florestas
SUPERINTENDÊNCIA em PORTO VELHO

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA

Nº da Autorização: **1100.3.2013.00034** Emissão/Autorização: **10/04/2014** Validade: **10/04/2015**

1 . DADOS DA AUTORIZAÇÃO

Detentor: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A (UHE JIRAU)** CGC / CPF: **09.029.666\0002-28**

Résp. Técnico: **ANDRÉ GONÇALVES FERREIRA** Latitude / Longitude:

Área Autorizada: **0,000 ha** Área Total: **0,000 ha** Área de Efetivo Manejo: **0,000 ha**

Protocolo PMFS: Protocolo POA:

2 . DADOS DA PROPRIEDADE

Denominação: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A - ESBR-** Área Total: **8630,200 ha**

Endereço: **RODOVIA 364,S/Nº, KM 842, DISTRITO DE JACI PARANÁ**

Município: **PORTO VELHO** Latitude / Longitude: **9º 37' 0" / 64º 54' 59"**

Área de Reserva Legal: **0,000 ha** Área de Pres. Perm.: **0,000 ha**

Proprietários: **ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S.A (UHE JIRAU)** CGC / CPF: **09.029.666\0002-28**

3 . OBSERVAÇÕES

CONTINUAÇÃO DA AUMPF DE Nº 1100.3.2013.00033 DO PROCESSO DE Nº 02024.002475/2013-11

4 . ESPÉCIES AUTORIZADAS / VOLUME AUTORIZADO

Mururé / Brosimum spp.	2,220	m3	##########	########	######
NOME A IDENTIFICAR / Didymopanax morototoni (Aubl.) Decne. & Planci	0,880	m3	##########	########	######
Oiticica / Licania rigida Benth.	25,860	m3	##########	########	######
Paina / Eriotheca gracilipes (K.Schum.) A.Robyns	13,320	m3	##########	########	######
Pequi / Caryocar brasiliense Cambess.	212,260	m3	##########	########	######
Pequiá / Caryocar villosum (Aubl.) Pers.	104,060	m3	##########	########	######
Peroba / Aspidosperma polyneuron Müll.Arg.	26,490	m3	##########	########	######
Pinha-do-mato / Annona spp.	1,680	m3	##########	########	######
Quaruba / Vochysia maxima Ducke	2,360	m3	##########	########	######
Roxinho / Peltogyne angustiflora Ducke	1432,910	m3	##########	########	######
Seringueira / Hevea brasiliensis Müll.Arg.	14,610	m3	##########	########	######
Sorva / Couma guianensis Aubl.	146,330	m3	##########	########	######
Sucupira / Bowdichia nitida Spruce	350,680	m3	##########	########	######
Sumaúma / Ceiba pentandra (L.) Gaertn.	59,260	m3	##########	########	######
Tamarindo / Martiodendron elatum (Ducke) Gleason	259,950	m3	##########	########	######
Tamboril / Enterolobium contortisiliquum (Vell.) Morong	172,290	m3	##########	########	######
Tanibuca / Buchenavia huberi Ducke	6,110	m3	##########	########	######
Tarumã / Vitex montevidensis Cham.	5,210	m3	##########	########	######
Tauari / Couratari guianensis Aubl.	749,960	m3	##########	########	######
Taxi / Tachigali myrmecophila Ducke	576,340	m3	##########	########	######
Ucuúba / Virola calophylla Warb.	1,740	m3	##########	########	######
Uxi / Endopleura uchi (Huber) Cuatrec.	10,450	m3	##########	########	######
Uxirana / Sacoglottis amazonica Mart.	36,770	m3	##########	########	######
Vassourão / Bastardiopsis densiflora (Hook. & Arn.) Hassl.	2,020	m3	##########	########	######
Virola / Virola surinamensis (Rol.) Warb.	86,060	m3	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######

5 . MATÉRIAS - PRIMAS AUTORIZADAS / VOLUME AUTORIZADO

TORA	4299,820	m3	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######
##########	########	######	##########	########	######

CARIMBO E ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

René Luiz de Oliveira
Superintendente Estadual
Portaria Nº 38/2014
IBAMA-RO

IMPORTANTE:

- O uso irregular desta Autorização implica na sua cassação, bem como nas sanções previstas na legislação vigente.
- Esta Autorização não contém emendas ou rasuras.
- Cópia desta Autorização deverá ser mantida no local da Exploração para efeito de fiscalização.
- Os volumes autorizados para exploração são de inteira responsabilidade do Técnico Analista.
- Os volumes autorizados correspondem ao volume geométrico.

1ª via - DETENTOR | 2ª via - PROCESSO | 3ª via - ARQUIVO | 4ª via - RESP. TÉCNICO | 1ª VIA

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013562/2015-23
Recebido em: 17/07/2015
Assinatura

CONFIDENCIAL IBAMA
FLS. 16799
RUB.

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2015.

IT/AT 901-2015

Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

Cc: Sr. Renê Luiz de Oliveira
Superintendente Substituto do IBAMA em Rondônia
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Processo: 02001.002715/2008-88

DIGITALIZADO NO IBAMA

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000
tel + 55 21 2277 3800

Ref.: Atendimento à condicionante 2.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 190/2012, referente ao transporte de animais mortos.

Prezado Dr. Thomaz de Toledo,

Em atendimento à condicionante 2.4 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 190/2012 – DILIC/IBAMA – 1ª Renovação, emitida em 19 de junho de 2015, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR) vem, por meio desta, apresentar no **Anexo 1**, a listagem de espécimes coletados durante a 22ª campanha de campo do Subprograma de Artrópodes - Arachnida no âmbito do Programa de Conservação de Fauna Silvestre na área de influência da UHE Jirau.

Adicionalmente, informamos que os espécimes coletados serão encaminhados ao Museu da Universidade de São Paulo (MZUSP), conforme carta de aceite original da Instituição Depositária encaminhada a este órgão no dia 03 de dezembro de 2009 (protocolo 2250/CGFAP), juntamente com pedido de autorização de captura, coleta e transporte de material biológico.

O material será transportado pela pesquisadora Sabrina Outeda Jorge, pessoa com nome na autorização supracitada, no dia 14 de julho de 2014, às 14:00 (voo AZUL 2841/2419 - PVH/SP-GRU).

Certos de contarmos com a vossa compreensão, colocamo-nos a disposição para todos os esclarecimentos que se apresentarem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

Para Natália Monteiro
Para ciência caso seja pertinente.
Em, 28/7/15
Henrique Marques Ribeiro da Silva
Coordenador de Energia Hidrelétrica
Substituto

EM BRANCO

Energia Sustentável do Brasil

IBAMA
FLS. 16795
RUB

Anexo 1

Listagem de espécimes coletados durante a 22ª campanha de campo do Subprograma de Artrópodes - Arachnida no âmbito do Programa de Conservação de Fauna Silvestre na área da UHE Jirau

EM BRANCO

Lista de espécimes coletados durante a 22ª campanha de campo do Subprograma de Artrópodes - Arachnida no âmbito do Programa de Conservação de Fauna Silvestre na área da UHE Jirau

Campanha	Área de amostragem	Transecto	Data da coleta	N° de Amostras/Lotes
22	Mutum	5	08/07/2015	3
22	Abunã	11	10/07/2015	6
22	Abunã	9	11/07/2015	4
22	Mutum	7	12/07/2015	4

CORID/DILIC/IBAMA
FLS. 16796
RUB.

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO
Documento - Tipo: Carta
Nº. 02001.013892/2015-71
Recebido em: 21/07/2015
Assinatura

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 16797
RUB.

Energia Sustentável do Brasil

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2015.

IT/JO 907 -2015

Dr. Thomaz Miazak de Toledo
Diretor de Licenciamento Ambiental
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Ref.: UHE Jirau – Resposta ao Ofício nº 02001.006417-2015-96 COHID/IBAMA
Plano de Trabalho do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira

DIGITALIZADO NO IBAMA

Prezado Sr. Thomaz de Toledo,

Av. Almirante Barroso 52, 2802
Rio de Janeiro, RJ 20031-000
tel + 55 21 2277 3800

No dia 17 de junho de 2015, a Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, recebeu o Ofício nº 02001.006417/2015-96 COHID/IBAMA, através do qual este Instituto encaminhou o Parecer Técnico (PT) nº 02001.002253/2015-28 COHID/IBAMA, contemplando a análise do Plano de Trabalho do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira (SAAP) protocolado em 27 de abril de 2015, através da IT/LF 578-2015. Com base nas recomendações deste PT, este Instituto solicitou:

i) *Entregar em 20 dias o Plano de Trabalho revisado, como documento final, separadamente do relatório de ações já implementadas, considerando as recomendações elencadas nos documentos técnicos já emitidos.*
ii) *Entregar junto aos relatórios semestrais os relatórios de cumprimento das ações e atividades executadas".*
iii) *Entregar em 30 dias os planos de negócios revisados de cada comunidade, respondendo aos questionamentos elencados ao longo do parecer".*
iv) *Entregar em 30 dias os esclarecimentos de como se dará a gestão/administração do Mercado de Peixes em cada localidade e quem será o responsável".*

Em relação ao item "i", no dia 07 de julho de 2015, a ESBR encaminhou a este IBAMA, via correio eletrônico, a correspondência IT/AT 875-2015, solicitando um prazo adicional de 10 (dez) dias para a apresentação do Plano de Trabalho revisado, de forma que o mesmo pudesse consolidar as recomendações contidas nos itens "iii" e "iv".

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar a revisão do Plano de Trabalho do SAAP, com as recomendações apontadas por este órgão, bem como Nota Técnica elaborada pela empresa especializada Arcadis Logos, apresentando esclarecimentos necessários em relação ao atendimento aos itens "i" a "iv".

Sendo o que cabia para o momento, a ESBR coloca-se a inteira disposição para prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Energia Sustentável do Brasil S.A.
Isac Teixeira
Diretor

À Sara Mota e Alexandra Silva, para elaboração de análise
23.07.15
Frederico Queiroga do Amaral
Coordenador de Energia Hidrelétrica
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA 1/1

EM BRANCO

USINA JIRAU

Energia Sustentável do Brasil

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16798
RUB.

Título: **USINA HIDRELÉTRICA-UHE JIRAU**

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 02001.006417-2015-96 COHID/IBAMA

NOTA TÉCNICA (NT)

Julho de 2015

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16799 RUB.

Sumário

Apresentação 3

Recomendações 4

(i) "Entregar em 20 dias o Plano de trabalho revisado, como documento final, separadamente do relatório de ações já implementadas, considerando as recomendações elencadas nos documentos técnicos já emitidos" 4

(ii) "Entregar junto aos relatórios semestrais os relatórios de cumprimento das ações e atividades executadas" 4

(iii) 'Entregar em 30 dias os planos de negócios revisados de cada comunidade, respondendo aos questionamentos elencados ao longo do parecer" 5

(iv) "Entregar em 30 dias os esclarecimentos de como se dará a gestão/administração do Mercado de Peixes em cada localidade e quem será o responsável" 13

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16 800 RUB.

APRESENTAÇÃO

A Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau, recebeu, em 17 de junho de 2015, o Ofício 02001.006417/2015-96 COHID/IBAMA, através do qual o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) encaminhou o Parecer Técnico (PT) nº 02001.002253/2015-28 COHID/IBAMA, contendo a análise do Plano de Trabalho do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, encaminhado por meio da correspondência IT/LF 578-2015. Com base nas recomendações deste PT, o IBAMA solicitou:

i) Entregar em 20 dias o Plano de Trabalho revisado, como documento final, separadamente do relatório de ações já implementadas, considerando as recomendações elencadas nos documentos técnicos já emitidos;

ii) Entregar, junto aos relatórios semestrais, os relatórios de cumprimento das ações executadas;

iii) Entregar em 30 dias os planos de negócios revisados de cada comunidade respondendo aos questionamentos elencados ao longo do Parecer; e

iv) Entregar em 30 dias os esclarecimentos de como se dará a gestão/administração do Mercado de Peixes, em cada localidade, e quem será o responsável.

Desta forma, a ESBR vem, por meio desta, encaminhar os devidos esclarecimentos sobre as recomendações enviadas pelo Instituto, assim como apresentar a revisão do Plano de Trabalho do SAAP.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16801

RECOMENDAÇÕES

(i) "Entregar em 20 dias o Plano de Trabalho revisado, como documento final, separadamente do relatório de ações já implementadas, considerando as recomendações elencadas nos documentos técnicos já emitidos".

Atendendo às recomendações indicadas pelo IBAMA nos diversos ofícios e pareceres emitidos ao longo do processo de licenciamento ambiental da UHE Jirau, foi realizada a revisão do Plano de Trabalho (PT) do Subprograma de Apoio a Atividade Pesqueira (SAAP), com o intuito de torná-lo um instrumento base das ações realizadas pelo Subprograma (**Anexo I**).

Foram retirados os resultados das ações já realizadas e priorizadas as linhas de ação norteadoras de cada Eixo de atuação, bem como o detalhamento de suas respectivas atividades e cronograma de implantação.

O **Eixo 2 - Articulações Institucionais para Avaliação de Viabilidade de Tanques Rede/Tanque Escavado** foi retirado do Plano de Trabalho, devido à sua inviabilidade de implantação em todas as localidades nas quais o SAAP atua, conforme estudo de viabilidade apresentado ao IBAMA.

Para substituí-lo, conforme solicitado no Ofício nº 02001.004980/2015-20 COHID/IBAMA, foi inserida nova linha de atuação, que contempla a implantação de estruturas físicas de apoio à comercialização de pescado nas localidades alvo do SAAP. Dessa forma o Eixo 2 passa a descrever as ações referentes a essa atuação, sendo intitulado de **Eixo 2A – Estruturação de Pontos de Apoio à Comercialização de Pescado**.

A disponibilização de estruturas, em princípio, não estava prevista e surge para qualificar e impulsionar a atividade comercial pesqueira nas localidades, dado que os pescadores alvo do SAAP não dispõem de pontos de comércio estruturados, dependendo muitas vezes unicamente de atravessadores para escoar a produção.

Com base na análise dos resultados do desenvolvimento participativo dos Planos de Negócio (Eixo 4), a ESBR subsidiará a implantação de itens de infraestrutura física, materiais e equipamentos, capacitação para gestão e gerenciamento de negócios, observando as particularidades de cada comunidade e visando a sustentabilidade econômica dos planos, conforme descritos no Eixo 2A do PT.

(ii) "Entregar junto aos relatórios semestrais os relatórios de cumprimento das ações e atividades executadas".

A ESBR está ciente desta recomendação e a descrição de todas as ações realizadas será apresentada apenas nos relatórios semestrais do Programa de Monitoramento e Apoio à Atividade Pesqueira. Vale ressaltar que, é apresentado junto aos relatórios semestrais um quadro síntese

EM BRANCO

EM BRANCO

IBAMA/DILIC/COHID FLS. 16802 RUB.

com indicadores de implantação, onde constam todas as ações já realizadas, metas, resultados de participação, as ações previstas, seus períodos de implantação, seu status e datas de ocorrência ou previsão de ocorrência, além de campo de observações relevantes sobre elas.

O último relatório semestral foi protocolado no IBAMA no dia 01 de julho de 2015, através da correspondência IT/AT 772-2015, contendo as atividades realizadas no período de novembro de 2014 a abril de 2015. O próximo relatório semestral contemplará os meses de maio a outubro de 2015 e tem previsão de entrega em dezembro deste ano.

(iii) "Entregar em 30 dias os planos de negócios revisados de cada comunidade, respondendo aos questionamentos elencados ao longo do parecer".

Os Planos de Negócio foram elaborados para cada localidade alvo do SAAP seguindo conceituado processo da área de administração e de acordo com as seguintes etapas:

- **Análise Técnica:** Descritivo do Portfólio de Produtos e Serviços bem como os Processos para disponibilizar o produto, o tempo e a forma corretos. Análise dos diferenciais competitivos da atividade pesqueira com comparativos às práticas comerciais existentes, pontuando os benefícios dos produtos, estágios de desenvolvimento e alternativas tecnológicas.
- **Análise do Ambiente de Negócio:** Considera o Setor, o Mercado Potencial e a Análise da Concorrência.
- **Estratégias:** Definição do Modelo de Negócio, contendo as Estratégias Competitivas, pontuando os Fatores Críticos para o Sucesso, direcionando para alianças e parcerias comerciais, conforme avaliação de cenário.
- **Aspectos Organizacionais e de Gestão:** Apresentação da Estrutura Organizacional e Societária, com equipe de trabalho e critérios de produção e de infraestrutura das Unidades Comerciais de Pesca (UCP).
- **Análise Econômico-Financeira:** Análise dos investimentos necessários para viabilizar o negócio, com Estimativas de Custos e Despesas e Projeções de Faturamento e Rentabilidade.
- **Conclusão quanto à Viabilidade Técnica, Econômica e Comercial:** As premissas dos Planos de Negócios serão: (i) Descritivo das características das partes envolvidas na atividade pesqueira (investidores, produtores e pessoas da operacionalização); (ii) Acompanhamento sistemático da elaboração do Plano de Viabilidade técnica e econômica de negócios ligados à atividade pesqueira.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16803

A metodologia de trabalho adotada foi de Empreendedorismo do autor Fernando Dolabela[1], usada inclusive pelo SEBRAE, citado no parecer técnico como uma possível fonte para a revisão desses planos. A versão revisada dos Planos de Negócios, seguindo as recomendações do IBAMA, é apresentada no **Anexo II**. Abaixo, seguem algumas observações adicionais em relação à avaliação feita pelo órgão ambiental.

(i) Não consta uma análise do montante do capital que será investido;

Essa informação está apresentada na Planilha Financeira 1 – Investimentos dos Planos de Negócios. Ademais, no item 6.1 – Investimentos e Mecanismos de Financiamento, com descritivo dos investimentos, constam as informações solicitadas, tais como: *Investimento Total deste Plano de Negócio, em Imobilizado e em Capital de Giro, Fluxo de Caixa para operacionalizar as atividades nos primeiros meses e Custo de Produção mensal.*

Adicionalmente, ressalta-se que a ESBR subsidiará financeiramente a implantação das infraestruturas físicas dos pontos de comércio do pescado, assim como a capacitação dos pescadores para a gestão financeira e social do negócio. Ressaltamos que a formação das associações e/ou cooperativas para o recebimento e gestão comercial, apesar do apoio técnico da ESBR, dependerá exclusivamente da decisão dos próprios pescadores em concordarem a se organizar socialmente para assumir o funcionamento do mercado do peixe.

(ii) Não consta o responsável pelo investimento;

(iii) Quem fará a gestão de captação de recursos;

Os Planos de Negócio apresentam a estrutura organizacional do Mercado do Peixe e a definição da equipe de operadores diretos, conforme descrito no item 5 – Aspectos Organizacionais e de Gestão.

No item 6.1 – Investimentos e Mecanismos de Financiamento, apresentam-se os responsáveis pela gestão do negócio, que irão captar recursos de investidores diversos, conforme o trecho a seguir:

> "Os empreendedores esperam captar recursos de investidores que tenham interesse em aplicar recursos em atividades de desenvolvimento social, por se tratar de um número expressivo de pescadores e familiares destes que estão envolvidos neste Plano de

[1]Criador do programa de ensino em Empreendedorismo do Brasil na educação básica e universitária, consultor e professor da Fundação Dom Cabral, ex-professor da UFMG, consultor da CNI-IEL Nacional, do CNPq e de dezenas de universidades. Autor de nove livros e dois softwares, com publicações nos maiores congressos nacionais e internacionais.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16804

Negócio, o qual irá gerar melhor empregabilidade e renda familiar".

Destaca-se que, na descrição dos Planos de Negócios, assim como em seus anexos, quando o texto se direciona aos empreendedores, refere-se aos pescadores e colônias, pois o público alvo será orientado sobre a busca de captação de recursos para ampliação do comércio do pescado, caso entendam ser necessário. Esta demanda receberá subsídios tanto do Eixo 3 quanto do Eixo 6 do PT do SAAP.

Vale ainda lembrar que a ESBR entrará como investidor, uma vez que subsidiará itens de implantação de infraestrutura física, materiais e equipamentos, observando as particularidades de cada localidade, visando a sustentabilidade econômica dos planos, conforme descritos no Eixo 2A do PT.

(iv) As informações sobre a produção pesqueira (ton/ano) está focando na bacia amazônica e não na bacia do Rio Madeira – sendo esta a bacia impactada e onde poderá haver diminuição do pescado;

O trecho que menciona a bacia Amazônica está relacionado ao aspecto de *Análise Competitiva*, pois a pesquisa realizada para entender as características do mercado apontou a bacia Amazônica como concorrente, especificamente o entendimento do Poder de Negociação dos Compradores na relação compradores e produtos substitutos.

Esta análise foi realizada porque se utilizou a metodologia de **Análise Estratégica de Porter**, conforme descrito nos Planos de Negócios, no item 4.4 – Construção e Avaliação de Cenários, o qual se refere à análise das ***5 Forças de Porter***, conforme figura abaixo. Portanto não apresenta a bacia Amazônica como fonte de produção pesqueira para este Plano de Negócio.

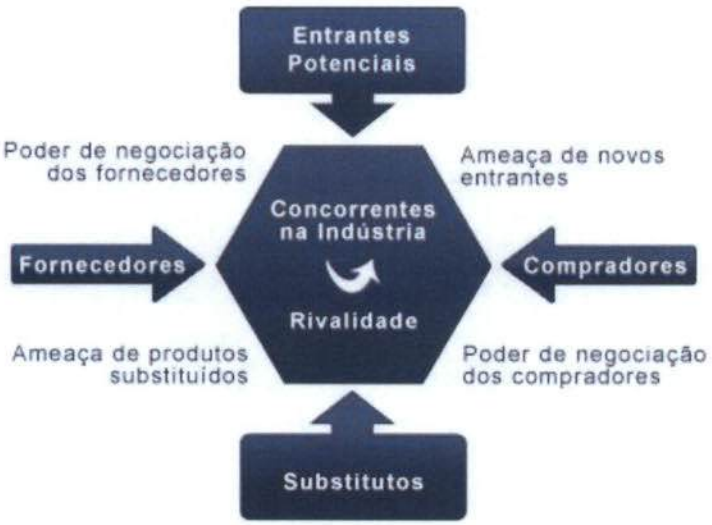


Figura 1: As 5 Forças de Porter / Elaboração: Dexter Consultoria Empresarial

EM BRANCO

COMID/DILIC/IBAMA FLS. 16805

Conforme resultado da pesquisa sobre o mercado regional de pescado, a atividade pesqueira apresenta a situação competitiva demonstrada na figura a seguir.

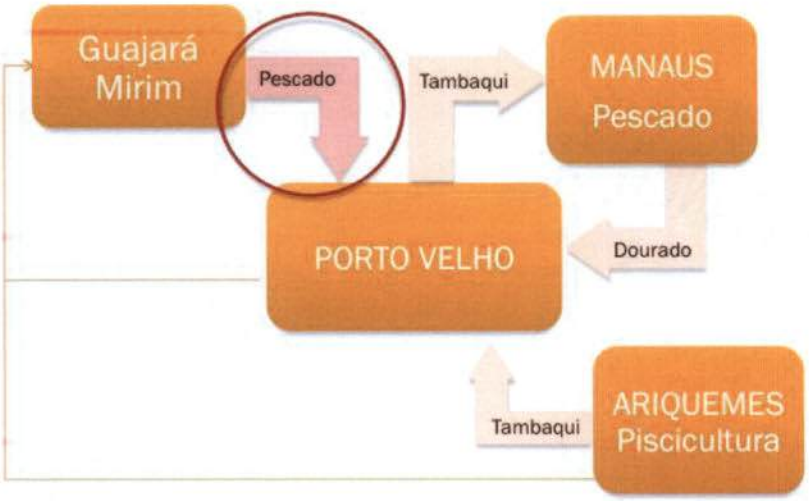


Figura 2: Fluxo da Comercialização de Pescado (ex. Guajará Mirim) / Elaboração: Dexter Consultoria Empresarial

Atualmente, o mercado de Porto Velho está comprando peixe de Manaus, aproveitando a logística reversa de mercadorias, conforme análise descrita nos Planos de Negócios, especificamente no item 3.2 – O Mercado Potencial.

(v) Como se dará a aquisição do local, em cada comunidade para construção do mercado de peixe?

Como os Planos de Negócios visam fortalecer o associativismo, os Mercados de Peixe serão construídos nas localizações geográficas das associações locais. Nas comunidades que não possuem ainda uma localização geográfica definida para implantação do ponto de comércio do pescado, o SAAP dará o devido subsídio técnico aos pescadores participantes da elaboração dos Planos de Negócios e SAAP, no que se refere às articulações com as instituições responsáveis, mapeamento e busca do documento legal destas áreas aos representantes locais para execução das obras do mercado.

Em resumo, a busca e a formalização das áreas onde serão instalados os Mercados de Peixe serão de responsabilidade das Colônias e pescadores envolvidos, cabendo a ESBR o mapeamento das áreas e o auxílio nas interfaces com as instituições intervenientes. Destaca-se que as tratativas

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16806 RUB.

para obtenção das áreas de Guajará Mirim tiveram início através da Colônia Z2 e, nas demais localidades, pelos pescadores junto aos Administradores Públicos locais.

Desta forma, como as tratativas serão para o recebimento de área sem custo para a Colônias e/ou pescadores envolvidos, não foi apontado nenhum valor sobre este aspecto nas planilhas financeiras.

(vi) Quem comprará os kits feira, maquinários e insumos?

Conforme descrito nesse documento, a ESBR entrará como investidor, uma vez que subsidiará a aquisição dos itens de implantação de infraestrutura, nesse caso os Kits Feira, materiais e equipamentos observando as particularidades de cada comunidade, visando a sustentabilidade econômica dos planos.

(vii) Não traz os valores com custo de implantação, custo operacional e de manutenção (fixos e variáveis);

Os referidos valores estão apresentados nas Planilhas I – Investimentos e VI – Custos (Fixos e Variáveis) para todas as localidades alvo do SAAP.

(viii) Não há prazos e nem responsáveis;

As análises financeiras foram desenvolvidas com base em Exercício Contábil, de forma que o DRE apresenta dados mensais e anuais, conforme Planilha IX– DRE – Demonstrativo de Fluxo de Caixa. Além desta análise, apresenta-se o Balanço Patrimonial com informações também de um Exercício Contábil, especificamente na Planilha XII – Balanço Patrimonial.

A análise de gestão financeira considerou os 04 (quatro) primeiros meses, conforme Planilha XI – Fluxo de Caixa de 2016 e ainda em uma análise a longo prazo, onde apresentam-se resultados de Fluxo de Caixa para os próximos 4 anos, conforme Planilha X – Fluxo de Caixa.

No quadro a seguir estão definidos os responsáveis para as principais ações necessárias para a implantação dos equipamentos de apoio à comercialização do pescado:

Principais ações	***Responsável***
Capacitação em Gestão, Gerenciamento de negócios e Cooperativismo/Associativismos das Colônias e pescadores.	*ESBR/SAAP*

EM BRANCO

EM BRANCO

COORD. DILIC/IBAMA FLS. 16807 RUB.

Constituição de associações e/ou cooperativas para a gestão dos equipamentos de apoio a comercialização de pescado.	*Colônias Z2 e Z13 e pescadores envolvidos com apoio técnico da ESBR/SAAP*
Mapeamento e formalização das áreas a construção dos Mercados de Peixe	*Colônias Z2 e Z13 e pescadores envolvidos com apoio técnico da ESBR/SAAP*
Construção ou melhoria/adequação do mercado de peixe existente.	*ESBR/SAAP*
Aquisição de equipamentos para os Mercados de Peixe e Kits Feira.	*ESBR/SAAP*

(ix) Não há cronograma executivo.

Os Planos de Negócios envolvem atividades ligadas ao ambiente interno (dentro da organização), chamadas variáveis controláveis, e atividades ligadas ao ambiente externo (fora da organização), chamadas variáveis incontroláveis. A relação entre estas variáveis definirá a implementação dos Planos de Negócios, ou seja, a instituição se organiza para produzir e vender, buscar mercado, vender, receber, voltar a produzir, vender novamente, receber e continua o ciclo. É uma dinâmica entre as variáveis, pois não se trata de um projeto de execução com começo, meio e fim, é um Plano do Negócio por tempo indeterminado, com análise de fatores produtivos, comerciais, humanos que devem agregar valor ao consumidor.

Neste sentido, o cronograma de atividades deve considerar as orientações de projeções produtivas (conforme item 5.3 - Produção, Localização e Instalações – subitem Capacidade de Produção), as projeções de comercialização, conforme Planilhas VIII - Despesas Mensais (Compras), II – Receita e III – Impostos.

Reiteramos, conforme citado no item (v), que o cronograma dependerá em determinados momentos de agentes externos aos Planos de Negócio. Cabe ressaltar que, conforme descrito no Eixo 2A do PT (**Anexo I**), a ESBR subsidiará os itens de implantação de infraestrutura, materiais e equipamentos, observando as particularidades de cada localidade. A disponibilização de equipamentos e a implantação dos mercados de peixe estão previstas para ocorrer até o final do primeiro trimestre de 2016.

Outro fator importante é que o modelo de gestão proposto nos Planos de Negócios, conforme item 4.1 - Modelo de Negócio prevê programa de capacitação dos dirigentes afim de qualifica-los para obter resultados positivos.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16808 RUB.

"Na análise econômico-financeira do Plano de Negócios, anexo a Nota Técnica ESBR 02/2015, foram elencadas algumas necessidades como:

- *Investimento em infraestrutura física para construção do mercado do Peixe;*
- *Equipe de trabalho para operacionalizar as atividades no mercado;*
- *Projeções de despesas mensais;*
- *Descritivo dos produtos que serão comercializados;*
- *Projeção de faturamento mensal e anual;*
- *Estrutura financeira para investimento;*
- *Possíveis cenários mercadológicos para avaliação dos resultados;*
- *Explanação sobre os investimentos e mecanismos de financiamentos;*
- *Descritivo de custos e despesas mensais de negócios;*
- *Análise das projeções de faturamento.*

Ressalta-se que somente os dois últimos itens foram abordados, de forma teórica e não apresentam custos para operacionalização. Os outros itens não apresentam nem a explicação teórica sobre cada item, ou seja, o plano de negócio está incompleto, sem informações imprescindíveis para testar viabilidade econômica e a minimização dos impactos na atividade pesqueira."

Os itens mencionados no Parecer estão analisados nos Planos de Negócios e seguem apresentados nas Planilhas Financeiras que compõem os anexos de cada Plano:

ANEXO I - Projeções Financeiras

Planilha I – Investimentos

Planilha II – Receitas

Planilha III – Impostos

Planilha IV – Mão-de-obra Necessária

Planilha VI – Custos (Fixos e Variáveis)

Planilha VII – Depreciações

Planilha VIII – Despesas Mensais com Compras (Pescado)

Planilha IX – DRE – Demonstrativo do Resultado do Exercício

Planilha X – Fluxo de Caixa para os próximos 4 anos

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16809 RUB.

Planilha XI – Fluxo de Caixa de 2016

Planilha XII – Balanço Patrimonial

Planilha XIII – Ponto de Equilíbrio

Planilha XIV – Análise de Investimentos

Ademais, o Capítulo 6 - Análise Econômico-Financeira dos Planos de Negócios apresenta informações que complementam as planilhas financeiras, para melhor compreensão do negócio.

- ***Desenvolvimento Social x TMA (Taxa Mínima de Atratividade)***

[...] Dessa forma, é necessário elaborar um Plano de Negócio completo com todas as informações necessárias, visto que deverá ser desembolsado recurso para viabilizar esse "desenvolvimento social". [...]

Quanto à rentabilidade do negócio apresenta-se a seguir alguns conceitos que auxiliam a análise:

- **Rentabilidade do Negócio:** indica o percentual de remuneração do capital investido na empresa.
- **Taxa Mínima de Atratividade de Mercado - TMA:** taxa de juros que representa o mínimo que **um investidor se propõe a ganhar** quando faz um investimento, ou o máximo que uma pessoa se propõe a pagar quando faz um financiamento. Esta taxa é formada a partir de 3 componentes básicas: Custo de oportunidade, Risco do negócio e Liquidez.
- **Viabilidade Econômica:** analise das perspectivas de desempenho financeiro do produto resultante do projeto.
- **Plano de Negócio com foco em Desenvolvimento Social:** ferramentas de ação que delimitam uma intervenção quanto aos objetivos, metas, formas de atuação, prazos e responsabilidades das pessoas envolvidas.

  Em outras palavras, estes planos buscam uma forma de organizar ações para transformar determinada realidade social e trata-se de um investimento em que o lucro será reinvestido, pois é um projeto que se retroalimenta prevendo a sua continuidade.

  Os investimentos realizados neste tipo de projeto não serão retornados às fontes de capital, de forma que não há necessidade de determinação de TIR – Taxa de Retorno do Investimento ou TMA – Taxa Mínima de Atratividade de mercado para definir se o investimento será realizado ou não, pois o objetivo do Plano é criar condições para a atividade social.

Diante do exposto acima, os Planos de Negócios elaborados para o SAAP, apresentam em suas

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16810 RUB.

planilhas de análises financeiras **a viabilidade dos negócios quanto a capacidade produtiva de cada comunidade envolvida**, com geração de receita e renda aos pescadores de forma sustentável, mas não prevê pagamento de empréstimos ou retorno de investimentos.

Portanto, os planos não contemplam análise de TIR ou TMA, mas apresentam índices de lucratividade, ponto de equilíbrio de vendas, índices de custos e despesas e também gestão do Fluxo de Caixa projetado.

- ***Associativismo***

[...] Dessa forma, a ESBR deverá esclarecer se nas capacitações sobre organização e cooperativismo, essas questões estão sendo abordadas. [...]

A ESBR, através das ações do SAAP, continuará realizando as atividades de implementação dos planos de negócio, que serão desenvolvidas conforme diretrizes apresentadas no Plano de Trabalho.

No PT do SAAP constam atividades de capacitações e oficinas específicas para cada comunidade, envolvendo temas de gerenciamento e associativismo, que vem sendo desenvolvidas junto às comunidades alvo do Subprograma.

Adicionalmente, durante o processo de implantação dos Planos de Negócio, caso se apresente a necessidade de capacitações específicas não previstas anteriormente, mas fundamentais ao andamento do trabalho, a ESBR viabilizará sua execução, buscando sempre o capacitação e desenvolvimento do seu público alvo.

(iv) "Entregar em 30 dias os esclarecimentos de como se dará a gestão/administração do Mercado de Peixes em cada localidade e quem será o responsável".

Conforme supracitado, os Planos de Negócio apresentam a estrutura organizacional do Mercado do Peixe e a definição da equipe de operadores diretos, conforme descrito no item 5 - Aspectos Organizacionais e de Gestão.

Ademais, o Eixo 3 - Capacitação dos Pescadores e Representantes das Colônias e o Eixo 4 - Pesquisa e Identificação de Produtos Pesqueiros e Aumento do Acesso à Oportunidade do Mercado Regional, propostos no Plano de Trabalho do SAAP, preveem atividades de formação de grupos gestores dos mercados de peixe, através da promoção de cursos de capacitação onde, de acordo com a necessidade de cada localidade, serão abordados temas como: Associativismo; Gestão de Pessoas; Gestão Logística; Gestão Financeira e Gestão Comercial.

Outra atividade prevista no Eixo 2A - Estruturação de Pontos de Apoio à Comercialização de Pescado visa auxiliar na organização dos pescadores para a elaboração dos estatutos das

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16811 R/B

cooperativas e/ou associações, através da organização de reuniões deliberativas sobre as obrigações e direitos de cada componente do grupo no processo de gestão dos mercados.

Ressalta-se que a efetivação da constituição das cooperativas e/ou associações dependerá exclusivamente da decisão dos pescadores e Colônias envolvidos no processo, ainda que por sua vez terão o apoio técnico da ESBR/SAAP na coleta de documentações, assinaturas, registros e demais instrumentos necessários à sua formação, além de apoio no processo de registro e formalização junto aos órgãos responsáveis.

Conclusão:

As considerações apresentadas pelo IBAMA através do Parecer supracitado foram discorridas na presente Nota Técnica. O Plano de Trabalho do Subprograma de Apoio a Atividade Pesqueira – SAAP sofreu revisões e o Eixo 2 de trabalho foi substituído pelo Eixo 2A. Salienta-se que este surge como alternativa para a melhoria da comercialização do pescado e, consequentemente, da qualidade de vida dos pescadores das localidades alvo do SAAP.

Estão, ademais apresentados esclarecimentos e informações no que se refere os Planos de Negócio de todas as localidades alvo, bem como as respectivas planilhas de cálculos.

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

COHID/IBAMA
FLS. 16812
RUB.

USINA HIDRELÉTRICA JIRAU

Plano de Trabalho

Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira – SAAP

(Adequações em Resposta ao Ofício Nº 02001.006417/2015-96 COHID/IBAMA)

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

Sumário

Plano de Trabalho 1
Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira – SAAP 1
(Adequações em Resposta ao Ofício Nº 02001.006417/2015-96 COHID/IBAMA) 1
1. APRESENTAÇÃO 4
2. INTRODUÇÃO 4
3. METODOLOGIA APLICADA 4
4. PÚBLICO ALVO GERAL 5
5. PLANO DE TRABALHO DO SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA 7
5.1. EIXO 1 – Estudo sobre a Viabilidade de Manejo Sustentável do Pirarucu 8
5.1.1 Objetivos e Metas 9
5.1.2 Justificativa 10
5.1.3 Atividades e Metodologias 12
5.1.4 Produtos 18
5.1.5 Cronograma 18
5.2. EIXO 2A – ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO 24
5.1.6 Objetivos e Metas 25
5.1.7 Atividades e Metodologia 26
5.1.8 Produtos 31
5.1.9 Cronograma 31
5.2 EIXO 3 - Capacitação dos Pescadores e Representantes das Colônias 35
5.2.1 Objetivos e Metas 35
5.2.2 Justificativa 35
5.2.3 Atividades e Metodologias 36
5.2.4 Produtos 41
5.2.5 Cronograma 41
5.3 EIXO 4 – PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS PESQUEIROS E AUMENTO DO ACESSO À OPORTUNIDADE DO MERCADO REGIONAL 45
5.3.1 Objetivo e Metas 45
5.3.2 Justificativa 45
5.3.3 Atividades e Metodologia 46
5.3.4 Produtos 51
5.3.5 Cronograma 51

EM BRANCO

EM BRANCO

5.4 EIXO 5 - INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS 56
5.4.1 Objetivos e Metas 56
5.4.2 Atividades e Metodologia 56
5.4.3 Produtos 62
5.4.4 Cronograma 62
5.5 EIXO 6 - ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA ENCAMINHAMENTOS DAS DEMANDAS DOS PESCADORES E COLÔNIAS 69
5.5.1 Objetivos e Metas 69
5.5.2 Atividades e Metodologia 69
5.5.3 Produtos 72
5.5.4 Cronograma 72
5.6 EIXO 7 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUBPROGRAMA 74
5.6.1 Objetivos 74
5.6.2 Acompanhamento e Avaliação Quanto à Gestão do Subprograma 74
5.6.3 Indicadores de avaliação quanto à eficácia do Subprograma. 75
5.6.4 Produtos 91
5.6.5 Cronograma 91
6 EQUIPE TÉCNICA 94
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 95

EM BRANCO

1. APRESENTAÇÃO

A Energia Sustentável do Brasil S.A. (ESBR), concessionária da Usina Hidrelétrica (UHE) Jirau vem, por meio deste, apresentar o Plano de Trabalho do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira (SAAP), em atendimento ao Ofício nº 02001.006417/2015-96 COHID/IBAMA, que encaminha o Parecer Técnico 02001.002253/2015-28, que analisou as informações prestadas pela ESBR, em atendimento ao ofício02001.011868/2014-64 COHID/IBAMA, encaminhando Parecer Técnico nº 003956/2014-92 COHID/DILIC/IBAMA, o qual realizou análise dos documentos IT/LF 023/2014 e IT/LF 1214-2014, em atendimento à condicionante 2.17 da Licença de Operação (LO) nº 1097/2012 e ao item "a" do Ofício nº 394/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, referente ao Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.

2. INTRODUÇÃO

O Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira (SAAP) tem o objetivo geral de contribuir para a continuidade e sustentabilidade da atividade pesqueira após a implantação do empreendimento, a partir das informações técnicas geradas na caracterização e monitoramento da pesca na área de influência do empreendimento.

3. METODOLOGIA APLICADA

A implantação do SAAP está fundamentada no conceito de desenvolvimento local e em diretrizes e técnicas de gestão participativa da pesca, assim como no monitoramento e avaliação permanente dos resultados. Conforme apresentado no **Quadro 01**, a seguir:

QUADRO 01 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES:

DIRETRIZ METODOLÓGICA	DESCRIÇÃO
Desenvolvimento Local	A execução das atividades deste subprograma é calcada no conceito de desenvolvimento local. O Subprograma possui uma perspectiva de "incubação", ou seja, pretende-se que, ao fim da sua implantação, as tecnologias sociais desenvolvidas sejam apropriadas pelos pescadores e suas famílias, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades em longo prazo.
Gestão Adaptativa	O método inclui a dimensão sistêmica de aprendizagem e resiliência, onde o planejamento é percebido como processo de

EM BRANCO

EM BRANCO

	aprendizado participativo, que se realiza por meio de ação reflexiva. Pretende-se atingir a interatividade e a motivação do público alvo, através de constantes monitoramentos e pesquisas de percepção, recursos técnicos e linguagem que vão se moldando aos atores sociais em questão. Será fundamental garantir a participação qualificada do público alvo nas ações do subprograma, bem como de *stakeholders* vinculados à gestão da pesca, durante todo o processo de implantação. Para tanto, a geração e a troca de informações – considerando o diálogo de saberes - devem ter como pressuposto a busca de uma linguagem comum de entendimento. Nesta perspectiva, será priorizado o estabelecimento de parcerias, integrando ao Subprograma os traços sociais e culturais da localidade, conforme orientações da especificação técnica.
O conceito de Sistemas Abertos Sustentáveis	Preconiza-se que as ações devem buscar a dimensão da valorização dos modos de vida locais, assim como o uso sustentável dos recursos naturais, incorporando-se a gestão participativa entre os grupos sociais e as instituições públicas, bem como a valorização do conhecimento local. Frisa-se, também, que, para o sucesso das ações, é imprescindível a articulação e a interface entre os Subprogramas de Monitoramento da Atividade Pesqueira e de Apoio à Atividade Pesqueira, de modo que o primeiro forneça e subsidie o segundo com dados essenciais à implantação de manejo participativo e apoio ao desenvolvimento comunitário.

4. PÚBLICO ALVO GERAL

Considera-se para as ações gerais do programa os pescadores residentes em todas as localidades-alvo do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, as quais foram definidas no Projeto Básico Ambiental (PBA), IBAMA por meio do Parecer nº 27/2012-COHID/CGENE/IBAMA, de fevereiro de 2012.

Desta forma, o público-alvo geral contempla áreas que correspondem aos pontos que apresentam maior representatividade para a pesca na região, conforme descrito a seguir:

EM BRANCO

- Área de Influência Direta: Mutum Paraná ou pescadores desta localidade que foram realocados para Nova Mutum Paraná; e
- Área de Influência Indireta: Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mamoré, Guajará Mirim e Iata.

Por outro lado, em função de diferenças dos dados das Colônias de Pesca e do MPA, no que tange à quantificação dos pescadores nas localidades alvo, estabeleceu-se como critério, para fins de avaliação e monitoramento das atividades do SAAP, considerar os pescadores que foram identificados pelos registros de desembarque através do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira (SMAP), durante o período de 2009 a 2012. Além destes pescadores, foram também identificados 03 (três) pescadores em Nova Mutum Paraná, através do Cadastro de Remanejamento da População da UHE Jirau.

Deste modo, considera-se o seguinte quantitativo de pescadores para fins de abordagem e mensuração de indicadores das diversas ações previstas:

QUADRO 02 - NÚMERO DE PESCADORES POR LOCALIDADE DO SUBPROGRAMA.

Localidade	Dados do SMAP*1	Programa de Remanejamento da População- ESBR *2
Nova Mutum	ND	03
Abunã	43	NA
Fortaleza do Abunã	46	NA
Nova Mamoré	88	NA
Iata	22	NA
Guajará-Mirim	117	NA
Total	**316**	**03**
Público total do SAAP = 319		

- *1 – Referem-se aos dados do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira, no período de 2009 a 2012.

EM BRANCO

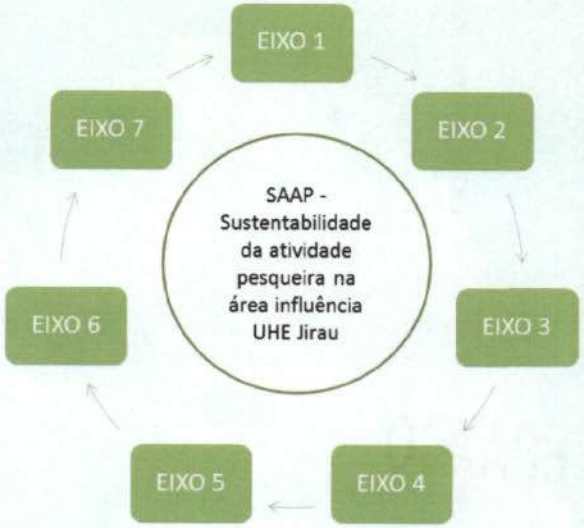
EM BRANCO

5.1.1 Objetivos e Metas

Objetivos	Metas
Promover intercâmbio de informação entre pescadores e técnicos, para a compreensão da pescaria em geral e do pirarucu em particular;	Identificar áreas potenciais para o manejo até dezembro de 2013;
Realizar investigação participativa do histórico do povoamento do pirarucu na região;	Identificar 01 (uma) área para implantação do projeto piloto de manejo do pirarucu, onde abranja maior abundância da espécie até dezembro 2014;
Capacitar pescadores e familiares sobre a ecologia e dinâmica do recurso;	Integrar conhecimento tradicional e científico entre as comunidades, por meio de capacitação dos pescadores locais em técnicas de contagem do pirarucu e intercâmbio de conhecimento com a presença de pescadores de Feijó (AC) até dezembro de 2014;
Identificar a potencialidade produtiva das áreas levantadas;	Capacitar os pescadores em técnicas de avaliação de estoques de pirarucu adaptados à região até dezembro de 2014;
Possibilitar subsídios legais aos usuários dos recursos para a elaboração de acordos de pesca;	Elaborar Plano de Manejo do Pirarucu, conforme potencial identificado nas comunidades até fevereiro de 2015;
Realizar estudo sobre a viabilidade de manejo sustentável do pirarucu na região que compreende as localidades da área de abrangência do SAAP;	Promover a capacitação dos pescadores, bem como a troca de conhecimento quanto ao manejo do Pirarucu até dezembro de 2014;
Com base no desenvolvimento das etapas anteriores, elaborar o Plano de Manejo do Pirarucu e os Planos de Usos Local contendo as diretrizes para o manejo do pirarucu na área de influência da UHE Jirau;	Caso identificada a viabilidade e autorizada pelos órgãos ambientais, acompanhar a execução da primeira despesca do Plano de Manejo até setembro de 2015;

EM BRANCO

Figura 1 - Eixos de atuação



Desse modo, o SAAP enfatiza ações que abranjam os principais pontos discutidos com os pescadores, as comunidades pesqueiras e suas representações legais assim como, com os órgãos públicos, que atuam junto ao tema da pesca e seus públicos, no que se referem a **organização** e **gestão dos sistemas de produção em grupo**, **melhoria nas variedades de comercialização**, e **das formas de acompanhamento** e **monitoramento das ações. Cabe observar que os Eixos de 2A a 7 estão sendo desenvolvidos em todas as localidades e, no caso do Eixo 1, por sua especificidade técnica, está em desenvolvimento somente em Guajará Mirim.**

Destaca-se que o compromisso da ESBR é enfrentar as fragilidades e estimular as potencialidades da atividade pesqueira de cada uma das localidades alvo, conforme suas características e culturas locais atentando-se à **capacitação técnica para melhoria da produção e organização associativa**, ao **acesso a políticas públicas de incentivo à atividade pesqueira** e à **habilitação para atender a lógica do mercado**, já que os históricos demonstram que o atendimento às demandas por infraestrutura e equipamentos dissociados do envolvimento dos pescadores resulta em alto dispêndio de recursos, sem a devida eficácia e efetividade de resultados.

5.1. EIXO 1 – Estudo sobre a Viabilidade de Manejo Sustentável do Pirarucu

O eixo objetiva a elaboração de um Plano de Manejo Sustentável do Pirarucu para pesca artesanal, com a implantação de um Plano Piloto, realizado através de metodologias participativas, integrando o conhecimento tradicional e científico, bem como tratativas com os devidos órgãos ambientais para a regulamentação.

EM BRANCO

EM BRANCO

Promoção de oficinas e capacitação para avaliação anual de estoque e implementação das medidas do manejo, além da criação de um comitê para o monitoramento do Plano de Manejo.	Promover a capacitação dos pescadores, bem como a troca de conhecimento quanto ao manejo do Pirarucu. até dezembro de 2014
Promover a implantação de Plano Piloto de Manejo do Pirarucu;	Disponibilizar um técnico, durante seis meses na etapa de despesca, que irá acompanhar os pescadores, a fim de lhes fornecer todo o suporte necessário para a execução do Projeto, durante 06 meses. Frisa-se que a data da primeira despesca dependerá da aprovação do Plano de Manejo e do Acordo de Pesca pelo IBAMA até fevereiro de 2016.

5.1.2 Justificativa

Neste primeiro eixo, prevê-se a elaboração de um Plano de Manejo Sustentável do Pirarucu para pesca artesanal, com base nas características de metodologias participativas, integrando o conhecimento tradicional ao científico, bem como na realização de tratativas com os devidos órgãos ambientais para a sua regulamentação. O plano deverá ser adaptativo, de maneira que possa ser modificado de acordo com a fase em que a atividade esteja sendo desenvolvida.

A sustentabilidade deste Plano de Manejo deve ser vista dentro de um contexto de manejo integrado dos recursos pesqueiros e dependerá de uma eficiente estratégia de monitoramento e fiscalização do Plano dentro de um marco de cogestão entre pescadores, órgãos fiscalizadores e equipe do SAAP. Assim, será adotada uma estratégia adaptativa incluindo aspectos socioculturais, ecológico-pesqueiros, econômicos e normativos.

O Plano inicialmente abrangeu as áreas de maior abundância do pirarucu, onde já existia ou se previa uma maior demanda socioeconômica (de acordo com a análise dos dados do diagnóstico).

As características do Plano de Manejo foram influenciadas tanto pelas mudanças que ocorreram na estrutura e na abundância dos estoques nativos ao longo do eixo principal do reservatório e, em menor medida, nos trechos superiores como Abunã, Fortaleza do Abunã e

EM BRANCO

EM BRANCO

- *2 – Os dados referentes aos pescadores de Nova Mutum Paraná foram mapeados pelo Programa de Remanejamento População da ESBR.

5. PLANO DE TRABALHO DO SUBPROGRAMA DE APOIO À ATIVIDADE PESQUEIRA

O Plano Trabalho (PT) do SAAP foi construído de forma participativa e estruturado em Eixos de ações, que visam contribuir para a continuidade e sustentabilidade da atividade pesqueira nas áreas de influência direta e indireta da UHE Jirau.

Os Eixos a seguir apresentados foram estruturados com base na sistematização das sugestões e dos caminhos identificados no início do processo de elaboração do SAAP, pelos atores sociais envolvidos com a atividade pesqueira– instituições estaduais e federais locais, líderes das colônias de pesca, pescadores participantes dos Grupos de Trabalhos (GTs) da pesca e especialistas do setor - e das alterações necessárias ao bom andamento do subprograma, percebidas ao longo de sua implantação.

O PT do Subprograma apresentou, em suas versões anteriores, um segundo Eixo, com a proposição de Articulações institucionais para avaliação de viabilidade de tanques rede/tanques escavados, no entanto a partir de estudo específico se constatou a inviabilidade de implantação dos tanques redes e/ou escavados em todas as localidades alvo do subprograma. Dessa forma, apresenta-se nesse Plano de Trabalho, uma nova proposta para o Eixo 2 passando este a ser referente à Estruturação Física dos pontos de apoio à comercialização de pescado, bem como demais Eixos de atuação (**Figura 01**) em atendimento ao Parecer Técnico 02001.002253/2015-28, a saber:

- **Eixo 1** – Estudo sobre a viabilidade de manejo do pirarucu.
- **Eixo 2A**–Estruturação Física de pontos de apoio à comercialização de pescado e colônias.
- **Eixo 3** -Capacitações dos pescadores.
- **Eixo4**–Pesquisa e identificação de produtos pesqueiros e aumento do acesso à oportunidade do mercado regional.
- **Eixo 5** – Integração com outros programas socioambientais da UHE Jirau.
- **Eixo 6** – Articulação institucional com entidades públicas e privadas.
- **Eixo 7** –Monitoramento e avaliação do Subprograma.

EM BRANCO

EM BRANCO

Guajará Mirim, quanto baseado nos relatos dos pescadores e nas entrevistas que mencionaram maior captura e potencialidade de espécime, além da quantidade de lagos destinada à pesca.

Após realização dos Estudos, verificou-se viabilidade do manejo do pirarucu, na localidade de Guajará Mirim, com a existência de uma quantidade suficiente da espécie para satisfazer as necessidades básicas dos pescadores e da existência de interesse dos mesmo sem se capacitar e se organizar para a execução da atividade de manejo.

Registra-se que estão sendo considerados os fatores de sucesso e insucesso de outras experiências similares na Bacia Amazônica (como as realizadas em Santarém, RDS Mamirauá, Iwokrama, Pacaya-Samiria, Monte Alegre, RDS Amanã, Fonte Boa, Manuel Urbano, Mexiana, Resex B. Juruá, Manacapurú, Itacotiara, RDS Piagaçú, APA Macuricanã, RebioPiratuba, Feijó, Alto Putumayo, Rio Araguaia, Rio Madre de Dios). Salienta-se que os profissionais envolvidos com a atividade em questão possuem experiência no manejo de contagem participativa em alguns desses projetos e podem ser replicados para o manejo do pirarucu do SAAP. Prevê-se a realização de oficinas enfocadas na apresentação de resultados e comparação de situação com outras experiências de manejo bem sucedidas na bacia Amazônica, além do intercâmbio de pescadores de algumas dessas localidades, a serem definidas, para o compartilhamento de experiências e métodos tradicionais com os grupos de manejo locais (como treinamento de pescadores locais na técnica de contagem e avaliação de estoques do Pirarucu).

Neste aspecto, as "ações participativas de identificação e zoneamento das áreas de estudo" referem-se às seguintes etapas:

- Intercâmbio de informação entre pescadores e técnicos para a compreensão da pescaria em geral, e do pirarucu em particular;
- Realização de um diagnóstico rápido sobre o pirarucu, com base em entrevistas, com informantes qualificados, recopilação de informação, e entrevistas com pesquisadores;
- Realização de mapas mentais e participativos, com os pescadores, para identificação de lagos e corpos hídricos com potencialidade para o desenvolvimento do projeto;
- Análise de dados de SIG para a identificação de lagos e corpos hídricos com potencialidade para o desenvolvimento do projeto;
- Sistematização e análise da informação coletada para conhecer o estado de situação da pescaria e dos lagos com potencialidade. Proposição de alguns indicadores para a linha de base de monitoramento do plano de manejo.

Por fim, conforme já indicado, devido aos resultados positivos do Estudo de Viabilidade do Manejo do Pirarucu foi acrescida uma segunda Etapa a este Eixo -A Implantação do Plano Piloto, cuja primeira atividade se refere à promoção e acompanhamento da 1ª despesca. Ressalta-se que a execução desta dependerá da autorização de liberação dos órgãos competentes para a efetiva realização.

EM BRANCO

5.1.3 Atividades e Metodologias

A seguir apresenta-se o **Quadro 3**com as principais ações a serem realizadas no âmbito do Eixo 1. Nele é possível visualizar as Atividades, suas ações e objetivos e Metodologias.

EM BRANCO

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 03 - PRINCIPAIS ATIVIDADES EIXO 1 - ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE E IMPLANTAÇÃO DE MANEJO SUSTENTÁVEL DO PIRARUCU			
ATIVIDADES			**DESCRIÇÃO/METODOLOGIA**
Atividades	**Objetivos**	**Principais Ações**	
Atividade 1 - Ações participativas, de identificação e de zoneamento da área de estudo.	Promover intercâmbio de informação entre pescadores e técnicos, para a compreensão da pescaria em geral e do pirarucu em particular; Realizar investigação participativa do histórico do povoamento do Pirarucu na região.	**1.1.** Interfaces com instituições e entidades das localidades alvo para discussão e esclarecimento quanto à metodologia definida.	Realização de reuniões com as entidades ligadas diretamente e indiretamente à pesca Intercâmbio de informação entre pescadores e técnicos, para a compreensão da pescaria em geral e do pirarucu em particular.
		1.2. Identificação e zoneamento da área de estudo, trabalho participativo nas colônias de pescadores antigos e de pescadores de Pirarucu.	Realização de investigação do histórico e surgimento da espécie na região, através de entrevistas e oficinas com os pescadores das localidades.
		1.3. Devolução de informações e repasse de orientações para	Sistematização e análise da informação dos questionários aplicados para conhecer o estado de situação da pesca. Esta análise será realizada de modo qualitativo.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 168 24

EM BRANCO

EM BRANCO

		subsidiar a continuidade de trabalho.	Proposição de alguns indicadores para a linha de base de monitoramento do plano de manejo.
			Realização de reunião no âmbito do GT da Atividade Pesqueira.
Atividade 2 - Capacitação de pescadores e estimativas de áreas potenciais	Capacitar pescadores e seus familiares sobre a ecologia e dinâmica do recurso; Identificar a potencialidade produtiva das áreas identificadas; Subsídio aos usuários dos recursos para a elaboração de acordos de pesca.	**2.1.** Capacitação para o diagnóstico do estoque;	Realização de oficinas e cursos teóricos/práticos para capacitar pescadores e seus familiares sobre a ecologia e dinâmica do recurso, com a aplicação de técnicas de avaliação de estoques de pirarucu adaptados à região.
		2.2. Análise das potencialidades produtivas das áreas.	Realização de levantamento e análise da distribuição espacial, abundância e estrutura (adultos e pré-adultos) do estoque de pirarucu no sistema avaliado, através de visitas técnicas na localidade e análise de documentação e/ou bibliografia existente.
		2.3. Oficinas de divulgação das informações coletadas.	Disponibilização aos atuais e futuros usuários dos recursos pesqueiros, em especial do pirarucu, a informação disponível sobre acordos de pesca, realidades e perspectivas em um marco inicial de manejo.
			Subsídio à discussão da atividade pesqueira, através de acordos.

CONFERE COM O ORIGINAL FLS. 16825

EM BRANCO

EM BRANCO

			Elaboração de uma proposta local de uso.
			Elaboração e realização de oficinas enfocadas na apresentação de resultados e comparação de situação com outras experiências de manejo bem sucedidas na bacia amazônica.
Atividade 3 – Elaboração do Plano de Manejo	Elaborar Plano de Manejo do Pirarucu com base no desenvolvimento das etapas anteriores e validação com as comunidades locais.	**3.1.** Elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu e dos Planos de Uso Locais.	Com base no desenvolvimento das etapas anteriores, se obterá insumos para elaboração do plano de manejo.
			Validação do Plano por meio de reunião com a comunidade alvo/potencial.
		3.2. Apresentação dos resultados aos pescadores e órgãos ambientais.	Apresentação do Plano de Uso aos usuários diretos, Colônias de Pesca e órgãos.
		3.3. Elaboração do relatório final contendo as diretrizes para o manejo do Pirarucu na área de influência da UHE Jirau.	Elaboração do Relatório Final com recomendações para o manejo do pirarucu na área de influência da UHE Jirau
Atividade 4 – Implantação	Promoção de oficinas e capacitação para avaliação	**4.1.** Elaboração de acordos de pesca.	Promoção de oficinas com metodologias participativas com discussão de temas vinculados aos acordos.

CONFIDENCIAL FLS 16826

EM BRANCO

EM BRANCO

do Plano Piloto de Manejo do Pirarucu	anual de estoque e implementação das medidas do manejo, além da criação de um comitê para o monitoramento do Plano de Manejo.		Apresentação de casos exitosos de acordos de pesca na região.
			Intercâmbio horizontal entre líderes comunitários ou de grupos de usuários, além de técnicos de instituições de extensão e gestão que tenham participado da elaboração e implementação de acordos de pesca.
		4.2. Formação de grupo de manejo, integrado pelos usuários do recurso e o técnico que será disponibilizado pelo empreendimento por 06 (seis) meses;	Capacitação do grupo que será responsável pelas avaliações anuais, implementação de medidas de manejo (discutidas nos acordos de pesca), e desenvolvimento de um protocolo para a certificação de um produto pesqueiro diferenciado.
		4.3. Criação de um Comitê para o monitoramento do Plano de Manejo do Pirarucu e planos de usos desde um enfoque ecossistêmico. O Comitê informa ao GT, e estará integrado por técnicos dos órgãos competentes, representantes das Colônias de	Oficinas para a discussão de temas a serem abordados e avaliados pelo Comitê; regulamento de funcionamento; criação de uma linha de base do componente pesqueiro; capacitação no desenvolvimento de metodologias simples (p.e: como análise multicritérios) de informação social, econômica, produtiva, ecológica, que seja útil na gestão. Disponibilização de acompanhamento técnico durante 06 meses, bem como apoio ao beneficiamento e comercialização do Pirarucu.

COHID/DILIC/IBAMA FLS 16827

EM BRANCO

EM BRANCO

		Pescadores, comunidades ou grupos participantes do manejo.	
		4.4. Promoção e acompanhamento da 1ª despesca – Implantação do Plano Piloto	Realização de oficinas teóricos/práticos para execução da Primeira Despesca Experimental do Manejo do Pirarucu com base nas diretrizes elaboradas no Plano e orientações para conscientização do Acordo de Pesca.

COMIDI/DILIC/IBAMA
FLS. 16828

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16829

5.1.4 Produtos

QUADRO 04 - Produtos do Eixo 1
• Plano de Manejo Sustentável;
• Articulação com órgãos municipais e estaduais responsáveis para a viabilização legal da atividade;
• Acompanhamento da primeira despescado Plano Piloto do Manejo do Pirarucu, com apoio à articulação institucional, beneficiamento e comercialização;
• Documento ou protocolo contendo todos os passos para uma certificação de produto e processos.

5.1.5 Cronograma

A seguir é apresentado o cronograma referente ao Eixo 1.

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 05- Cronograma Eixo 1 – Estudo Sobre a Viabilidade de Manejo Sustentável do Pirarucu

Descrição	Ações	Responsáveis	2013												2014												2015												2016									
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Atividade 1 - Ações participativas, de identificação e de zoneamento da área de estudo.	1.1 Interfaces com instituições e entidades das localidades alvo para discussão e esclarecimento quanto à metodologia definida.	ESBR/SAAP																																														
	1.2 Identificação e zoneamento da área de estudo,	ESBR/SAAP																																														

COHID/DILICI/IBAMA
FLS. 16830
RUB.

EM BRANCO

	trabalho participativo nas colônias de pescadores antigos e de pescadores de Pirarucu.		
	1.3 Devolução de informações e repasse de orientações para subsidiar a continuidade de trabalho.	ESBR/SAAP	
Atividade 2 - Capacitação de pescadores e estimativa	2.1. Capacitação para o diagnóstico do estoque.	ESBR/SAAP	
	2.2. Análise das potencialidades	ESBR/SAAP	

CONFIDENCIAL FLS. 16831

EM BRANCO

s de áreas potenciais	produtivas das áreas.		
	2.3 Oficinas de divulgação das informações coletadas.	ESBR/SAAP	
Atividade 3 – Elaboração do Plano de Manejo	3.1. Elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu e dos Planos de Uso Locais.	ESBR/SAAP	
	3.2. Apresentação dos resultados aos pescadores e órgãos afins.	ESBR/SAAP	
	3.3. Elaboração do relatório final contendo as diretrizes	ESBR/SAAP	

COHID/DILICI/IBAMA
FLS. 16832
RUB.

EM BRANCO

	para o manejo do Pirarucu na área de influência da UHE Jirau.		
Atividade 4 – Implantação do Plano Piloto de Manejo do Pirarucu	4.1 Elaboração de acordos de pesca	Colônia Z2 – Guajará Mirim com apoio técnico da ESBR/SAAP	
	4.2 Formação de um grupo de manejo, integrado pelos usuários do recurso	ESBR/SAAP	

CORID/DILIC/IBAMA
FLS 168 33
RUB

EM BRANCO

	4.3 Criação de um Comité para o monitoramento do Plano de Manejo do pirarucu e planos de usos desde um enfoque ecossistêmico	Colônia Z2 – Guajará Mirim com apoio técnico da ESBR/SAAP	
	4.4. Promoção e acompanhamento da 1ª despesca – Implantação do Plano Piloto	ESBR/SAAP	

CONFERE COM O ORIGINAL
FLS. 1683
RUBRICA

EM BRANCO

5.2. EIXO 2A – ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO

Esse eixo surge como alternativa para a melhoria da qualidade de vida dos pescadores das localidades alvo do SAAP, em substituição à antiga proposta do Eixo 2 – Articulações Institucionais para Avaliação de Viabilidade de Implantação de Tanques-Rede e/ou Escavados, considerado inviável após estudos realizados nas localidades.

Na atual conjuntura, os pescadores da maioria das localidades alvo do SAAP não dispõem de pontos de comércio estruturados, dependendo muitas vezes unicamente de atravessadores para realizar o escoamento da produção.

Com base na análise dos resultados do desenvolvimento participativo dos Planos de Negócio (Eixo 4), a ESBR subsidiará na implantação do Plano de Negócios itens de infraestrutura, materiais e equipamentos observando as particularidades de cada comunidade, visando à sustentabilidade econômica dos planos.

Para o fortalecimento das estruturas e dos negócios, os pescadores necessitarão de organização associativa, tendo a função de estabelecer as atividades pesqueiras dos associados, absorvendo o pescado e gerenciando os aspectos produtivos comerciais e financeiros. Para tal, estão previstas diversas capacitações em Associativismo, Gestão de Pessoas, Gestão Logística, Gestão Financeira e Gestão Comercial.

As análises técnicas de gestão, operação e finanças apresentadas nos planos demonstram que os investimentos irão proporcionar superiores condições de vendas, qualificação de produtos e ainda profissionalização da comercialização do pescado. É importante lembrar que se trata de um investimento que almeja melhores condições estruturais, operacionais, mercadológicas e financeiras para incentivar a sustentabilidade da atividade pesqueira nas comunidades. Dessa forma, adicionando a viabilização de equipamentos e infraestruturas associadas, haverá uma contribuição efetiva para a melhoria de condições de vida dos pescadores.

Por outro lado destaca-se que, as áreas que estão sendo levantadas pelos próprios representantes locais onde serão instalados os Mercados de peixe são pertencentes ao poder público, desta forma será de responsabilidade das Colônias e pescadores envolvidos, cabendo a ESBR o subsídio técnico nas interfaces com as instituições intervenientes para obtenção do documento de liberação/posse para sua utilização.

A partir das conjunturas de cada localidade, surgiram como alternativas para a implantação dos pontos de apoio à comercialização do pescado dois tipos de estrutura, o Kit feira e o Mercado de peixe, ambos totalmente subsidiados pela ESBR em sua implantação.

(i) Kit feira

EM BRANCO

O Kit feira visa possibilitar a comercialização do pescado em feiras-livres, identificadas nas comunidades como potencial local de comercialização do pescado. Os Kits feira contarão com a seguinte estrutura:

- 1 Mesa dobrável em inox pequena;
- 1 Balança Manual;
- 1 Caixa térmica;
- 1 Mesa de apoio.

(ii) Mercado de peixe

Os investimentos nos Mercados de Peixe irão variar de acordo com cada localidade, devido a existência de estruturas prediais em algumas comunidades - que necessitarão apenas de melhoria e adequação - e a não existência em outras, que necessitarão da construção de nova estrutura. Todos os Mercados de Peixe terão como estrutura mínima os seguintes equipamentos e espaços que os acomodem:

- Freezer;
- Máquina de Gelo;
- Mesa de Inox;
- Balcão de Venda.

5.1.6 Objetivos e Metas

Objetivos	Metas
Viabilizar infraestrutura e equipamentos necessários à implantação e ao fortalecimento do mercado de pescado nas localidades nas quais o SAAP atua, definindo e especificando materiais, equipamentos e fornecedores para a implantação de pontos de apoio à comercialização de pescado.	Implantar pontos de apoio à comercialização de pescado em todas as localidades alvo do SAAP até outubro de 2016.
Fortalecer a cadeia produtiva local e ampliar os ganhos de mercado dos pescadores.	Capacitar pescadores e colônias de pesca para gestão e operacionalização dos pontos de apoio até outubro de 2016.

EM BRANCO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS 16837

5.1.7 Atividades e Metodologia

Para a determinação dos pontos de apoio à comercialização do pescado, serão levantadas as particularidades de mercado de cada localidade alvo do SAAP, a partir dos estudos realizados para a elaboração dos Planos de Negócio, visando a elaboração das diretrizes e dos layouts de infraestrutura necessários às suas implantações.

EM BRANCO

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 06- PRINCIPAIS ATIVIDADES PREVISTAS EIXO 2A – ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO			
ATIVIDADES			DESCRIÇÃO/METODOLOGIA
Atividades	Objetivos	Principais Ações	
Mercados de Peixe – Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mamoré, Iata e Guajará Mirim			
Atividade 1 – Formação de grupos gestores dos Mercados de Peixe	Capacitar os pescadores e estruturar cooperativas e/ou associações para o gerenciamento das estruturas dos Mercados de Peixe nas localidades.	**1.1 –** Capacitar os pescadores nos temas associados à gestão dos mercados.	Promover cursos de capacitação relacionados à gestão dos Mercados de peixe, abordando os seguintes temas, de acordo com a necessidade de cada localidade: Associativismo, Gestão de Pessoas, Gestão Logística, Gestão Financeira e Gestão Comercial.
		1.2 – Auxiliar na constituição das associações /cooperativas e na organização documental/institucional dos associados/cooperados.	Auxiliar na organização dos pescadores para a elaboração dos estatutos das cooperativas e/ou associações, através da organização de reuniões deliberativas sobre as obrigações e direitos de cada componente do grupo no processo de gestão dos mercados.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16838
RIB

EM BRANCO

		1.3 – Auxiliar no processo de registro e formalização das cooperativas e/ou associações junto aos órgãos responsáveis.	Auxiliar na coleta das documentações, assinaturas, registros e demais instrumentos necessários à formação das cooperativas e/ou associações.
Atividade 2 – Definição de estruturas dos Mercados de Peixe	Definir tipos de estrutura e locais de instalação dos pontos de apoio à comercialização do pescado.	**2.1 –** Definir locais de implantação.	A partir de análises dos locais potenciais identificados em cada localidade, realizar levantamento da situação fundiária e definir o melhor local para a implantação do ponto de apoio à comercialização de pescado em cada localidade.
		2.2 – Elaborar layouts das estruturas para cada localidade.	Elaboração de layout, de acordo com as especificidades de cada localidade.
		2.3 – Definir as diretrizes de funcionamento das estruturas de apoio, a partir dos dados levantados.	A partir das informações específicas de cada localidade, definir o tipo de funcionamento das estruturas, incluindo equipamentos necessários.
Atividade 3 – Implantação dos Mercados de Peixe	Implantar os Mercados de Peixe, de acordo com as especificidades de cada localidade.	**3.1 –** Licitar e Construir os mercados de Peixe.	Construção civil das estruturas dos mercados a partir dos layouts definidos, nos pontos determinados.

COHIDI DILIGÊNCIA FLS 6839

EM BRANCO

EM BRANCO

		3.2 – Aquisição de equipamentos necessários.	Adquirir equipamentos necessários ao funcionamento de cada um dos pontos de apoio à comercialização de pescado.
		3.3 – Viabilizar documentação e licença de funcionamento junto aos órgãos responsáveis.	Apoiar as comunidades nos processos de retirada de licença e demais documentos necessários ao funcionamento do ponto de apoio à comercialização de pescado.
Kit feira - Nova Mutum Paraná, Nova Mamoré e Guajará Mirim			
Atividade 4 – Oficinas de apoio às práticas coletivas	Estruturar as associações para organizar as atividades produtivas e comerciais dos pescadores atuantes na comercialização de pescado em feiras livres, visando ganho de mercado.	**4.1 –** Capacitar os pescadores nos temas associados à gestão dos pontos de venda em feiras livres.	Promover cursos de capacitação relacionados à gestão dos pontos de venda, abordando os seguintes temas, de acordo com a necessidade de cada localidade: Associativismo, Gestão de Pessoas, Gestão Logística, Gestão Financeira e Gestão Comercial.
		4.2 – Auxiliar na organização dos associados às colônias para uso coletivo dos Kits Feira e	Auxiliar na organização dos pescadores para a elaboração dos estatutos das associações, através da organização de reuniões deliberativas sobre as obrigações e direitos de

COHID/CIL/IBAMA FLS 16840

EM BRANCO

EM BRANCO

		otimização dos recursos comuns.	cada componente do grupo no processo de gestão da associação.
Atividade 5 – Disponibilização dos equipamentos necessários à implantação de pontos de venda móveis	Fornecer às associações/cooperativas os Kits Feira, de acordo com as definições dos Planos de Negócio.	**5.1 –** Aquisição dos equipamentos necessários.	Adquirir os equipamentos que compõem os Kits Feira.
		5.2 – Disponibilizar os Kits aos associados das colônias.	Formalizar as entregas às cooperativas/associações.

CORID/DILICI/IBAMA
FLS. 16841
3
RUB.

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16842 RUB.

5.1.8 Produtos

QUADRO 07- Produtos do EIXO 4
• Implantação dos Mercados de Peixe; • Entrega dos Kits Feira; • Capacitações dos pescadores e colônias de pesca.

5.1.9 Cronograma

A seguir está apresentado o cronograma referente às ações a serem realizadas no EIXO 2A de atuação do SAAP.

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 08- CRONOGRAMA
EIXO 2A - ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO

Descrição	Ações	Responsáveis	2014												2015												2016								
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Atividade 1 - Formação de grupos gestores dos Mercados de Peixe.	**1.1** – Capacitar os pescadores nos temas associados à gestão dos mercados.	ESBR/SAAP																																	
	1.2 - Auxiliar na organização dos associados/cooperados para a elaboração do estatuto das cooperativas e/ou associações.	ESBR/SAAP																																	
	1.3 – Auxiliar no processo de registro e formalização das cooperativas e/ou associações junto aos órgãos responsáveis.	ESBR/SAAP																																	
Atividade 2 - Definição de estruturas dos	**2.1** – Definir locais de implantação.	ESBR/SAAP																																	

CONFIDENCIAL
FLS 16843

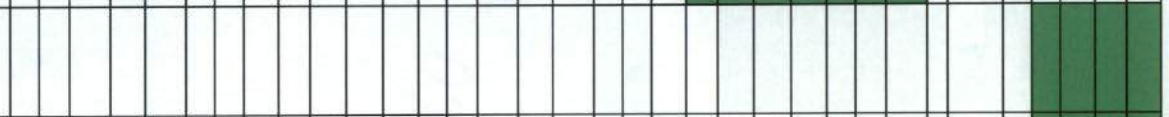
EM BRANCO

EM BRANCO

Mercados de Peixe.	**2.2** – Elaborar layouts das estruturas para cada localidade.	Colônias Z2 e Z13 e pescadores envolvidos com apoio técnico da ESBR/SAAP	
	2.3 – Definir as diretrizes de funcionamento das estruturas de apoio, a partir dos dados levantados.	ESBR/SAAP	
Atividade 3 - Implantação dos Mercados de Peixe.	**3.1** – Licitar e Construir os Mercados de Peixe.	ESBR/SAAP	
	3.2 – Aquisição de equipamentos necessários.	ESBR/SAAP	
	3.3 – Viabilizar documentação e licença de funcionamento junto aos órgãos responsáveis.	Colônias Z2 e Z13 e pescadores envolvidos com apoio técnico da ESBR/SAAP	

CORIDIDILICIDAMA
FLS. 16844
RIB.

EM BRANCO

Atividade 4 – Oficinas de apoio às práticas coletivas.	**4.1 –** Capacitar os pescadores nos temas associados à gestão dos pontos de venda em feiras livres.	ESBR/SAAP	
	4.2 – Auxiliar na organização dos associados às colônias para uso coletivo dos Kits Feira e otimização dos recursos comuns.	ESBR/SAAP	
Atividade 5 – Disponibilização dos equipamentos necessários à implantação de pontos de venda móveis.	**5.1 –** Aquisição dos equipamentos necessários.	ESBR/SAAP	
	5.2 – Disponibilizar Kits aos associados das colônias.	ESBR/SAAP	

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
FLS. 168/45

EM BRANCO

5.2 EIXO 3 - Capacitação dos Pescadores e Representantes das Colônias

O Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira (SAAP), através de seus objetivos específicos, prevê a promoção de mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, além de elaboração de alternativas de gestão participativa da atividade pesqueira, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável. As capacitações propostas são apresentadas a seguir.

5.2.1 Objetivos e Metas

Objetivos	Metas
Promover mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local;	Atendimento com capacitações, referentes aos objetivos gerais do SAAP e dos eixos de trabalho, de 50% dos representantes das colônias e ao menos 10% do contingente de pescadores, segundo dados oficiais do SMAP até outubro de 2016.
Atender com conteúdo programático específico aos objetivos de cada um dos eixos deste plano de trabalho, de modo a municiar pescadores e suas representações institucionais dos elementos técnicos necessários para o alcance dos objetivos gerais do SAAP;	
Buscar a continuidade sustentável da atividade de pesca artesanal por meio de gestão participativa da atividade pelos pescadores.	

5.2.2 Justificativa

O Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira através de seus objetivos específicos prevê a promoção de mecanismos de organização comunitária dos pescadores que apoiem o desenvolvimento e a implantação de processos gerenciais adequados à realidade da população local, além de elaboração de alternativas de gestão participativa da atividade pesqueira, permitindo o desenvolvimento da atividade de forma sustentável.

Para tanto será necessária a execução de capacitações, através de diferentes atividades, com distintas abordagens e duração, que serão desenvolvidas de acordo com as expectativas do público-alvo. Para o seu desenvolvimento propõe-se oficinas participativas com o apoio de materiais audiovisuais, exibição de vídeos e distribuição de folders informativos. No que tange

EM BRANCO

COHIDI/DILIC/IBAMA FLS. 16847

a questão do nível de escolaridade do público envolvido para as capacitações de forma geral, serão adequadas metodologias/didáticas de maneira a atender a especificidade dos envolvidos.

Os profissionais esperados para ministrar os cursos serão Profissionais Técnicos ou com Nível Superior com experiência na área. O público participante destas capacitações serão os representantes das colônias incluindo os jovens das comunidades e novas lideranças.

Para se conhecer e identificar novas lideranças e o conjunto de atores sociais envolvidos no SAAP, que poderão participar destas capacitações, será utilizada a Matriz de Atores, cujo principal propósito é identificar os principais entes atuantes na questão pesqueira, líderes, associações, entre outros. A construção da matriz foi realizada, primeiramente, através do levantamento de dados secundários, bem como subsídios advindos dos levantamentos que vem sendo feitos pela equipe do SAAP. Cabe salientar que a Matriz é um instrumento dinâmico em constante atualização e esse público, quando identificado, será agregado as de atividades de capacitações.

A metodologia dos encontros pressupõe uma dinâmica de envolvimento dos participantes, utilizando-se de técnicas de moderação que privilegiaram os processos grupais e se apoiaram na visualização imediata dos resultados. A proposta visa apresentar o aprimoramento técnico e administrativo da produção local, a organização dos pescadores e familiares em associações e/ou cooperativas e o apoio da equipe técnica do SAAP, por meio de articulação com as organizações públicas e privadas, o tripé que possibilitará o acesso às políticas públicas e, consequentemente, à melhoria das condições de trabalho e renda.

Vale salientar a percepção de que, quanto mais organizada e representativa é a colônia, mais específicas são as demandas para a melhoria e sustentabilidade da atividade pesqueira.

Conforme cronograma apresentado neste documento está prevista, também, a realização de outras capacitações como a de manutenção de motores, equipamentos elétricos e mecânicos das embarcações, além de temas que atendam a demanda da comunidade e auxiliem na qualificação, geração de valor e acesso ao mercado pelos pescadores. Demais capacitações que se fizerem necessárias no desenvolver das atividades do Plano de Trabalho, também serão proporcionadas pelo empreendedor.

Entende-se que a organização social dos pescadores é de crucial importância para os encaminhamentos previstos nas ações do SAAP, bem como na busca de quaisquer programas de apoio em nível governamental e, até mesmo, na obtenção e manutenção de infraestruturas pleiteadas pelos pescadores como forma de melhoria da atividade. Assim proposto, a partir de 2015, o **Módulo de Associativismo e Cooperativismo**, originariamente previsto para acontecer pontualmente, permeará toda a execução do SAAP, se firmando como fio condutor na busca da promoção dessa organização.

5.2.3 Atividades e Metodologias

No **Quadro 09,** apresentado a seguir, é possível verificar as ações previstas e metodologias.

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 09- PRINCIPAIS ATIVIDADES PREVISTAS EIXO 3 – CAPACITAÇÃO DOS PESCADORES E REPRESENTANTES DAS COLÔNIAS				
ATIVIDADES				DESCRIÇÃO/METODOLOGIA
Atividades		Objetivos	Principais Ações	
Capacitação dos pescadores e representantes das colônias	**Atividade 1 -** Capacitação do público-alvo em técnicas organizacionais.	Capacitar pescadores sobre associativismo e cooperativismo.	**1.1.** Oficinas de associativismo e cooperativismo	As oficinas serão realizadas com linguagem e didática adequadas ao público-alvo, de forma a estimular o diálogo, identificando possíveis lideranças para formação de grupos sociais. As ações serão embasadas em atividades participativas no formato de palestras e oficinas, utilizando conhecimento empírico do público alvo, podendo utilizar recursos audiovisuais. Ressalta-se que o Eixo 4 atenderá a proposta de elaboração de Planos de Trabalho específicos para cada localidade.
			1.2. Oficinas de Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento	
			1.3. Oficinas de Gestão financeira das Colônias	
			1.4. Oficinas de Plano de Negócio	
			1.5. Oficinas de Gestão de Negócios	
			1.6. Oficinas de Administração de Empreendimentos Comunitários.	

CORID/DILIC FLS. 16848

EM BRANCO

	Atividade 2 - Capacitação para manejo participativo da pesca e organização comunitária	Orientar os pescadores: i) na otimização dos processos de compra de apetrechos, ii) na seleção de melhores locais de captura do pescado, de acordo com as eventuais alterações identificadas e iii) na execução da atividade dentro dos preceitos legais, das normas e parâmetros impostos pela legislação ambiental. Transmitir conhecimentos	**2.1.** Oficinas de Orientação e manejo de pesca. **2.2.** Oficinas de Confecção e Reparos de Apetrechos de Pesca.	Encontros participativos que visem a troca de saberes tradicionais agreguem valor local na troca de informações, utilizem práticas baseadas na sabedoria local e compartilhem exemplos bem-sucedidos. Serão utilizados recursos audiovisuais, elaboração de mapas, imagens informativas, entre outros.

COHID/DILIC
FLS. 16849
RUB.

EM BRANCO

		específicos aos pescadores e familiares que possibilitem a manutenção e reparos adequados de motores e equipamentos das embarcações. Capacitar os pescadores para a obtenção da Habilitação de Aquaviário, por meio da interface com a Marinha Brasileira e a Delegacia Fluvial.	**2.3.** Oficinas de Manutenção e Reparos de Motores e Barcos.	Metodologia utilizada pela instituição parceira - SENAI, SENAR, Território, contudo seguindo as diretrizes: Introdução – através de aulas teóricas Aulas práticas de reparos, consertos e manutenção de motores (rabeta, polpa, elétrico etc.); Formação de grupos para uma troca de conhecimento e aprendizagem; Orientação quanto aos Poluentes com o tema: "Uso correto entre Motores e Meio Ambiente". Carga horária: 180 horas (conforme o curso e a necessidade da localidade, definido pela Instituição).
			2.4. Oficinas de Capacitação para obter a licença de Aquaviário	Metodologia específica utilizada pela Marinha Brasileira.
				Aulas Teóricas com temas: Legislação Naval, Embarcação, Direção Naval, 1° Socorros entre outros;
				Aulas Práticas: Navegação, Flutuação/Natação; 1° Socorros, remo.

CONFIDENCIAL
FLS. 0850
RUB

FIM BRANCO

FIM BRANCO

				Provas Teóricas; Certificação de Aptidão. Carga horária de 40 horas

CONFERE COM O ORIGINAL
FLS. 16851

EM BRANCO

EM BRANCO

COHIDI/DILIC/IBAMA FLS. 16852

5.2.4 Produtos

Como produtos derivados do Eixo 2A estão previstos:

QUADRO 10- Produtos do EIXO 3
▪ Relato das capacitações, com registro fotográfico e lista de presença.

5.2.5 Cronograma

Abaixo é apresentado o cronograma do EIXO 3.

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 11- CRONOGRAMA EIXO 3 – CAPACITAÇÃO DOS PESCADORES E REPRESENTANTES DAS COLÔNIAS

Descrição	Ações	Responsáveis	2013												2014												2015												2016								
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Atividade 1 - Capacitação em técnicas de organização.	1.1. Associativismo e Cooperativismo.	ESBR/SAAP																																													
	1.2. Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento.	ESBR/SAAP																																													
	1.3. Gestão financeira das Colônias.	ESBR/SAAP																																												
	1.4 Plano de	ESBR/SAAP																																												

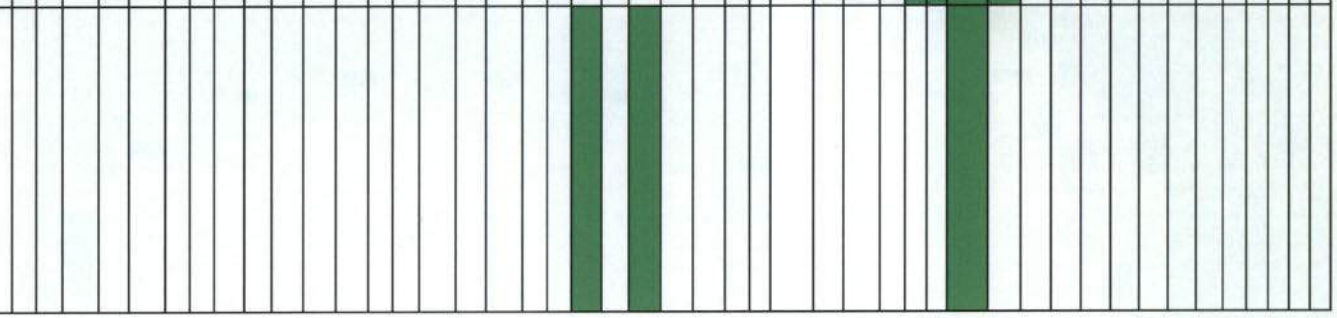
COHID/LICENÇAS
FLS. 16853

EM BRANCO

		Negócios.	
	1.5	Gestão de Negócios.	ESBR/SAAP
	1.6	Administração de Empreendimentos Comunitários.	ESBR/SAAP
Atividade 2 - Capacitação para manejo participativo da pesca e organização comunitária		2.1. Orientação e Manejo da Pesca.	ESBR/SAAP
	2.2.	Confecção e Reparos de Apetrechos de Pesca.	ESBR/SAAP

COHIDRO LICITAÇÕES FLS 16854

EM BRANCO

	2.3. Manutenção e Reparos de Motores e Barcos.	ESBR/SAAP	
	2.4. Capacitação para Obter Licença de Aquaviário.	ESBR/SAAP	

CONFIDENCIAL
FLS 1655
RUB

EM BRANCO

5.3 EIXO 4 – PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS PESQUEIROS E AUMENTO DO ACESSO À OPORTUNIDADE DO MERCADO REGIONAL

As ações do Eixo 4 do Plano de Trabalho pretendem subsidiar a elaboração de medidas que viabilizem o incremento da qualidade de vida dos pescadores e suas famílias através de ações de melhoria das condições de pesca, aumentando o valor agregado aos produtos pesqueiros e aprimorando a capacidade produtiva desses pescadores.

5.3.1 Objetivo e Metas

Objetivos	Metas
Obter informações que permitam acompanhar as transformações das comunidades de peixes, em decorrência da implantação do empreendimento e subsidiar a elaboração de medidas que viabilizem a continuidade da atividade pesqueira;	Quantificação de 50% das espécies em abundância nas localidades para promover a inserção, quando cabível, na lógica de mercado dos pescadores até setembro de 2016;
Aprimorar a capacidade produtiva, buscando a melhoria da qualidade de vida dos pescadores e suas famílias através de ações de incentivo ao ajuste das condições de pesca, aumentando o valor agregado aos produtos pesqueiros;	Plano de Negócio para cada uma das 06 localidades alvo do SAAP em elaboração até julho de 2015;
Elaborar de forma participativa a concepção da Estrutura Organizacional e Societária, e estrutural com equipe de trabalho e critérios de produção.	Organização dos pescadores para a venda do pescado, assim como a infraestrutura física viabilizada até outubro de 2016.

5.3.2 Justificativa

Embora não tendo havido demandas explícitas quanto à capacitação em processos de gestão, de administração da atividade, sabe-se que essas são, também, condições indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer empreendimento de sucesso, mormente nas situações de transformação e readequações que se verificam na atividade e na região.

M BRANCO

M BRANCO

5.3.3 Atividades e Metodologia

- Pesquisa de dados secundários

Levantamento quantitativo de dados secundários referentes ao mercado de pescados de Porto Velho e região. Esta fase pode ser considerada também exploratória, por se tratar de importante subsídio para a pesquisa de campo.

- Pesquisa de campo

Levantamento qualitativo no que tange o entendimento das relações dos diversos agentes na prestação de serviços, que agregam valor à comercialização dos produtos no setor. Este levantamento inclui a identificação das práticas realizadas nas etapas de prospecção, agregação de valor ao serviço, outros serviços e custos financeiros. Ainda, levantamento observacional das práticas entre concorrência e por meio de entrevista com "clientes", no momento da prestação de serviços, juntos aos principais pontos de comercialização da cidade, segundo cálculo amostral. A partir dos dados levantados, será realizada a sistematização dos dados da pesquisa, possibilitando a análise.

- Análise dos dados sistematizados

Uma vez sistematizados, os dados serão analisados à luz dos objetivos do trabalho. Em outras palavras, serão transformados em informações relevantes ao projeto. As análises terão foco na situação de negócios atual, porém já sinalizam para condições futuras, considerando mudanças e viabilidade. Participam desse processo vários consultores envolvidos no trabalho.

- Plano de Negócios

Para cada Plano de Negócio em cada uma das localidades alvo serão apresentadas as seguintes análises:

1. Análise Técnica: Descritivo do Portfólio de Produtos e Serviços bem como os Processos para disponibilizar o produto, o tempo e a forma corretos. Análise dos diferenciais competitivos da atividade pesqueira com comparativos às práticas comerciais existentes, pontuando os benefícios dos produtos, estágios de desenvolvimento e alternativas tecnológicas;

2. Análise do Ambiente de Negócio: Análise do Ambiente de Negócios considerando o Setor, o Mercado Potencial e Análise da Concorrência;

EM BRANCO

EM BRANCO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO FLS. 16858

3. Estratégias: Definição do Modelo de Negócio, contendo as Estratégias Competitivas, pontuando os Fatores Críticos para o Sucesso, direcionando para alianças e parcerias comerciais, conforme avaliação de cenário;

4. Aspectos Organizacionais e de Gestão: Apresentação da Estrutura Organizacional e Societária, com equipe de trabalho e critérios de produção e de infraestrutura das Unidades Comerciais de Pesca (UCP);

5. Análise Econômico-Financeira: Análise dos investimentos necessários para viabilizar o negócio, com Estimativas de Custos e Despesas e Projeções de Faturamento e Rentabilidade.

6. Conclusão quanto à Viabilidade Técnica, Econômica e Comercial: As premissas dos Planos de Negócios serão: (i) Descritivo das características das partes envolvidas na atividade pesqueira (investidores, produtores e pessoas da operacionalização); (ii) Acompanhamento sistemático da elaboração do Plano de Viabilidade técnica e econômica de negócios ligados à atividade pesqueira.

No **Quadro 12**, a seguir, são apresentadas as principais ações previstas no âmbito deste Eixo. Além das principais ações, os itens elencados compreendem: metodologia, período de execução e indicadores que aferem as atividades.

EM BRANCO

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 12- PRINCIPAIS ATIVIDADES PREVISTAS EIXO 4 – PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS PESQUEIROS E AMPLIAÇÃO DE ACESSO À OPORTUNIDADE NO MERCADO REGIONAL			
ATIVIDADES			**DESCRIÇÃO/METODOLOGIA**
Atividades	**Objetivos**	**Principais Ações**	
Atividade 1 - Acompanhamento de possíveis mudanças do estoque pesqueiro	Monitorar as possíveis mudanças no estoque pesqueiro, a fim de identificar novas espécies de potencial comercialização.	**1.1.** Análise pelas equipes técnicas dos resultados obtidos com o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira – SMAP, SAAP.	Análise dos relatórios técnicos elaborados pela equipe que compõe o Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira;
			Realização de encontro para discussão e consolidação das informações/dados obtidos.
		1.2. Comunicação contínua dos resultados obtidos aos pescadores	Divulgação dos dados e informações obtidos e compilados.
Atividade 2 – Pesquisa e identificação de produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com	Identificação e proposição de produtos pesqueiros que possibilitem um incremento de renda aos pescadores.	**2.1.** Pesquisa de produtos que possuem potencialidade para serem absorvidos pelo mercado regional.	Pesquisa com dados primários e secundários para análise da cadeia produtiva da pesca. Proposição de produtos pesqueiros que possuam potencialidade de absorção no mercado regional. Levantamento de possíveis parceiros.
		2.2. Identificação de gargalos e potenciais produtos.	

COHID/DILIC/IBAMA
FLS 16839

EM BRANCO

lucratividade pelo mercado regional			
		2.3. Realização de reuniões com coordenadores responsáveis para afirmação de parcerias.	
Atividade 3 - Aumento do acesso às oportunidades do mercado regional e vendas ao poder público, através de integração em rede.	Fomentar parceria com entes públicos para fortalecer redes de comercialização e ajustes que possibilitem um incremento de renda.	**3.1.** Potencialização de redes de comercialização.	Articulação institucional; Identificação e busca de mercados; Construção participativa das identificações potenciais de mercados.
Atividade 4 – Proposição de melhorias para o aproveitamento e comercialização dos produtos com valor agregado.	Propor melhorias na cadeia produtiva que possibilitem um aumento do valor agregado aos produtos pesqueiros.	**4.1.** Pesquisa de formas atuais de comercialização dos produtos pesqueiros.	Se não ocorrer a otimização da atividade 3, serão readequadas novas perspectivas abrangendo: Sistematização do Plano de Negócio, que dará subsídios para preposição de melhorias na cadeia produtiva, com busca de novas parcerias de instituições privadas/públicas.
		4.2. Capacitações de incentivo ao aumento do valor agregado dos produtos pesqueiros.	

CONFIDENCIAL
FLS. 16860

EM BRANCO

EM BRANCO

Atividade 5 – Identificação e definição de novas formas de pesca	Identificar e promover adaptação de apetrechos e técnicas/estratégias de pesca mediante orientação e processos participativos.	**5.1.** A partir dos resultados sobre possíveis alterações de qualidade e quantidade do estoque pesqueiro, analisar e identificar novas formas de pesca.	Encontro para discussão e consolidação das informações/dados, observando a Gestão da cadeia produtiva/ Beneficiamento e conservação/ Comercialização e Parcerias com instituições públicas.
		5.2. Acompanhamento de especialista em pesca após o enchimento do reservatório.	Será realizada em consonância com a atividade 6.1, para discussões técnicas com parceiros e instituições governamentais vinculadas à pesca: Oficinas com pescadores e ribeirinhos para definição de novas formas de pesca – modo de atuação e tipo de apetrechos.
Atividade 6 – Elaboração de material informativo sobre novas técnicas de captura de pescado	Sistematizar e promover material de comunicação sobre eventuais adaptações em técnicas de captura.	**6.1.** Confecção de folders, cartilhas e material informativo em geral.	A partir do registro de dados primários em campo – entrevistas com ribeirinhos e pescadores, elaboração de material científico de especialistas e outras interfaces, coletar e sistematizar informações, a serem consubstanciadas em material informativo com linguagem e formato adequado ao perfil do público-alvo.

COMIDIUL
FLS. 16861
6
RIB

EM BRANCO

EM BRANCO

5.3.4 Produtos

Como produtos derivados do Eixo 4 estão previstos:

QUADRO 13 - Produtos do EIXO 4
▪ Estudo de mercado do setor de pescados em Porto Velho e região; ▪ Planos de Negócio para cada localidade; ▪ Viabilizar a criação das Unidades de Comércio de Pescado (UCP) em cada uma das localidades; ▪ Verificar a viabilidade técnica, econômico-financeira e comercial através da elaboração de Planos de Negócios específicos para cada uma das UCP.

5.3.5 Cronograma

Abaixo é apresentado o cronograma referente às atividades do EIXO 4.

EM BRANCO

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 14– CRONOGRAMA - EIXO 4 - PESQUISA E IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS PESQUEIROS E AUMENTO DO ACESSO À OPORTUNIDADE DO MERCADO REGIONAL

Descrição	Ações	Responsáveis	2013												2014												2015												2016									
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Atividade 1 – Acompanhamento de possíveis mudanças estoque pesqueiro.	1.1 Análise pelas equipes técnicas dos resultados obtidos com o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira – SMAP, SAAP.	ESBR/SAAP																																													

COHIDRO
FLS 1863
RUB.

EM BRANCO

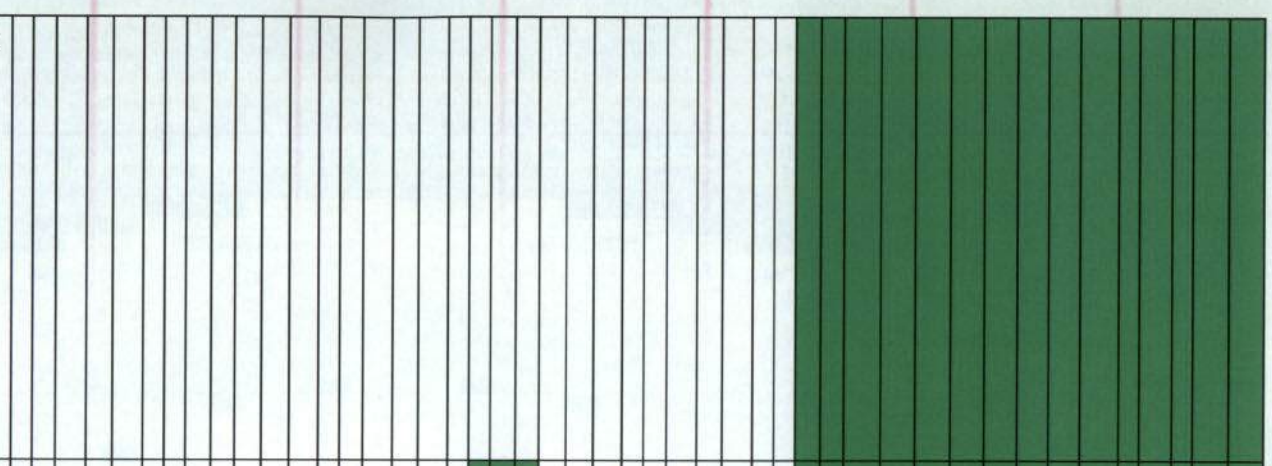
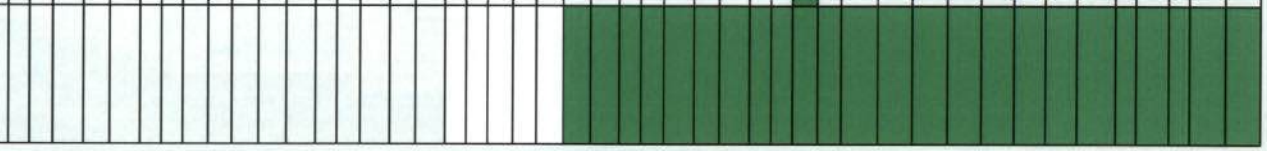
EM BRANCO

	1.2 Comunicação contínua dos resultados obtidos aos pescadores.	ESBR/SAAP	
Atividade 2 – Pesquisa e Identificação de produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com lucratividade pelo mercado regional.	2.1 Pesquisa de produtos que possuem potencialidade para serem absorvidos pelo mercado regional.	ESBR/SAAP	
	2.2 Identificação de gargalos e potenciais produtos.	ESBR/SAAP	
	2.3 Realização de reuniões com coordenadores responsáveis para afirmação de parcerias.	ESBR/SAAP	

CORIDIUIU
FLS. 18864

EM BRANCO

EM BRANCO

Atividade 3 - Aumento do acesso às oportunidades do mercado regional e vendas ao poder público, através de integração em rede.	3.1 Potencialização de redes de comercialização.	ESBR/SAAP	
Atividade 4 – Proposição de melhorias para o aproveitamento e comercialização dos produtos com valor agregado.	4.1 Pesquisa de formas atuais de comercialização dos produtos pesqueiros.	ESBR/SAAP	
	4.2 Capacitações de incentivo ao aumento do valor agregado dos produtos pesqueiros.	ESBR/SAAP	
Atividade 5 – Identificação e definição de	5.1 A partir dos resultados sobre possíveis alterações de	ESBR/SAAP	

CONFIDENCIAL
FLS 1686

EM BRANCO

EM BRANCO

novas formas de pesca.	qualidade e quantidade do estoque pesqueiro, analisar e identificar novas formas de pesca.		
	5.2 Acompanhamento de especialista em pesca após o enchimento do reservatório.	ESBR/SAAP	
Atividade 6 – Elaboração de Material Informativo.	6.1 Confecções de folders, cartilhas e material informativo em geral.	ESBR/SAAP	

COHIDRO FLS. 16866

EM BRANCO

EM BRANCO

5.4 EIXO 5 - INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS

Com o objetivo de avaliar a viabilidade biológica, ambiental e social das atividades em implantação e gerar melhorias às localidades alvos, a partir do levantamento de informações e produtos elaborados no âmbito dos Programas de Educação Ambiental (PEA), Programa de Conservação da Ictiofauna (PCI), do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA), do Programa de Remanejamento das Populações Atingidas e do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira (SMAP), o SAAP deverá obter sinergia e maximizar resultados junto aos beneficiários.

5.4.1 Objetivos e Metas

Objetivos	Metas
Avaliar insumos sobre a viabilidade biológica, ambiental e social das atividades em implantação nos Programas de Conservação da Ictiofauna (PCI), do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA), Remanejamento das Populações Atingidas e do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira (SMAP), que possam trazer ao SAAP contribuições para a atividade pesqueira e consequentemente gerar melhorias nas localidades alvos.	100% Interfaces com outros programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental (PBA) da UHE Jirau realizadas até outubro de 2016.

5.4.2 Atividades e Metodologia

Considera-se pressuposto metodológico das implantações das ações do SAAP e condição do sucesso deste programa a interface direta e contínua com o SMAP e o PCI, desta forma, estão previstas reuniões contínuas entre as equipes dos Programas, para que esse seja subsidiado com informações, principalmente no tocante a variação do desembarque das espécies pescadas. Essa informação se torna extremamente relevante, principalmente, ao se ordenar as ações de apoio à comercialização do pescado, podendo-se orientar os pescadores em relação às espécies mais abundantes, a aceitação no mercado para que os pescadores possam adequar os apetrechos e espécies-alvo. Salienta-se que tais ações serão executadas dentro de um processo de cunho participativo e qualificadas, onde as necessidades endógenas e o conhecimento tradicional sejam considerados.

EM BRANCO

A seguir apresenta-se o quadro com as principais ações a serem realizadas no âmbito deste Eixo.

EM BRANCO

EM BRANCO

QUADRO 15- PRINCIPAIS ATIVIDADES PREVISTAS EIXO 5 – INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS			
ATIVIDADES			DESCRIÇÃO/METODOLOGIA
Atividades	Objetivos	Principais Ações	
Atividade 1 - Integração com Programas Socioambientais.	Avaliar a viabilidade biológica, ambiental e social das atividades em implantação e gerar melhorias às localidades alvos, a partir do levantamento de informações e produtos elaborados no âmbito dos demais Programas Ambientais da ESBR para obter sinergia e maximizar	**1.1.** Levantamento e análise dos Programas Socioambientais do PBA da UHE Jirau.	Analise técnica dos programas por meio de ações similares ao SAAP.
		1.2. Realização de potencias parcerias de ações no âmbito dos programas. (Verifica-se de antemão o Programa de Remanejamento das Populações Atingidas, o PEA, o PACUERA, o PCI e o SMAP).	Com base no material levantado, utilizará uma metodologia específica que promova uma identificação de ações conjuntas.

CONSÓRCIO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FLS. 16969

EM BRANCO

EM BRANCO

	resultados junto aos beneficiários.	**1.3.** Realização de reuniões com coordenadores responsáveis para afirmação de parcerias	Reuniões periódicas com os coordenadores nos programas identificados previamente, a fim de construir conjuntamente ações comuns que possam ser executadas.
Atividade 2 - Programa de Conservação da Ictiofauna (PCI).		**2.1.** Análise dos dados levantados desde 2010, ampliando o conhecimento do SAAP sobre o estoque pesqueiro e permitindo a avaliação de possíveis impactos na atividade pesqueira comercial.	Reuniões periódicas, para interface de informações e análises dos relatórios mensais/semestrais com preposição e execução de ações conjuntas.
Atividade 3 - Programa de Educação Ambiental (PEA).		**3.1.** Análise dos dados levantados, ampliando o conhecimento do SAAP sobre produtos desenvolvidos que contribuem para melhorias de vida para as comunidades.	Reuniões periódicas, para interface de informações e análises dos relatórios mensais/semestrais com preposição e execução de ações conjuntas.

COHIDI/DILIC/IBAMA
FLS. 16870

EM BRANCO

EM BRANCO

Atividade 4 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA).		**4.1.** Análise dos dados levantados, ampliando o conhecimento do SAAP sobre produtos desenvolvidos que contribuem para melhorias de vida para as comunidades.	Reuniões periódicas, para interface de informações e análises dos relatórios mensais/semestrais com preposição e execução de ações conjuntas.
Atividade 5 - Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira (SMAP).		**5.1.** Análise dos dados levantados desde 2009, ampliando o conhecimento do SAAP sobre o número de pescadores do estudo e estoque pesqueiro, permitindo a avaliação de possíveis impactos na atividade pesqueira comercial em função da	Reuniões periódicas, para interface de informações e análises dos relatórios mensais/semestrais com preposição e execução de ações conjuntas.

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16871
RUBRICA

EM BRANCO

EM BRANCO

		implantação do empreendimento.	
Atividade 6 - Programa de Remanejamento das Populações Atingidas.		**6.1.** Análise dos dados levantados, ampliando o conhecimento do SAAP sobre as famílias que foram remanejadas e atual situação.	Reuniões periódicas, para interface de informações e análises dos relatórios mensais/semestrais com preposição e execução de ações conjuntas.

COMIDIUC/UNICAMP
FLS. 16872

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16873

5.4.3 Produtos

Como produtos derivados do Eixo 5 estão previstos:

QUADRO 16 - Produtos do EIXO 5
• Promoção de ações conjuntas e reuniões periódicas.

5.4.4 Cronograma

Abaixo é apresentado o cronograma referente às ações a serem realizadas no EIXO 5 de atuação do SAAP.

EM BRANCO

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 17- CRONOGRAMA
EIXO 5 - INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DA UHE JIRAU

Descrição	Ações	Responsáveis	2013												2014												2015												2016									
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Atividade 1 - Integração com Programas Socioambientais.	1.1 Levantamento e análise dos Programas Socioambientais do PBA da UHE Jirau.	ESBR/SAAP																																													
	1.2 Realização de potencias parcerias de ações no âmbito dos programas.	ESBR/SAAP																																													

COHID/DILIC/IBAMA
FLS. 16874

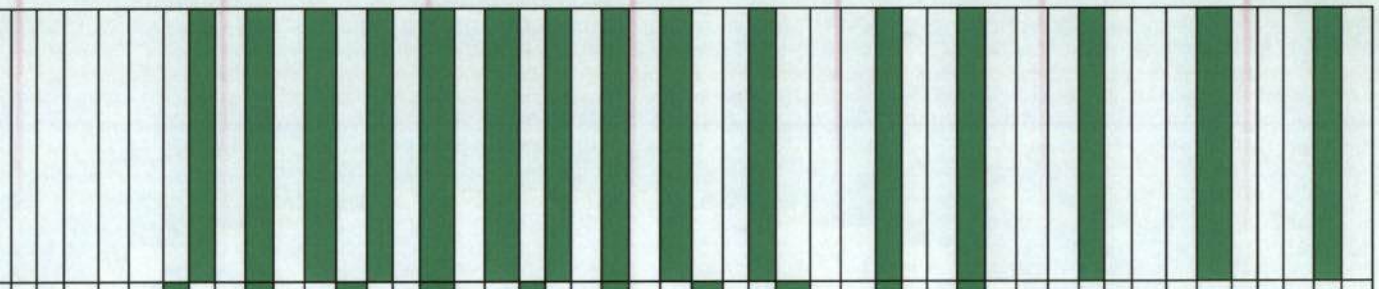
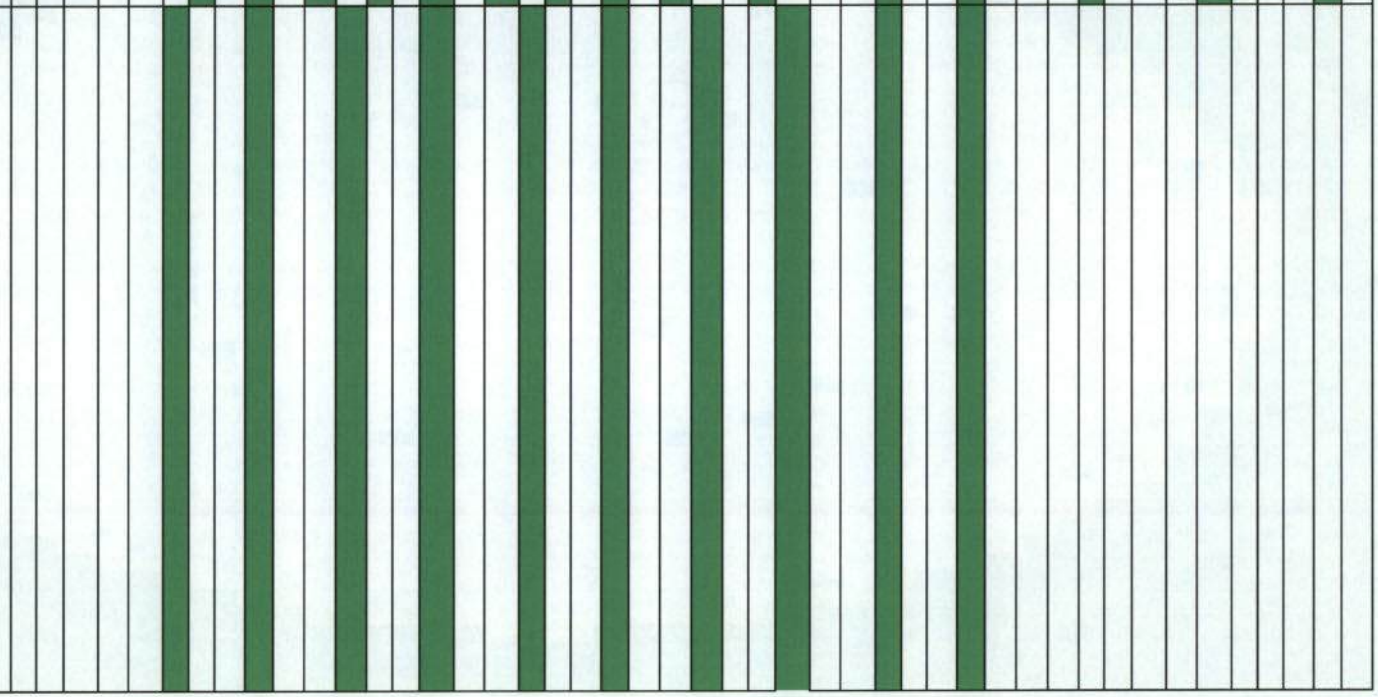
EM BRANCO

	1.3 Realização de reuniões com coordenadores responsáveis para afirmação de parcerias.	ESBR/SAAP	
Atividade 2 - Programa de Conservação da Ictiofauna (PCI).	2.1Análise dos dados levantados desde 2010, ampliando o conhecimento do SAAP sobre o estoque pesqueiro e permitindo a	ESBR/SAAP	

FLS. 16875

EM BRANCO

EM BRANCO

	avaliação de possíveis impactos na atividade pesqueira comercial.		
Atividade 3 - Programa de Educação Ambiental (PEA).	3.1 Análise dos dados levantados, ampliando o conhecimento do SAAP sobre produtos desenvolvidos que contribuem para melhorias de vida para as comunidades.	ESBR/SAAP	

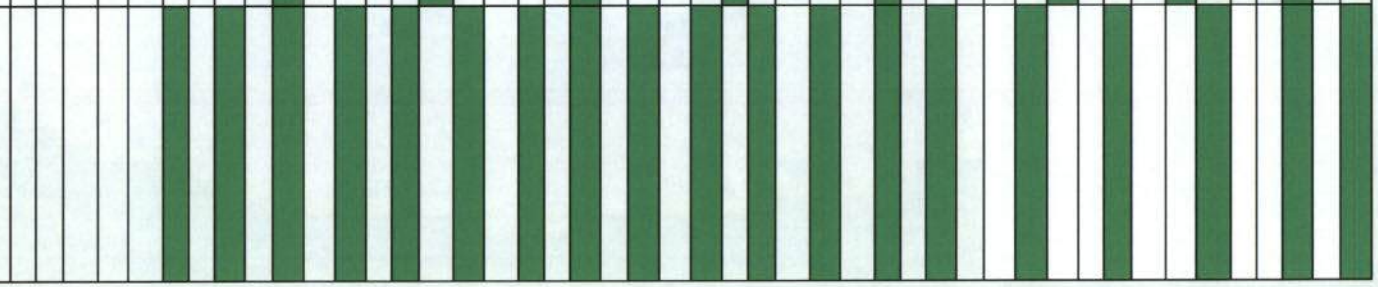
CONFIDENCIAL
FLS. 1687
RUBRICA

EM BRANCO

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

Atividade 4 - Programa de Uso Entorno do Reservatório (PACUERA).	4.1 Análise dos dados levantados, ampliando o conhecimento do SAAP sobre produtos desenvolvidos que contribuem para melhorias de vida para as comunidades.	ESBR/SAAP	
Atividade 5 - Subprograma de Monitoramento da Atividade	5.1 Análise dos dados levantados desde 2009, ampliando o conhecime	ESBR/SAAP	

CONFERE COM O ORIGINAL FLS. 16077

EM BRANCO

EM BRANCO

Pesqueira (SMAP).	nto do SAAP sobre números de pescadores do estudo, estoque pesqueiro permitindo a avaliação de possíveis impactos na atividade pesqueira comercial.		
Atividade 6 - Programa de Remanejamento das Populaçõe	6.1 Análise dos dados levantados ampliando o conhecimento do SAAP	ESBR/SAAP	

CORID/DILIC/IBAMA
FLS 10078
RUBR

EM BRANCO

EM BRANCO

s Atingidas.	sobre as famílias que foram remanejadas e atual situação.	

CONFERE COM O ORIGINAL
FLS 16829

EM BRANCO

EM BRANCO

5.5 EIXO 6 - ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA ENCAMINHAMENTOS DAS DEMANDAS DOS PESCADORES E COLÔNIAS

Visando atender às demandas levantadas junto aos pescadores, a ESBR tem realizado articulações e estabelecido parcerias das mais diversas, com instituições públicas e privadas, para atendimento às solicitações e necessidades auferidas.

5.5.1 Objetivos e Metas

Objetivos	Metas
Promover o desenvolvimento de atividades que busquem o endereçamento de cada uma das expectativas, aproximando os envolvidos (poder público e comunidades);	Articulação e interface junto às 100% de instituições e atores intervenientes a pesca local de modo a promover o encaminhamento das demandas provenientes dos pescadores e lideranças pesqueiras até outubro de 2016;
Propiciar suporte técnico para o estabelecimento de parcerias e/ou acesso às fontes/linhas especiais de financiamento público nas 03 (três) esferas de poder – federal, estadual e municipal;	Reuniões técnicas, que serão realizadas semestralmente, no âmbito de GT de Atividade Pesqueira, visando o repasse e aproximação dos envolvidos, além do endereçamento de demandas das comunidades no período de implantação do Subprograma até outubro de 2016.
Buscar parcerias no setor privado que viabilizem os investimentos em infraestrutura e estruturas para pesca, dentre outras atividades.	Identificação e acesso de pelo menos 2 (dois) tipos de investimentos que possam beneficiar a atividade pesqueira na região até março de 2016.

5.5.2 Atividades e Metodologia

O SAAP desenvolverá atividades que busquem o endereçamento de cada uma das expectativas, seja aproximando os envolvidos (poder público e comunidades) por meio de diálogos técnicos e oficinas; propiciando suporte técnico para o estabelecimento de parcerias e/ou acesso a fontes/linhas especiais de financiamento público nas três esferas de poder – federal, estadual e municipal; buscando também parcerias no setor privado que viabilizem os investimentos em infraestrutura e estruturas para pesca, dentre outras atividades.

Além disso, especificamente em relação à elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu, serão envolvidas partes interessadas, tais como o próprio IBAMA, a Secretaria do Estado de Meio Ambiente – SEDAM, o Ministério da Pesca e Aquicultura etc.

EM BRANCO

EM BRANCO

COR/DILIC/IBAMA
FLS. 16881
RUB.

Serão promovidos encontros semestrais, ou de acordo com demandas identificadas, com partes interessadas tais como órgãos governamentais (MPA, IBAMA, SEDAM, SEDUC, etc.) a fim de concretizar e viabilizar as ações que exijam relacionamento institucional.

A seguir, apresenta-se o **Quadro 18** com as principais atividades a serem realizadas no âmbito deste Eixo. Nele é possível visualizar as etapas, ações, metodologias, período de execução e equipe responsável. Na sequência, o **Quadro 19** apresenta o cronograma das ações para este Eixo.

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 18- PRINCIPAIS ATIVIDADES PREVISTAS NO EIXO 6 – ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA ENCAMINHAMENTOS DAS DEMANDAS DOS PESCADORES E COLÔNIAS			
ATIVIDADES			**DESCRIÇÃO/ METODOLOGIA**
Atividades	**Objetivos**	**Principais Ações**	
Atividade 1 - Articulações Institucionais	Promover o desenvolvimento de atividades que busquem o endereçamento de cada uma das expectativas, aproximando os envolvidos (poder público e comunidades); Propiciar suporte técnico para o estabelecimento de parcerias e/ou acesso às fontes/linhas especiais de financiamento público nas 03 (três) esferas de poder público – federal, estadual e municipal.	**1.1.** Interfaces com instituições e atores intervenientes.	Realização de visitas e reuniões junto aos órgãos municipais, estaduais e federais ligados direta ou indiretamente à pesca.
		1.2. Reuniões de Articulações Institucionais no Âmbito do GT de pesca.	Realização de encontros via Grupo de Trabalho da Atividade Pesqueira.
		1.3. Incentivo à realização de eventos de pesca.	Buscará por meio de reuniões e encontros com instituições intervenientes da região relacionadas à pesca e promoção do desenvolvimento social e cultural de Rondônia, para realização de eventos temáticos, capazes de potencializar o intercâmbio entre pescadores, a identificação de novas vocações (artesanato e outras formas de manifestação cultural).

COHIDRO
FLS. 16882

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILICI/IBAMA
FLS. 16883
RUB.

5.5.3 Produtos

Como produtos derivados do Eixo 6 estão previstos:

QUADRO 19 - Produtos do EIXO 6
• Consolidação das parcerias e relatos e sistematização das potenciais interfaces.

5.5.4 Cronograma

Abaixo é apresentado o cronograma das atividades do EIXO 6 do SAAP.

EM BRANCO

ARCADIS logos

Energia Sustentável do Brasil

QUADRO 20– CRONOGRAMA EIXO 6 – ARTICULAÇÃO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA ENCAMINHAMENTOS DAS DEMANDAS DOS PESCADORES E COLÔNIAS

Descrição	Ações	Responsáveis	2013												2014												2015												2016									
			J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O
Atividade 1 - Articulações Institucionais	1.1. Interfaces com instituições e atores intervenientes.	ESBR/SAAP																																													
	1.2. Reuniões de articulações institucionais no âmbito do GT de Atividade Pesqueira.	ESBR/SAAP																																													
	1.3. Incentivo à realização de Eventos de Pesca.	ESBR/SAAP																																													

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 1688

5.6 EIXO 7 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUBPROGRAMA

A implantação do Subprograma contará com um monitoramento das atividades visando assegurar que as ações e respectivos produtos progridam em consonância com as diretrizes metodológicas e procedimentos operacionais previamente idealizados, com o cronograma preconizado. Desta forma, foram elaborados e executados indicadores para o monitoramento e avaliação contínua das atividades.

A eficiência, entendida enquanto relação entre o programado e realizado, será constantemente avaliada, de modo que, em caso de descompassos, as atividades sejam justificadas e ajustadas. Para tanto, as proposições aqui apresentadas dividem-se em 02 (dois) momentos, a saber:

- Refere-se ao acompanhamento e avaliação quanto à gestão do Subprograma, de acordo com os indicadores apresentados no PBA;
- Proposição de indicadores para avaliação quanto ao andamento e implantação do Subprograma na opinião do público envolvido.

5.6.1 Objetivos

Objetivos	Metas
Acompanhar, monitorar e avaliar, através dos indicadores propostos, as ações desenvolvidas no âmbito do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.	100% dos indicadores executados e medidos, tanto para o acompanhamento e gestão do SAAP, quanto para os indicadores de avaliação do Subprograma na opinião do público envolvido até outubro de 2016

5.6.2 Acompanhamento e Avaliação Quanto à Gestão do Subprograma

Conforme preconizado no Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, o acompanhamento e a avaliação da operacionalização das metas e de suas respectivas atividades deverão enfocar o grau de implementação do Subprograma. Desta forma, será monitorada e avaliada a execução de cada objetivo e suas respectivas metas durante o período de execução e implementação do mesmo e mediante a avaliação dos resultados poderão, caso necessário, serem propostas adequações/novos direcionamentos. No **Quadro 21**são apresentadas as formas de como será realizado o acompanhamento e avaliação da gestão do SAAP.

QUADRO 21 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO SAAP

EM BRANCO

EM BRANCO

ITEM	METODOLOGIA	PERIODICIDADE	RESPONSÁVEIS PELA AÇÃO
Acompanhamento e avaliação quanto à gestão do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.	1.1. Será apresentada, em relatórios semestrais, uma tabela em que poderão ser verificados e consultados: os objetivos/metas/prazos/status de atendimento e comprovação de atendimento, descritos nestes relatórios.	Semestral	ESBR/SAAP
	1.2. Comparação entre as ações executadas com as ações previstas para a execução e o alcance das metas respectivas de acordo com o previsto no Subprograma. Para tanto, serão inseridos nos relatórios semestrais um cronograma indicando as ações previstas e as executadas.	Semestral	

5.6.3 Indicadores de avaliação quanto à eficácia do Subprograma.

Sugerem-se os indicadores de acordo com a natureza da atividade a ser monitorada e avaliada, de acordo com as ações desenvolvidas no âmbito do Subprograma. No **Quadro 22** são apresentados os indicadores e parâmetros de avaliação, bem como periodicidade de execução.

EM BRANCO

EM BRANCO

QUADRO 22 - PROPOSIÇÃO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO QUANTO AO ANDAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO SUBPROGRAMA NA OPINIÃO DO PÚBLICO ENVOLVIDO				
EIXOS	**ATIVIDADES**		**Período Previsto para Execução**	**Indicador Utilizado**
	Atividades	**Principais Ações**		
Eixo 1 - Estudo sobre a viabilidade e implantação de manejo sustentável do pirarucu.	**Atividade 1** - Ações participativas, de identificação e de zoneamento da área de estudo.	**1.1.** Interfaces com instituições e entidades das localidades alvo para discussão e esclarecimento quanto à metodologia definida;	Dezembro de 2013.	Número de Instituições contatadas/Número de Instituições presentes.
		1.2. Identificação e zoneamento da área de estudo, trabalho participativo nas colônias de pescadores antigos e de pescadores de Pirarucu;	Novembro e dezembro de 2013.	Número de participantes.
				Número de reuniões realizadas
		1.3. Devolução de informações e repasse de orientações para subsidiar a continuidade de trabalho.	Novembro e dezembro de 2013.	Número de participantes
				Número de reuniões realizadas.

COHID/DILIC FLS. 16887 RUB

EM BRANCO

EM BRANCO

	Atividade 2 - Capacitação de pescadores e estimativas de áreas potenciais.	**2.1.** Capacitação para o diagnóstico do estoque;	Julho a dezembro de 2014.	Número de participantes
		2.2. Análise das potencialidades produtivas das áreas;		Realizado / Não realizado.
		2.3. Oficinas de divulgação das informações coletadas.	Novembro de 2014.	Número de oficinas realizadas.
				Número de participantes
	Atividade 3 – Elaboração do Plano de Manejo.	**3.1.** Elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu e dos Planos de Uso Locais;	Janeiro e fevereiro de 2015	Realizado / Não realizado.
		3.2. Apresentação dos resultados aos pescadores e órgãos ambientais;	Fevereiro de 2015	Número de participantes
		3.3. Elaboração do relatório final contendo as diretrizes para o manejo do	Fevereiro e março de 2015	Realizado / Não realizado.

EM BRANCO

EM BRANCO

		Pirarucu na área de influência da UHE Jirau.		
	Atividade 4 – Implantação do Plano Piloto de Manejo do Pirarucu.	**4.1.** Elaboração de acordo de pesca;	Fevereiro a maio de 2015	Acordo de pesca pactuado
		4.2. Formação de grupo de manejo, integrado pelos usuários do recurso e o técnico que será disponibilizado pelo empreendimento por 06 (seis) meses;	Dezembro de 2014 a julho de 2015	Grupo de manejo constituído
		4.3. Criação de um Comitê para o monitoramento do Plano de Manejo do Pirarucu e planos de usos desde um enfoque ecossistêmico. O Comitê informa ao GT e estará integrado por técnicos dos órgãos competentes, representantes das Colônias de Pescadores, comunidades ou grupos participantes do manejo.	Dezembro de 2014 a setembro de 2015	Comitê para monitoramento do Plano de Manejo constituído

CONFIDENCIAL
FLS 16889
RUBRICA

EM BRANCO

EM BRANCO

		4.4. Promoção e acompanhamento da 1ª despesca – Implantação do Plano Piloto	Setembro de 2015 a fevereiro de 2016	Primeira despesca realizada
Eixo 2A – Estruturação de pontos de apoio à comercializaç ão de pescado.	**Mercados de Peixe – Abunã, Fortaleza do Abunã, Nova Mamoré, Iata e Guajará Mirim**			
	Atividade 1 – Formação de grupos gestores dos Mercados de Peixe	**1.1 –** Capacitar os pescadores nos temas associados à gestão dos mercados.	Julho de 2015 a outubro de 2016	Número de cursos oferecidos e Nº de pescadores capacitados
		1.2 – Auxiliar na constituição das associações /cooperativas e na organização documental/institucional dos associados/cooperados.	Setembro de 2015 a fevereiro de 2016	Número de associações/cooperativas formadas
		1.3 – Auxiliar no processo de registro e formalização das cooperativas e/ou associações junto aos órgãos responsáveis.	Outubro de 2015 a fevereiro de 2016	Número de registros/formalizações realizados

CONFERE COM O ORIGINAL FLS. 16890

EM BRANCO

EM BRANCO

	Atividade 2 – Definição de estruturas dos Mercados de Peixe	**2.1 –** Definir locais de implantação.	Julho a novembro de 2015	Número de diretrizes de funcionamento pactuadas
		2.2 – Elaborar layouts das estruturas para cada localidade.	Agosto a dezembro de 2015	Número de locais mapeados
		2.3 – Definir as diretrizes de funcionamento e layouts das estruturas de apoio, a partir dos dados levantados.	Julho a novembro de 2015	Layouts Elaborados
	Atividade 3 – Implantação dos Mercados de Peixe	**3.1 –** Licitar e Construir os mercados de Peixe.	Dezembro de 2015 a outubro de 2016	Número de Mercados de peixe construídos
		3.2 – Aquisição de equipamentos necessários.	Julho a outubro de 2016	Equipamentos comprados por localidade
		3.3 – Viabilizar documentação e licença de funcionamento junto aos órgãos responsáveis.	Fevereiro a abril de 2016	Número de licenças de funcionamento viabilizadas

CONFERE COM O ORIGINAL
FLS 1691

EM BRANCO

EM BRANCO

	Kit feira - Nova Mutum Paraná, Nova Mamoré e Guajará Mirim			
	Atividade 4 – Oficinas de apoio às práticas coletivas	**4.1 –** Capacitar os pescadores nos temas associados à gestão dos pontos de venda em feiras livres.	Julho de 2015 a abril de 2016	Número de cursos oferecidos e Número de pescadores capacitados
		4.2 – Auxiliar na organização dos associados às colônias para uso coletivo dos Kits Feira e otimização dos recursos comuns.	Setembro de 2015 a março de 2016	Número de capacitações
	Atividade 5 – Disponibilização dos equipamentos necessários à implantação de	**5.1 –** Aquisição dos equipamentos necessários.	Julho a outubro de 2016	Equipamentos comprados por localidade

CORID/DILICI/GAMA
FLS. 16892
RUB.

EM BRANCO

EM BRANCO

	pontos de venda móveis	**5.2 –** Disponibilizar os Kits aos associados das colônias.	Julho a outubro de 2016	Número de Kits disponibilizados por localidade
Eixo 3 - Capacitação dos pescadores e representantes das colônias.	**Atividade 1 -** capacitação em	**1.1.** Oficinas de associativismo e cooperativismo	De fevereiro de 2014 a outubro de 2016	Número de oficinas realizadas.
				Número de participantes
		1.2. Oficinas de Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento	De junho de 2014 a outubro de 2015	Número de oficinas realizadas.
				Número de participantes
		1.3. Oficinas de Gestão financeira das Colônias	De julho de 2014 a outubro de 2016.	Número de oficinas realizadas.
				Número de participantes
		1.4. Oficinas de Plano de Negócio	De julho de 2014 a fevereiro de 2016.	Número de oficinas realizadas.
				Número de participantes

CONFERE COM O ORIGINAL FLS 168893

EM BRANCO

	técnicas de organização.	**1.5.** Oficinas de Gestão de Negócios	De julho de 2014 a novembro de 2015.	Número de oficinas realizadas.
				Número de participantes
		1.6. Oficinas de Administração de Empreendimentos Comunitários.	De julho de 2014 a outubro de 2016.	Número de oficinas realizadas.
				Número de participantes
	Atividade 2 - Capacitação para manejo participativo da pesca e organização comunitária	**2.1.** Oficinas de Orientação e Manejo da Pesca	Outubro e novembro de 2015.	Número de capacitações realizadas.
				Número de participantes
		2.2. Oficinas de Confecção e Reparos de Apetrechos de Pesca.	Novembro e dezembro de 2015	Número de capacitações realizadas.
				Número de participantes
		2.3. Oficinas de Manutenção e Reparos de Motores e Barcos.	Julho a outubro de 2015.	Número de capacitações realizadas.
				Número de participantes
		2.4. Oficinas de Capacitação para obter a licença de Aquaviário.	De agosto de 2014 a	Número de capacitações realizadas.
				Número de participantes

COHID/DILIQUIDAÇÃO
FLS. 16894
RUB

EM BRANCO

			setembro de 2015.	
Eixo 4 – Pesquisa e identificação de produtos pesqueiros e ampliação de acesso à oportunidade no mercado regional.	**Atividade 1** – Acompanhamento de possíveis mudanças estoque pesqueiro.	**1.1.** Análise pelas equipes técnicas dos resultados obtidos com o Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira – SMAP, SAAP.	De abril de 2013 a setembro de 2016.	Análise realizada.
		1.2. Comunicação contínua dos resultados obtidos aos pescadores.	De janeiro de 2014 a setembro de 2016	Comunicações realizadas.
	Atividade 2 – Pesquisa e Identificação de produtos pesqueiros que poderão ser absorvidos com lucratividade pelo mercado regional.	**2.1.** Pesquisa de produtos que possuem potencialidade para serem absorvidos pelo mercado regional.	De maio a outubro de 2014.	Pesquisa realizada.
		2.2. Identificação de gargalos e potenciais produtos.	De maio a outubro de 2014.	Identificação realizada

CONFIDENCIAL
FLS. 16845

EM BRANCO

EM BRANCO

		2.3. Realização de reuniões com coordenadores responsáveis para afirmação de parcerias.	Agosto e setembro de 2015.	Número de reuniões realizadas.
	Atividade 3 - Aumento do acesso às oportunidades do mercado regional e vendas ao poder público, através de integração em rede.	**3.1.** Potencialização de redes de comercialização.	De agosto de 2015 a outubro de 2016.	Identificação e contato com possíveis integrantes da rede de comercialização
	Atividade 4 – Proposição de melhorias para o aproveitamento e comercialização	**4.1.** Pesquisa de formas atuais de comercialização dos produtos pesqueiros.	De julho de 2014 a outubro de 2016	Pesquisa realizada.

COMIDI/IBAMA
FLS. 16896

EM BRANCO

	dos produtos com valor agregado.	**4.2.** Capacitações de incentivo ao aumento do valor agregado dos produtos pesqueiros.	Agosto de 2015.	Número de capacitações realizadas.
				Número de participantes
	Atividade 5 – Identificação e definição de novas formas de pesca.	**5.1.** A partir dos resultados sobre possíveis alterações de qualidade e quantidade do estoque pesqueiro, analisar e identificar novas formas de pesca.	De novembro de 2014 a outubro de 2016.	Identificação realizada
		5.2. Acompanhamento de especialista em pesca após o enchimento do reservatório.	De novembro de 2014 a outubro de 2016.	Ocorrência de acompanhamento pelo especialista
	Atividade 6 – Elaboração de Material Informativo.	**6.1.** Confecções de folders, cartilhas e material informativo em geral.	De maio de 2013 a outubro de 2016	Quantidade de material produzido

CORIDIDILIO FLS. 16897

EM BRANCO

Eixo 5 - Interface com outros programas socioambientais	**Atividade 1** - Integração com Programas Socioambientais.	**1.1.** Levantamento e análise dos Programas Socioambientais do PBA da UHE Jirau.	Agosto a dezembro de 2013.	Realizado / Não realizado.
		1.2. Realização de potenciais parcerias de ações no âmbito dos programas (verifica-se de antemão o Programa de Remanejamento das Populações Atingidas, o PEA, o PACUERA, o PCI e o SMAP).	De janeiro de 2014 a janeiro de 2016	Realizado / Não realizado.
		1.3. Realização de reuniões com coordenadores responsáveis para firmação de parcerias.	De julho de 2013 a agosto de 2016	Realizado / Não realizado.
	Atividade 2 - Programa de Conservação da Ictiofauna (PCI).	**2.1.** Análise dos dados levantados desde 2010, ampliando o conhecimento do SAAP sobre o estoque pesqueiro e permitindo a avaliação de possíveis impactos na atividade pesqueira comercial.	De julho de 2013 a setembro de 2016.	Realizado / Não realizado.
	Atividade 3 - Programa de	**3.1.** Análise dos dados levantados, ampliando o conhecimento do SAAP sobre produtos desenvolvidos que	De junho de 2013 a	Realizado / Não realizado.

CONFERE COM O ORIGINAL FLS 16898

EM BRANCO

	Educação Ambiental (PEA).	contribuem para melhorias de vida para as comunidades.	setembro de 2015	
	Atividade 4 - Programa de Uso Entorno do Reservatório (PACUERA).	**4.1.** Análise dos dados levantados, ampliando o conhecimento do SAAP sobre produtos desenvolvidos que contribuem para melhorias de vida para as comunidades	De outubro de 2013 a agosto de 2016.	Realizado / Não realizado.
	Atividade 5 - Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira (SMAP)	**5.1.** Análise dos dados levantados desde 2009, ampliando o conhecimento do SAAP sobre números de pescadores do estudo, estoque pesqueiro permitindo a avaliação de possíveis impactos na atividade pesqueira comercial em função da implantação do empreendimento.	De junho de 2013 a outubro de 2016.	Realizado / Não realizado.

COHIDIDILIQUE
FLS. 16899
RUBRICA

EM BRANCO

	Atividade 6 - Programa de Remanejamento das Populações Atingidas.	**6.1.** Análise dos dados levantados ampliando o conhecimento do SAAP sobre as famílias que foram remanejadas e atual situação.	De junho de 2013 a agosto de 2016.	Realizado / Não realizado
Eixo 6 – Articulação com instituições públicas e privadas para encaminhamentos das demandas dos	**Atividade 1** - Articulações Institucionais.	**1.1.** Interfaces com instituições e atores intervenientes.	De outubro de 2013 a outubro de 2016.	Número de Instituições contatadas.
		1.2. Reuniões de Articulações Institucionais no Âmbito do GT de pesca.	De julho de 2013 a outubro de 2016.	Número de GTs realizados.

CONFIDENCIAL
FLS. 1690

EM BRANCO

EM BRANCO

pescadores e colônias.		**1.3.** Incentivo à realização de eventos de pesca.	De maio de 2015 a maio de 2016.	Número de eventos realizados

COHIDI/DILIC/IBAMA
FLS. 16901
RUB

EM BRANCO

EM BRANCO

5.6.4 Produtos

Como produtos derivados do Eixo 7 estão previstos:

QUADRO 23 - Produtos do EIXO 7
• Indicadores que promoverão a aferição das ações executadas

5.6.5 Cronograma

Abaixo é apresentado o cronograma das atividades do EIXO 7 do SAAP.

EM BRANCO

EM BRANCO

QUADRO 24- CRONOGRAMA EIXO 7 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO SUBPROGRAMA

Descrição /Ações	Responsáveis	2013												2014												2015												2016											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Acompanhamento e avaliação quanto à Gestão do Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira.	ESBR/SAAP										■							■							■						■						■						■				■		
Indicadores de avaliação quanto a eficácia do Subprograma, na visão / opinião do	ESBR/SAAP																		■						■								■				■						■				■		

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16903 Rub.

EM BRANCO

público envolvido.

CONFERE COM O ORIGINAL
FLS 169/01

EM BRANCO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16905

6 EQUIPE TÉCNICA

Nome do Profissional	Qualificação	Função no Contrato	Sede
Sandra Elisa Favorito	Bióloga	Diretora Executiva	São Paulo
Miriam Ribeiro	Economista	Gerente Socioeconômica	São Paulo
Priscilla Paulino	Antropóloga	Coordenadora de Projetos	São Paulo
Fabio Peres da Silva	Sociólogo	Analista Ambiental	São Paulo
Jessica Lima	Bacharel em Comercio Exterior	Assistente Administrativo	São Paulo
Atielli Crislian de Oliveira	Eng.ª de Pesca	Coordenador de Campo	CAMPO
Hildebrando Antunes Júnior	Eng.º Agrônomo	Analista de Gestão Socioambiental	CAMPO
Kellya Carioca de Holanda Ferreira	Bacharel em Sistema Informação	Analista de Gestão Socioambiental	CAMPO
Melissa Ferraz Castro	Eng. Agrônoma	Analista Ambiental	CAMPO
Charles Guedes de Oliveira	Técnico de Segurança	Técnico de Segurança - SSO	CAMPO

EM BRANCO

COHID/DILIC/IBAMA FLS. 16906

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Ano 2010, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.

Bozano, Gustavo L. N. e Cyrino, José Euric P. Produção Intensiva de Peixes em Tanques-Rede e Gaiolas. Estudo de Casos.

(http://www.panoramadaaquicultura.com.br/Paginas/revistas/56/peixesemtanquesrede.asp)

BUARQUE, S. C. (1999) Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável. INCRA.

DIEGUES A. C. E. Pesca e marginalização no litoral paulista. 1973. Dissertação (Mestrado) - NUPAUB; CEMAR, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

DORIA, C R. et al. A pesca comercial na bacia do rio Madeira no estado de Rondônia, Amazônia brasileira. Acta Amaz. Vol. 42 no. 1 Manaus Mar. 2012.

GUIMARÃES, A. F. 2012. Criação de peixe. Ilhéus. Ceplac. Ilhéus, Ceplac. 28p.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi, série antropologia. 1995.

Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental Ecos, Introdução a Piscicultura Sustentável. Viveiros escavados e Tanques-rede.

Licença de Operação (LO) nº 197/2012, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 19 de outubro de 2012.

PISCICULTURA EM TANQUES-REDE, Programa de Desenvolvimento da Piscicultura no Lago de Furnas. (Disponível no site: http://www.emater.mg.gov.br/site_emater/Serv_Prod/Livraria).

Plano Sustentável de Pesca e Aquicultura. SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social; SEAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado; EMATER/RO - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e MPA Superintendência Regional do Ministério da Pesca e Aquicultura. 2010.

Relatório Técnico Consolidado do Subprograma de Monitoramento da Atividade Pesqueira – período abril/2009 a fevereiro/2012", produzido pela UNIR/IEPAGRO, e nas recomendações apresentadas pelo IBAMA no PT nº 124/2012 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

Subprograma de Apoio à Atividade Pesqueira, condicionante 2.47 da Licença de Instalação (LI) nº 621/2009.

EM BRANCO

EM BRANCO

SANTOS, Geraldo Mendes e SANTOS, Ana Carolina Mendes. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. 2005.

PRISCILLA PAULINO

Coordenadora de Projetos

ARCADIS Logos S.A.

IBAMA
MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

DILIC/IBAMA
Fl. 16908
Ass.:

DESP. ENC. ABERT. 02001.001193/2015-26 COHID/IBAMA

Brasília, 25 de setembro de 2015

Ao Arquivo Setorial da SETORIAL DILIC

Solicitamos o encerramento e abertura de volume do nº LXXXVI do Processo 02001.002715/2008-88. Após o encerramento e abertura do volume tramite o processo para Cordenação de Hidrelétricas COHID.

Atenciosamente,

SARA QUIZIA CORREA MOTA
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO

DILIC/IBAMA
Fl. 16909
Ass.:

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos 25 dias do mês de setembro de 2015, procedemos ao encerramento deste volume nº LXXXVI do processo de nº 02001.002715/2008-88, contendo 197 folhas. Abrindo-se em seguida o volume nº LXXXVII. Assim sendo subscrevo e assino.

MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA

EM BRANCO